Ana Beatriz de Souza Cyrino
Dorinethe dos Santos Bentes
Michel Justamand
(Orgs.)

faas 14

Fazendo Antropologia NO ALTO SOLIMÕES

ALEXA CULTURAL
EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Comitê Científico Alexa Cultural

Presidente
Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros
Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Heloisa Helena Corrêa (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoni (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Ana Beatriz de Souza Cyrino
Dorinethe dos Santos Bentes
Michel Justamand
Organizadores

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

UFAM

ALEXA
Embu das Artes - SP
2018

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Henrique dos Santos Pereira

Membros
Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA
Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeira UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Gerusa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

Reitor
Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor
Jacob Moysés Cohen

Editor
Sérgio Augusto Freire de Souza

Andanças

Liberdade é você sentar-se
à proa de sua canoa e seguir
o próprio compasso de seu remo.
Cabe-lhe apenas a decisão
do caminho a seguir;
a correnteza muitas vezes
pode lhe arrastar
para lugares indesejados,
mas enquanto ela desgoverna
sua canoa, aproveite para esgotar
a água nela acumulada,
tome fôlego e siga adiante.
Com certeza suas remadas
serão mais fortes e decididas
do rumo a tomar;
aprenderá a conviver
com os grandes redemoinhos,
as fortes tormentas
e os ferozes banzeiros,
que assim como podem
fazer-lhe naufragar
também podem levar-lhe
a um lugar seguro,
à margem do rio.
Prefiro a dor das escolhas
mais difíceis às falsas ilusões
desse longo caminho de águas.

Marta Cortezão

© by Alexa Cultural

Direção
Yuri Amaro Langermans
Nathasha Amaro Langermans
Editor
Karel Langermans
Capa
K Langer
Foto de capa
Gleilson Medins
Revisão Técnica
Adaílton da Silva, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz
Revisão de língua
Joaquim Onéssimo F. Barbosa
Editoração Eletrônica
Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C314a CYRINO, A. B. S.
B310d BENTES, D. S.
J276m JUSTAMAND, M.

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 14 - Ana Beatriz de Souza Cyrino , Dorinethe dos Santos Bentes, Michel Justamand, Alexa Cultural: São Paulo, 2018

14x21cm -224 páginas

ISBN - 978-85-5467-024-5

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:
Antropologia
Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgilio Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Sumário

Andanças
Marta Cortezão
- 5 –

Fazendo História na Antropologia Amazônica - FAAS 14
Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes, Michel Justamand
- 9 –

Conselho Municipal de Saúde de Parintins/AM:
quando o Controle Social incomoda a Administração Pública
Alexsandro Melo Medeiros, Nelson Matos de Noronha
- 15 –

Veredas constitutivas do fenômeno urbano em Manaus:
Gentrificação ou Embelezamento?
Ana Beatriz de Souza Cyrino, Elenise Faria Scherer, Sidney Antonio da Silva
- 31 –

Arqueologia na América Latina: o passado no campo de batalha
durante a Guerra Fria
Andrés Alarcón-Jiménez
- 45 –

O papel do tutor em EAD: um estudo de caso na especialização em proeja
indígena do IFAM campus Tabatinga
Antônia Marinês Goes Alves
- 63 –

As principais conferências ambientais da ONU e a Amazônia
Camila Marques Maton, Michel Justamand
- 77 –

Colonialismo e resistência/existência: queer indígena como agenda
epistemopolítica
Estevão Rafael Fernandes
- 97 –

Memórias e saberes nos quintais agroflorestais amazônicos
Evandro de Morais Ramos, Maria Isabel de Araújo, Silas Garcia A. de Sousa
- 111 –

Descrição etnográfica de rituais vivenciados nas práticas curativas da puxação e benzeção na comunidade indígena do Katxipiri
Gilvandro Oliveira da Silva, Mário Bentes Cavalcante
- 121 –

A saga dos Dissidentes no contexto amazônico:
um olhar sobre a Migração e a Dissidência no atual contexto amazônico
José Humberto P. e Silva
- 129 –

A experiência no curso de ciências econômicas no municipio de Manicoré
Kamilla Ingrid Loureiro e Silva
- 139 –

As tessituras do histórico na poética de Washington Cucurto
Rafaela Cassia Procknov
- 149 –

O que o professor dos anos iniciais deve saber para ensinar o sistema de numeração decimal?
Simone Dias da Silva, Edda Curi
- 159

Violências (des)veladas: mulheres em movimento no limiar da desmistificação e resistência às violências em Parintins-AM
Tainá Abecassis Teixeira, Iraildes Caldas Torres
- 175 –

O Centro Histórico de Manaus e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais)
Ana Flávia Monteiro Diógenes, Dorinethe dos Santos Bentes
- 193 –

Sobre os Autores
- 213 –

O Enxertado de Pano
Odri Araújo

- 219 –
Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões
Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand
- 221 –

Obras afins
- 223 -

Fazendo História na Antropologia Amazônica FAAS 14

Ana Beatriz de Souza Cyrino
Dorinethe dos Santos Bentes
Michel Justamand

Nesta edição, comemoramos seis anos de publicações. Para nós, dirigentes da Coleção FAAS, Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand, é muito gratificante. Começamos sem ter nenhuma perspectiva de irmos tão longe. Em 2011, quando tivemos a ideia de publicarmos os escritos dos pesquisadores/professores da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em especial, do Alto Solimões, queríamos apenas divulgar as ideias e reflexões de 6 (seis) colegas (Adailton da Silva, Cristian Faria Martins, Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand, Rafael Pessôa São Paio e Tharcisio Santiago Cruz) que se encontraram, em Manaus, em maio de 2009, por conta de um concurso para algumas áreas do Curso de Antropologia, na unidade acadêmica de Benjamin Constant, da referida instituição.

Todos aprovados para serem professores efetivos do campus avançado do Alto Solimões em que alguns hoje somente vão para realizar suas pesquisas. Esses destemidos colegas se dispuseram a trabalhar e construir suas carreiras na universidade federal. Com dúvidas, dividas, tristezas, dores de cabeça e muitas alegrias, começamos essa saga, que vem a ser hoje a Coleção FAAS. Naquela época, iniciamos com dois volumes, que foram a público no ano de 2012. Um dos volumes tratava das questões específicas dos seis professores do curso, metodologias de aulas, trabalhos de campo, algumas reflexões, e o outro foi composto com contribuições de concludentes do curso de Antropologia. Tais contribuições foram originadas dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC que se transformaram em artigos/capítulos.

A coleção agora, em 2018, apresenta seu décimo quarto volume. Ela apresenta uma média de 2 volumes por ano. Estamos felizes por saber que, depois desses dois volumes iniciais, colegas da instituição e depois de outras instituições, tanto do Brasil quanto de fora do país, passaram a contribuir com nossos volumes, transformando nossa iniciativa, de 2011,

em uma empreitada digna de ser recomendada e divulgada. Ficamos muito gratos! E claro, agradecemos a confiança depositada em nossa organização.

A organização tem sempre a frente, ao menos, um dos professores/pesquisadores que deram o ponta pé inicial da coleção. Mas, como é de nosso entendimento, é importante o diálogo interdisciplinar e também interinstitucional, por esse motivo, alguns volumes contaram com organizadores de outras instituições.

Neste volume, a organização ficou por conta de um organizador (Michel Justamand) presente em todos os volumes com mais duas colegas. Uma delas é Técnica Administrativa em Educação – TAE (Ana Beatriz de Souza Cyrino), atuando em Manaus, e também doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA. A outra organizadora (Dorinethe dos Santos Bentes) também é doutoranda do mesmo programa de pós-graduação e também professora do Curso de Direito da UFAM, em Manaus.

Então, nós organizadores, temos o prazer, de tornar público esse volume 14. Ele conta com 14 textos. Aqui estão presentes trabalhos de uma gama de pesquisadores que, convidados, enviaram suas obras para compor conosco a história da coleção e ajudar a emplacar legados futuros para a região do Alto Solimões e da Tríplice Fronteira e amazonense, mas também para a ciência, em especial, as humanas, sem esquecer de nossa famosa interdisciplinaridade. Esses escritos contribuirão, a nosso ver, para a ampliação de olhares sobre a vida humana, mas não só, contribuirão também para ajudar a oxigenar a ciência e quem sabe gerar um legado interessante, de modo interdisciplinar, para as nossas reflexões, como esse volume foi pensado.

Dessa forma, prezadas e prezados parceiros da leitura, apresentamos, brevemente, e apenas como forma de "aperitivo" para as vossas reflexões, os textos a seguir...

O capítulo inicial que leva o nome de *Conselho Municipal de Saúde de Parintins/AM: quando o Controle Social incomoda a Administração Pública*, de Alexsandro Melo Medeiros e Nelson Matos de Noronha, trata da eficiência com que as políticas públicas atuam e de como elas podem e devem ser implementadas. Medeiros e Noronha indicam que é preciso acompanhar com interesse o movimento de participação da sociedade civil na implementação e controle das políticas públicas através dos Conselhos de Políticas Públicas, reconhecendo seu potencial, seus limites, desafios e possibilidades.

Ana Beatriz de Souza Cyrino, Elenise Faria Scherer e Sidney Antonio da Silva, são os autores do segundo capítulo. Os autores, em seu texto intitulado *Veredas constitutivas do fenômeno urbano em Manaus: Gentrificação ou Embelezamento?*, demonstram que em Manaus a gentrificação emerge como "política de embelezamento" no período da Belle Époque. Cyrino, Scherer e Silva lembram que o "embelezamento" urbano se trata de uma particularidade da estratégia política e de organização do espaço citadino, mas também do avanço expansionista do capital, no âmbito da produção e reprodução das relações sociais.

Já nos escritos de Andrés Alarcón-Jiménez a arqueologia é a base da discussão. O título do texto de Alarcón-Jiménez é *Arqueologia na América Latina: o passado no campo de batalha durante a Guerra Fria.* O autor se utiliza dos vestígios arqueológicos para reinterpretar a fase sociopolítica global, conhecida como Guerra Fria (pós-II Guerra até a queda do muro de Berlim). Debate a institucionalização de teorias, como o ordenamento de instituições universitárias, por exemplo, que levou, invariavelmente, ao campo da pesquisa e da produção do passado e à ampliação das lutas geopolíticas.

O capítulo quatro leva o título de *O papel do tutor em EAD: um estudo de caso na especialização em proeja indígena do IFAM campus Tabatinga.* Esse trabalho é de autoria de Antônia Marinês Goes Alves. A autora, em seus anotados, apresenta um estudo de caso acerca do papel do tutor em EaD na oferta de Pós-Graduação em Proeja Indígena realizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM Campus Tabatinga em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB. Informa que nesse projeto se pretendeu atender à qualificação docente de professores que atuavam no Curso técnico em Agropecuária na modalidade PROEJA Indígena, ofertado pelo mesmo Campus.

O próximo trabalho é de autoria de Camila Marques Maton e Michel Justamand. O texto intitula-se *As principais conferências ambientais da ONU e a Amazônia.* Nesses escritos, Maton e Justamand tratam de relatar algumas das negociações multilaterais dos Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Os autores procuram analisar se essas ações contribuem para a redução dos impactos ambientais que o planeta vem sofrendo devido à ação humana. Explanam sobre as principais conferências de cunho ambiental realizadas no âmbito da ONU e a importância da preservação do bioma Amazônia.

Já o capítulo seis atende por *Colonialismo e resistência/existência: queer indígena como agenda epistemopolítica.* Esse trabalho é de autoria de Estevão Rafael Fernandes. Nele, o autor aponta, a partir de questões relacionadas ao estudo da homossexualidade indígena, questões referentes à colonização e aos desafios a este tipo de estudo dentro de uma academia colonizada, epistemicamente. Com o intuito de debater a "invasão" das sabedorias acadêmicas, Fernandes nos chama a atenção para como a colonização versa sobre a formação de um aparato discursivo e institucional que busca, em última instância, anular a condição de existência de seus outros saberes.

O posterior capítulo, intitulado de *Memórias e saberes nos quintais agroflorestais amazônicos*, é de autoria de Evandro de Morais Ramos, Maria Isabel de Araújo e Silas Garcia A. de Sousa. Nele, os autores debatem a conquista amazônica pelos europeus em terras amazônicas. Ramos, Araújo e Sousa mostram que as populações tradicionais foram obrigadas a abandonar muitos de seus hábitos imemoriais, costumes e saberes para assimilar a cultura dos não-índios, incorporando o sistema de produção agrícola sistematizado geometricamente, capaz de produzir excedente de produção vegetal e animal.

Descrição etnográfica de rituais vivenciados nas práticas curativas da puxação e benzeção na comunidade indígena do Katxipiri é o título dos escritos de Gilvandro Oliveira da Silva e Mário Bentes Cavalcante. Esse trabalho é sobre uma descrição etnográfica de rituais vivenciados na prática da puxação e benzeção como forma de curar pessoas de suas enfermidades e desconfortos corporais. Essa pesquisa foi realizada na comunidade de Katxipiri localizada no município de Manacapuru no estado do Amazonas. Silva e Cavalcante apresentam as medidas curativas denominadas benzeção e puxação, com o emprego de técnicas corporais, realizada por um nativo da etnia Apurinã.

O subsequente capítulo é nominado de *A saga dos Dissidentes no contexto amazônico*. Esses escritos são de autoria de José Humberto P. e Silva. Neles, Silva trata da questão preocupante migração e dissidência para a Amazônia. Silva lembra que o Brasil ainda não possui sólidas estruturas e regulamentação adequada para agir proativamente nessas peculiares situações, agravadas ainda com complexas questões ligadas ao perigoso narcotráfico, presente em regiões fronteiriças com a tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, em Tabatinga/AM.

O capítulo dez é de autoria de Kamilla Ingrid Loureiro e Silva. A autora o intitula *A experiência no curso de Ciências Econômicas no Municipio de Manicoré*. Nas linhas do texto, Silva identifica as mudanças comportamentais dos alunos que cursaram Ciências Econômicas na Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Silva analisa a mudança de comportamento dos economistas formados no município de Manicoré, após o período de formação na instituição universitária estadual.

Em *As tessituras do histórico na poética de Washington Cucurto*, de Rafaela Cassia Procknov, são debatidas as relações entre a narrativa da história e a da literatura. Procknov analisa a criação poética do argentino Washington Cucurto, mais especificamente, *1810. La Revolución de Mayo vivida por los negros* (2008), quais os sentidos que a história assume em sua obra e quais acepções mobilizariam o processo de emancipação política da Argentina, contado, supostamente, a partir da cosmovisão negra.

Simone Dias da Silva e Edda Curi, são as autoras do texto *O que o professor dos anos iniciais deve saber para ensinar o sistema de numeração decimal?* Neste trabalho, Silva e Curi discutem pontos relevantes para o ensino do Sistema de Numeração Decimal (SND), conteúdo central nos currículos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Realizam as autoras levantamento e análise de documentos curriculares e de materiais didáticos da rede de ensino municipal de São Paulo. As autoras têm como foco a atuação do professor nas aulas de matemática e seus desdobramentos no processo de aprendizagem do aluno.

O penúltimo capítulo é nomeado de *Violências (des)veladas: mulheres em movimento no limiar da desmistificação e resistência às violências em Parintins-AM*. Esse texto é de autoria de Tainá Abecassis Teixeira e Iraildes Caldas Torres. As autoras abordam a violência contra as mulheres. Partem de uma análise teórica multidisciplinar. Lembram que as violências são silenciadas, simbólicas e nem sempre reconhecidas. Tais violências são apresentadas, nesse texto, por meio da fala dessas duas mulheres que militam em movimentos sociais em Parintins, município do Estado do Amazonas.

Finalizando a obra, temos o texto de Ana Flávia Monteiro Diógenes e Dorinethe dos Santos Bentes. As autoras nomeiam seus escritos de *O Centro Histórico de Manaus e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais)*. Diógenes e Bentes estudam a importância da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, mais conhecida como Lei de Crimes Am-

bientais, para a preservação do patrimônio cultural, especialmente numa cidade tão cheia de história e cultura como Manaus. Indicam que essa lei foi um passo importante para o resguardo do patrimônio cultural. Mas que é preciso esforço conjunto entre Estado e Sociedade para sua maior efetividade na proteção do patrimônio cultural.

Assim, apresentados os 14 capítulos que compõem a nossa mais nova edição da coleção, deixamos para os interessados realizarem suas críticas, sugestões e indicações para as futuras obras do Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS.

Desejamos boa leitura e reflexões a partir dos escritos aqui contemplados! Esses são os votos dos organizadores!

Conselho Municipal de Saúde de Parintins/AM: quando o Controle Social incomoda a Administração Pública

Alexsandro Melo Medeiros
Nelson Matos de Noronha

Introdução

A eficiência com que as políticas públicas podem ser implementadas depende tanto do gestor público e da capacidade do Estado para executá-las, quanto da participação popular: na formulação, fiscalização e controle de tais políticas. Por isso é preciso acompanhar com interesse o movimento de participação da sociedade civil na implementação e controle das políticas públicas através dos *Conselhos de Políticas Públicas*, reconhecendo seu potencial, seus limites, desafios e possibilidades.

Os dados apresentados neste capítulo reforçam o debate proporcionado em diferentes pesquisas que identificam inúmeros obstáculos para que os Conselhos de Políticas Públicas exerçam de forma plena suas funções. Todavia, apesar dos obstáculos, reconhecemos o potencial de maior democratização dentro da esfera estatal dos Conselhos de Políticas Públicas, como forma de garantir uma maior descentralização político-administrativa e a participação da população na formulação e controle das políticas públicas.

Ao analisar as dificuldades de consolidação dos Conselhos enquanto instâncias de participação política e social nos concentramos no modo de política autoritária, fazendo uso da expressão *coronelismo*, que caracterizou a gestão pública municipal da cidade de Parintins, localizada a 369 km da capital Manaus, no interior do Estado do Amazonas. Os fatos analisados correspondem ao período 2013-2016, e verifica-se um claro objetivo de limitar o trabalho de atuação do Conselho Municipal de Saúde da cidade de Parintins (CMS/PIN), para que o mesmo não cumprisse com suas funções.

Como recurso metodológico utilizou-se a pesquisa qualitativa, com enfoque epistemológico na fenomenologia e na hermenêutica. Como técnicas de pesquisa foram utilizados os instrumentos: a) *Pesquisa Biblio-*

gráfica que dispõe de um material já selecionado para auxiliar na compreensão e análise da pesquisa empírica; b) *Pesquisa Documental* do material coletado no Conselho Municipal de Saúde de Parintins; c) *Diário de Campo* para registro das observações e entrevistas feitas *in loco*; d) *Realização de Entrevista* elaborada a partir de um roteiro de perguntas semiestruturadas aplicada com os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde de Parintins; e) *Observação Sistemática e Participante*, permitindo que o observador esteja em contato direto com o fenômeno observado, haja reflexão pessoal, descoberta de novos problemas e coleta de dados. A observação sistemática ocorreu principalmente durante as sessões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Parintins e, no que diz respeito à observação participante, ela é utilizada em pesquisa qualitativa para coleta de dados onde o pesquisador não apenas observa de forma passiva, mas, participa no cenário pesquisado (MINAYO, 2004), como é o caso em pauta, já que um dos autores deste capítulo atuou como conselheiro do CMS/PIN no período analisado. Portanto, os dados obtidos para análise dos resultados aqui apresentados advêm da conjugação da tríade: "participação do pesquisador, ação dos sujeitos observados e situação contextual" (FERNANDES; MOREIRA, 2013, p. 520).

Contribuíram para as análises presentes neste capítulo as entrevistas realizadas com 50% dos conselheiros titulares do CMS/PIN (um total de 8 sujeitos da pesquisa, de um universo de amostra de 16 conselheiros) sendo a grande maioria representantes da sociedade civil organizada ou profissionais da saúde. Esta pesquisa possui o parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa submetido através da Plataforma Brasil sob o n. CAAE: 49719915.0.0000.5020.

Este capítulo está dividido em três partes: na primeira são analisados o contexto de consolidação dos Conselhos de Políticas Públicas, com ênfase nos Conselhos de Saúde, bem como suas funções e o seu papel no cenário democrático; na segunda parte é feita uma breve descrição sobre o CMS/PIN; e, finalmente, na terceira, são colocadas em discussão a forma autoritária e coronelista com que a administração pública do município atuou para limitar o poder de influência exercida pelo CMS/PIN.

Os Conselhos de Políticas Públicas e a Participação Social via Conselhos de Saúde

Desde a década de 1990 que é possível observar, no Brasil, um amplo movimento de participação da sociedade civil, através dos Conselhos de Políticas Públicas que existem nas mais diversas áreas como saúde, educação, assistência social, defesa de direitos da criança e adolescente, meio ambiente, habitação etc. Desse modo, a sociedade vem conquistando importantes espaços de participação democrática em instâncias deliberativas e essa proliferação de espaços institucionais (conselhos, fóruns, conferências) de participação foi acompanhada de diversas reflexões teóricas nas Ciências Sociais, especialmente no que se refere ao papel desempenhado pela sociedade civil na consolidação e no aprofundamento da democracia (AVRITZER, 1994; 2003; BRAVO e PEREIRA, 2002; DAGNINO, 2002; GOHN, 2001; SANTOS, 2002; 2007; MARTORANO, 2011). Neste capítulo, daremos ênfase a análise da participação da sociedade civil sobretudo através dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, via Conselhos de Saúde.

Nos Conselhos de Políticas Públicas os cidadãos: "participam do processo de tomada de decisões da Administração Pública [...] do processo de fiscalização e de controle dos gastos públicos, bem como da avaliação dos resultados alcançados pela ação governamental" (CGU, 2012, p. 18). Os Conselhos de Políticas Públicas são um dos canais de participação legalmente constituído para o exercício do controle social das políticas públicas, surgem como um novo espaço de participação da sociedade civil e "tratam-se de canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos" (GOHN, 2001, p. 7). A existência desses conselhos cria condições para que a sociedade civil participe, junto com o Poder Público, não apenas da elaboração e definição de políticas públicas mas também de fiscalização e controle social.

A emergência destes espaços tem sido acompanhada de uma série de reflexões "[...] de que é preciso observar o movimento dos atores e como eles se constituem enquanto 'sujeitos políticos' que exercem papel singular na estruturação e correlação de forças em jogo" (DURÁN; GERSCHMAN, 2014, p. 893). Pesquisas têm sido realizadas no sentido de entender como os Conselhos alteram a configuração do modelo democrático, as relações Estado/sociedade e como a participação social, no caso específico

em saúde, desempenhou e tem desempenhado um papel central na política brasileira desde fins dos anos 1970 (CORTES, 2009; LABRA, 2006; GERSCHMAN, 2004).

Segundo Costa (2002, p. 88), os Conselhos têm atraído a atenção de pesquisadores pelo reconhecimento do seu potencial de maior democratização dentro da esfera estatal, garantindo uma "descentralização político-administrativa e a participação da população na formulação e controle das políticas sociais setoriais". Há algo de "novo" neste cenário: a presença ativa de novos atores com poder de participação, fiscalização e deliberação sobre as formas de atuação do poder público, ainda que tais discussões nem sempre possam ser acolhidas pelos gestores públicos e a despeito de uma série de problemas e dificuldades que limitam as formas de participação da sociedade civil organizada em tais espaços. Talvez se esteja diante daquilo que Telles (1994) chama de "nova contratualidade", ou seja, um novo tipo de "contrato social" entre o Estado e a sociedade onde há uma participação direta e efetiva de membros da sociedade civil organizada, através de movimentos sociais, movimentos populares, associações de bairros, ONGs, caracterizado pela interlocução e negociação de interesses nas relações dos movimentos sociais com o Estado.

São muitos os obstáculos e desafios que devem ser encarados pela sociedade civil para consolidar uma maior participação no jogo democrático. Como não temos a intenção de dar conta neste capítulo de analisar cada um dos obstáculos possíveis, nos limitaremos a analisar a forma política autoritária e coronelista que caracterizou a gestão pública municipal da cidade de Parintins entre o período 2013-2016, com o claro objetivo de limitar o trabalho de atuação do CMS/PIN e para que o mesmo não cumprisse com suas funções culminando com o seu fechamento por falta de condições estruturais e organizativas de funcionamento.

As análises deste capítulo dão ênfase ao estudo das relações de poder que são perceptíveis no espaço do CMS/PIN, a partir do conceito de *coronelismo*. A figura do coronelismo tem estado presente na vida social e política tanto do Brasil quanto da Amazônia desde a República Velha, onde o coronel constituía um símbolo de poder local (FORTUNATO, 2000; FAORO, 2000). O *coronelismo* buscava legitimar as relações políticas e sociais como institucionais e hierárquicas, a partir de uma concepção de poder como exercício de dominação e apropriação por parte de uma classe dominante.

O que os dados deste capítulo revelam é que, se o *coronelismo* como fenômeno historicamente situado e sistema de poder entrou em declínio em meados da década de 1930, o poder dos coronéis não desapareceu, dando origem ao que poderíamos chamar hoje de *coronelismo urbano* (QUEIROZ, 1976), *novos coronéis* (SÁ, 1978) ou *neocoronelismo* (ANDRADE 1985).

Torres (2009, p. 62) destaca como as oligarquias políticas tiveram um papel decisivo no período áureo da economia amazonense e como essa estrutura de relações de poder que se evidencia neste contexto amazonense é o reflexo de uma estrutura mais ampla a nível nacional que se personifica na figura de Getúlio Vargas e repercute em vários centros do país, como na Bahia com Antônio Carlos Magalhães e no Rio Grande do Sul, com Leonel Brizola (TORRES, 2009, p. 64). Tais relações de poder podem facilmente ser observadas também, no município de Parintins, interior do Estado do Amazonas, distante 369 km da cidade de Manaus, como revelará os dados deste capítulo, após fazermos algumas breves considerações sobre o Conselho Municipal de Saúde de Parintins.

O Conselho Municipal de Saúde de Parintins/AM

A questão da Saúde no município de Parintins é prevista em seu capítulo 149 da Lei Orgânica Municipal que estabelece, entre outras competências, a criação do Conselho Municipal de Saúde (inciso VIII), bem como:

> Estimular a participação popular, através dos segmentos da sociedade civil organizada, no Conselho Municipal de Saúde, para cumprir sua função de controle social.
> Parágrafo Único - Compete ao Município suplementar, se necessário, a legislação federal e a estadual que disponham sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde, que constituem o sistema único de saúde (PARINTINS, art. 149, inciso IX, 2009).

Em nível federal, a existência dos Conselhos de Saúde é garantida através da Lei 8.142/90. No âmbito municipal, a lei que criou o Conselho Municipal de Saúde foi a Lei nº 88 de 09 de dezembro de 1992[1]. Através destas leis é garantida a participação da sociedade civil organizada na organização, gestão, fiscalização e controle do Sistema Único de Saúde – SUS,

1 Esta Lei foi revogada pela Lei nº 288 de 27 de maio de 2002, que por sua vez também foi revogada pela Lei nº 479 de 08 de setembro de 2010 que consiste na Lei mais atual do município que dispõe sobre o CMS.

bem como da comunidade em geral, uma vez que as reuniões do CMS são abertas ao público e todos podem participar e inclusive se pronunciar em plenário, embora apenas os conselheiros tenham direito de votar nas deliberações que são debatidas e discutidas em sua plenária.

De acordo com a Lei 279/10, o CMS/PIN é um órgão de instância deliberativa, normativa, fiscalizadora, que deve atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, colaborando com a formulação e o controle da execução das políticas de saúde no município de Parintins. A referida Lei estabelece as competências do CMS/PIN, atribuições, composição, organização, estrutura e funcionamento. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas devem ser compostos de forma paritária, quer dizer, com representação de 50% da sociedade civil organizada e, no caso do CMS/PIN, conforme definido na Lei, este Conselho pode ter representações de movimentos sociais e populares organizados; movimentos organizados de mulheres em saúde; sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais; organizações de moradores, entre outros (art. 4º, § 3º). Vale destacar que "os segmentos que compõem o Conselho Municipal de Saúde são escolhidos para representar a Sociedade como um todo, no aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS)" (art. 4º, § 13º).

Percebemos, assim, que a sociedade civil, além de ter garantida por lei sua participação nas políticas de saúde, sua participação deve ser estimulada pelo poder público no fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS. Mas como tem sido esta participação da sociedade civil organizada no CMS? Como o poder público tem atuado para garantir e fortalecer a participação social no CMS? A hipótese que queremos enfatizar neste capítulo é que, na realidade, encontramos em Parintins resquícios da velha política coronelista que impede e cria obstáculos para uma efetiva e democrática participação social via Conselho Municipal de Saúde, como pretendemos defender a partir de agora.

Quando o Controle Social incomoda a Administração Pública

O papel dos Conselhos de Políticas Públicas é o de fiscalizar. Se o poder legislativo exerce o que podemos chamar de um controle institucional sobre o poder executivo, fiscalizando e monitorando suas ações, os Conselhos de Políticas Públicas exercem um Controle Social sobre os atos da administração pública. O que acontece quando o poder legislativo se

torna ineficiente ou, então, por acordos políticos, "fecha os olhos" para os atos que são praticados por gestores mal-intencionados? A sociedade fica à mercê de interesses políticos e pessoais e uma porta se abre para que aconteçam desvios de verba pública que deveriam ser aplicados para melhorias nos serviços públicos. Em casos como estes, que não são raros, o controle social surge como uma possibilidade fundamental de fiscalização por parte da sociedade sobre os atos da administração pública. Mas o que acontece quando esse controle social é exercido de forma operante e consistente? O que vamos tentar demonstrar agora é que o poder executivo, quando ameaçado pelo exercício do controle social, cria barreiras e obstáculos para o trabalho de monitoramento e fiscalização, usando de vários subterfúgios que vão desde práticas coronelistas e autoritárias, até o uso de cooptação de membros da sociedade civil e práticas de cunho clientelista.

A atuação como conselheiro do Conselho Municipal de Saúde ao longo dos anos (2013-2016) permitiu observar algumas situações que são reveladoras do método impositivo que uma Administração Pública exerce para coibir o tipo de fiscalização e controle realizado por um Conselho de Políticas Públicas. Usando nomes fictícios, vamos relatar três fatos que demonstram claramente como a Administração Pública agiu para impedir o trabalho de fiscalização do CMS/PIN.

Ana Néri foi relatora da comissão de análise e prestação de contas do RAG (Relatório Anual de Gestão) do ano de 2013. A análise do Relatório Anual de Gestão levou a relatora a recomendar a reprovação do RAG no exercício de 2013. Acompanhando o parecer da relatora, a plenária do Conselho Municipal de Saúde, em reunião ordinária, reprovou o Relatório Anual de Gestão o que gerou insatisfação por parte dos gestores do SUS e o tema foi inclusive debatido em Audiência Pública na Câmara Municipal de Parintins. Acontece que Ana Néri estava no CMS/PIN como representante dos prestadores de serviços do SUS o que permitiu aos gestores do SUS empreender todos os esforços para excluir a conselheira do quadro de representação do CMS/PIN. Como prestadora de serviços de SUS, a conselheira representava uma empresa que tinha convênio com a Secretaria Municipal de Saúde para oferecer serviços de saúde aos usuários do SUS. Uma vez que a conselheira começou a incomodar realizando este importante trabalho de fiscalização e controle social, o convênio da SEMSA com a referida empresa foi cancelado, fazendo com que tal empresa não mais prestasse serviços ao

SUS e, consequentemente, a conselheira também não poderia mais compor o quadro de conselheiros do CMS/PIN uma vez que já não podia mais atuar como representante dos prestadores de serviços do SUS e assim aconteceu. A conselheira teve que ser desligada do quadro de conselheiros do CMS/PIN.

A outra situação envolve o conselheiro Alberto Sabin, quando o mesmo se tornou presidente do CMS/PIN. Alberto era representante da sociedade civil e através do método democrático conseguiu se eleger presidente do CMS/PIN. Acontece que Alberto, semelhante à conselheira Ana Néri, também adotou uma postura incisiva quanto ao trabalho de fiscalização e monitoramento das ações e serviços do SUS no município de Parintins. Mas Alberto não era funcionário concursado e apenas contratado, de uma das universidades existentes no município. O que gerou uma situação de desconforto, pois mesmo não tendo ingerência sobre a referida universidade, a gestão municipal empreendeu todos os esforços para influenciar a direção da universidade no sentido de demitir o conselheiro Alberto, fazendo com que o mesmo também não pudesse mais compor o quadro de conselheiro do CMS/PIN, uma vez que o mesmo já não poderia representar a categoria pela qual foi eleito conselheiro, a saber, representantes dos profissionais de ensino superior de Parintins.

Os fatos acima relatados foram observados durante a experiência enquanto conselheiro de um dos autores deste capítulo e constam na pesquisa de campo realizada pelo mesmo para o seu projeto de doutoramento.

Tais fatos sugerem que, embora o coronelismo em seu sentido restrito tenha terminado em meados da década de 1930, sobreviveu a ele a prática do mandonismo e dos coronéis (LEAL, 1978). É o que podemos chamar de um *coronelismo sem coronéis* onde os tais *coronéis* sempre procuram um jeito de manter o seu curral eleitoral e, nesse caso, manter no Conselho Municipal de Saúde, apenas conselheiros que sejam do interesse da Administração Pública, fazendo com que o coronelismo se adapte a sucessivos momentos históricos (JANOTTI, 1989). O coronelismo aqui é entendido como uma forma de mando em que uma classe política controla as relações de poder em uma sociedade e, de modo específico, no espaço decisório do Conselho Municipal de Saúde.

O papel dos gestores na definição de quem participará dos conselhos tem sido um dado explorado por vários pesquisadores (PAIVA;

STRALEN; COSTA, 2014; GUIZARDI; PINHEIRO, 2006; WENDHAUSEN; CAPONI, 2002).

> [...] os representantes do poder executivo buscam articular parcerias que melhor representem seus interesses. Neste sentido, a proximidade do ator estatal com alguns segmentos sociais poderá significar suas indicações para a composição do conselho, sendo, portanto, estrategicamente inseridos nos espaços públicos mais em razão de sua aliança com o ator estatal do que de fato por representarem a diversidade existente na esfera da sociedade civil (PAIVA; STRALEN; COSTA, 2014, p. 490).

De acordo com um dos entrevistados na pesquisa de Guizardi e Pinheiro (2006), que realizaram um estudo de caso de um movimento popular – a Pastoral da Saúde da Arquidiocese de Vitória-ES, a dependência por parte dos conselheiros do poder público é um fato negativo para a consolidação dos Conselhos:

> Então, se eu dependo do poder público, o poder público garante para mim alguns serviços, algum medicamento, enfim, algum material médico, paramédico e tal. Eu não posso me opor nesse espaço, e aí, no caso de você tentar tematizar um problema, às vezes é constrangedor, por causa dessa relação estabelecida (id., 2006, p. 802).

A falta de autonomia, ocasionada pela dependência do poder público, também foi ressaltada por um dos entrevistados da nossa pesquisa como um dos grandes entraves para que o CMS/PIN realize plenamente suas funções:

> Sem autonomia o Conselho fica muito limitado para ter uma atuação como a sociedade deseja e como nós conselheiros gostaríamos que fosse. Sem uma autonomia administrativa com recursos de profissionais qualificados para auxiliar as comissões, sem uma gestão financeira também deliberativa pelo colegiado o CMS fica muito preso e limitado à gestão pública politiqueira (ENTREVISTADO 1, PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Uma relativa independência dos conselheiros em relação ao poder público foi o que permitiu uma atuação mais contundente e incisiva do CMS/PIN, mas não sem consequências drásticas, e que nos leva ao terceiro e último fato que vale a pena relatar: o fechamento do CMS/PIN.

Desde fins do ano de 2015 que o CMS/PIN enfrentou dificuldades para o seu funcionamento, culminando com sua inoperância e inativi-

dade. As dificuldades começaram quando os dois servidores do município que prestavam serviços como secretários executivos de apoio às atividades do Conselho foram removidos de suas funções e não houve nenhuma indicação para substituir os mesmos. As dificuldades aumentaram quando houve uma mudança no endereço das instalações do Conselho: sem funcionários para ajudar nas atividades administrativas do Conselho, a sala ficou parecendo mais um depósito, com amontoados de caixas, equipamentos e papel. No início o trabalho do Conselho passou a depender do esforço de alguns conselheiros, que faziam reuniões em suas próprias residências e colaboravam de alguma forma quando era necessário imprimir material para as reuniões ordinárias e extraordinárias. Aos poucos as reuniões ordinárias que devem acontecer mensalmente deixaram de ser realizadas. A situação foi denunciada aos órgãos competentes, como o Conselho Estadual de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, mas sem muito sucesso. Dois conselheiros do Conselho Estadual de Saúde até estiveram em Parintins e constataram as dificuldades pela qual passava o CMS/PIN para o seu pleno funcionamento e, em reunião com a então secretária de saúde deram um prazo para que a situação fosse resolvida, sob pena de intervenção no município por parte do Conselho Estadual de Saúde. Tal reunião ocorreu em meados do mês de abril de 2016, mas após dois meses, ou seja, em junho de 2016, encerrou-se o tempo de mandato bienal dos conselheiros fazendo com que o CMS/PIN encerrasse definitivamente suas atividades.

Através do esforço de alguns conselheiros a situação foi encaminhada ao Ministério Público que, mais uma vez, convocou a Secretaria Municipal de Saúde para uma reunião em conjunto com os ex conselheiros da saúde procurando firmar um acordo entre as partes para que a situação fosse resolvida, uma vez que essa situação contraria a lei 8.142/90 podendo o município inclusive ser penalizado com o não repasse de verbas do Fundo Nacional de Saúde. Mas até o momento onde estas páginas estão sendo escritas, ou seja, setembro de 2016, nenhuma solução foi dada, nada foi resolvido e o CMS/PIN permanece inativo e inoperante.

Estes fatos são significativos e reveladores, pois demonstram o descaso com o que a administração pública tem tratado este importante órgão de controle social e fiscalização. E a nossa análise conclusiva é a de que tais eventos ocorreram como uma sucessão de fatos que servem como retaliação da administração pública pela forma atuante com a qual o CMS/

PIN veio se posicionando desde 2013 na fiscalização das ações e serviços de saúde. É a velha política coronelista. A figura do coronel, naturalmente, não existe mais no município de Parintins, mas a vida social e política do município está permeada por grupos políticos locais que representam e simbolizam um saber dominante e um "poder local" (FORTUNATO, 2000; FAORO, 2000). O objetivo é claro: a manutenção das relações institucionais e hierárquicas, a partir de uma concepção de poder como exercício de dominação e apropriação por parte destes grupos.

Por fim, a situação de descaso da Administração Pública com o CMS/PIN com o claro objetivo de manutenção do poder é revelada na fala das entrevistas de alguns conselheiros. Uma das entrevistadas chega a desabafar sobre suas frustrações enquanto conselheira e que, na sua visão, o poder público tem o Conselho como um inimigo:

> eu sinceramente me sinto frustrada, por ter participado assim do Conselho e não ter conseguido alcançar aquilo que eu almejei, de luta, de não termos suporte dentro do Conselho, de não termos uma condição na parte administrativa, é difícil, a estrutura de modo geral do Conselho Municipal de Saúde [...] para que as políticas de saúde funcionem é preciso ter uma Conselho bem estruturado e bem organizado [...] O poder público não tem contribuído, tanto prova que chegou ao ponto que chegou: estamos praticamente de portas fechadas, eles não têm sido parceiros e dificultam o trabalho do Conselho Municipal de Saúde. Então eles têm ao Conselho como inimigo (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

A partir dos dados aqui apresentados, não seria exato dizer que estamos presenciando um tipo de *neocoronelismo* como o entende Andrade (1985)? Uma forma de *coronelismo urbano* (QUEIROZ, 1976), cujo fenômeno não está mais associado aos grandes senhores de terra, mas a grupos políticos que exercem seu poder e influenciam a vida da cidade, com um único propósito e objetivo: chegar ao poder e nele permanecer. Os dados aqui apresentados reforçam a ideia de Torres (2009) de como tudo depende dos interesses políticos que estão em jogo a partir de uma dialética fundante das relações de poder.

Considerações Finais

Uma democracia, no sentido literal do termo, pressupõe um local onde os indivíduos possam se reunir para discutir temas de interesse comum e um diálogo através do qual os indivíduos sejam capazes de ex-

pressar seus pontos de vista, questionar o dos outros, argumentar e chegar a um consenso. O exercício da cidadania estende-se para além da mera participação no processo eleitoral, exigindo uma participação mais direta dos indivíduos no domínio da esfera pública, em um processo contínuo de discussão e crítica reflexiva das normas e valores sociais. E os Conselhos de Políticas Públicas surgem como um importante *lócus* de análise, discussão e deliberação de políticas públicas, em um diálogo constante entre sociedade civil e poder público. Pelo menos é isso o que deveria acontecer.

A existência dos Conselhos deveria criar as condições para que a sociedade civil participe, junto com o Poder Público, do processo de tomada de decisões políticas e ações governamentais. Sendo um dos canais de participação legalmente constituído para o exercício do controle social das políticas públicas os Conselhos devem articular representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos.

Mas os dados apresentados neste capítulo revelam a outra face da existência dos Conselhos: a de quando o exercício do controle social incomoda a Administração Pública e de como tal Administração empreende todos os seus esforços para anular ou limitar a atuação de um Conselho.

E nesse caso a atuação do Poder Público é totalmente incompatível com os princípios de um Estado Democrático de Direito, promovendo um retorno ao passado das políticas *coronelistas* e *mandonistas* dos grandes senhores de terra e grupos políticos dominantes que fazem de tudo para se perpetuar no poder. O resultado se torna o pior possível para a sociedade, pois sempre irão prevalecer na arena democrática não os interesses da coletividade, mas os interesses desses grupos dominantes e políticos partidários que se utilizam dos princípios democráticos como recurso para dominar e manter o poder estatal.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. A. Alonso de. **Neo-coronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República**. João Pessoa: NDIHR, 1985.

AVRITZER, L. (org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, L. & NAVARRO, Z. (orgs.). **A inovação democrática no Bra-**

sil: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (orgs.). **Política social e democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CGU – Controladoria-Geral da União. **Controle Social**: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Brasília, DF, 2012. (Coleção Olho Vivo no Dinheiro Público).

CORTES, S. V. Introdução: atores, mecanismos e dinâmicas participativas. In: ____. (Org.). **Participação e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 19-39.

COSTA, Vanda Maria R. Teoria democrática e conselhos de política social. In: BRAVO, Maria Inês S.; PEREIRA, P. A. P. (Orgs.). **Política social e democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 87-111.

DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DURÁN, Paulo R. F.; GERSCHMAN, Silvia. Desafios da participação social nos conselhos de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol. 23, n. 3, p. 884-896, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n3/0104-1290-sausoc-23-3-0884.pdf >. Acessado em 23/09/2016.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Fernando M. B.; MOREIRA, Marcelo R. Considerações metodológicas sobre aspossibilidades de aplicação da técnica deobservação participante na Saúde Coletiva. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, vol. 23, n. 2, p. 511-529, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312013000200010>. Acessado em 25/07/2016.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP,2000.

GERSCHMAN, S. **A democracia inconclusa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001. (questões da nossa época. v. 84).

GUIZARDI, F.L.; PINHEIRO, R. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. **Cien Saude Colet**, 11(3), p. 797-805, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000300027>. Acessado em 20/09/2016.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo**: uma política de compromissos. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História)

LABRA, M. E. Conselhos de Saúde: dilemas, avanços e desafios. In: LIMA, N. T. et al. (Org.). **Saúde e democracia**: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 353-384.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e Democracia**: em busca da participação e da socialização. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 2004.

PARINTINS. **Lei Municipal nº 479 de 08 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a reorganização e atribuições do Conselho Municipal de Saúde de Parintins. Câmara Municipal de Parintins, 2010.

_____. **Lei Municipal nº 01/2004 – Lei Orgânica do Município de Parintins**. 3. ed. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2009.

PAIVA, Fernando S.; STRALEN, Cornelis J. Van; COSTA, Pedro H. A. da. Participação social e saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(2), p. 487-498, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014192.10542012>. Acessado em 17/07/2016.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: AlfaÔmega, 1976.

SÁ, M. A. F. de. **Dos velhos aos novos coronéis**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa [org.]. **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 1.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São

Paulo: Boitempo, 2007.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina. **Anos 90-política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

TORRES, Iraildes Caldas. **Arquitetura do Poder**: memória de Gilberto Mestrinho. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

WENDHAUSEN, Águeda; CAPONI, Sandra. O diálogo e a participação em um conselho de saúde em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 18(6):1621-1628, nov./dez., 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000600016>. Acessado em 25/08/2016.

Veredas constitutivas do fenômeno urbano em Manaus: Gentrificação ou Embelezamento?

Ana Beatriz de Souza Cyrino
Elenise Faria Scherer
Sidney Antonio da Silva

Introdução

O presente artigo propõe um debate acerca do processo de gentrificação como parte do fenômeno urbano na cidade de Manaus/Amazonas, no contexto da sua inserção ao ciclo de produção e reprodução social no modo de produção capitalista.

O debate foi conduzido a partir de textos de Leite (2002); Lefebvre (2011); Rubino (2009) e Weber (1967) que contribuem para o desenvolvimento crítico da temática. Também foram selecionados as obras de Dias, (2007) e Mesquita, (1997), que além de densidade teórica, são portadores de referências que caracterizam o tempo e o espaço dos processos sociais que culminaram com a gentrificação/embelezamento da cidade de Manaus/AM como parte do fenômeno urbano que emergiu em meados do século XIX/XX.

O aprofundamento acerca do desenvolvimento do processo de gentrificação na cidade de Manaus é relevante para apreender que o fenômeno urbano precisa ser compreendido na especificidade do contexto em que se produz. Isso objetiva evitar que seja replicada mecanicamente as análises ocorridas em outras realidades sócio-históricas, daí a relevância em abordar essa temática.

Na primeira seção é abordada, a sustentação teórica acerca da cidade, tendo o fenômeno urbano como fio condutor dessa argumentação. Na seção seguinte é contextualizada a emergência de enveredar o debate em torno da gentrificação, e na seção final é realizado o cotejamento do referencial teórico apresentado em diálogo com os autores que discutem em suas obras a inserção da cidade de Manaus/AM no ciclo de produção e reprodução social no modo de produção capitalista que tem na gentrificação/embelezamento da cidade, uma de suas particularidades.

1. A cidade e o fenômeno urbano no olhar de Max Weber e Henri Lefebvre

Para introduzir o debate sobre o processo de gentrificação na cidade de Manaus/AM, delimita-se que a vereda do componente teórico da temática - a cidade e o fenômeno urbano - se apóia nas obras de Max Weber (1967) e Henri Lefebvre (2011), para então, enveredar na gentrificação e sua emersão na cidade de Manaus/AM.

1.1 A fundação de uma cidade na ótica de Max Weber

Em seu artigo sobre o "conceito e categorias da cidade", Weber (1967) inicia pela tentativa de definir de diversas formas a cidade. Ao iniciar, ele propõe que se trata de uma localidade com casas cujas paredes são encostadas. Para o autor a localidade:

> considerada sociologicamente significaria um estabelecimento de casas pegadas umas às outras ou muito juntas, que representam, portanto, um estabelecimento amplo, porém conexo, pois do contrário *faltaria* o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, que é específico da associação de vizinhança. Nesse caso só localidades relativamente grandes seriam cidades, e dependeria das condições culturais gerais o ponto a partir do qual se deveria começar a considerá-las como tais. Porém para aquelas localidades que no passado possuíram caráter *jurídico* de cidades não se aplica de forma alguma essa característica. E na Rússia atual existem "aldeias" com vários milhares de habitantes, maiores que muitas "cidades" antigas [...], que não possuíam mais que algumas centenas de vizinhos (WEBER, 1967, p. 67).

É interessante observar ao longo do texto o caráter metodológico de como Weber (1967) se expressa, pois ao mesmo tempo em que constrói, ele desconstrói o argumento para aprofundar o tema ao afirmar que a cidade, para ser conceituada, inclui outros elementos para além da localidade, pois não é uma característica suficiente em si mesma.

O autor ensaia que do ponto de vista econômico se poderia definir cidade "cuja maioria dos habitantes vive do produto da indústria ou do comércio, e não da agricultura", porém adverte que do ponto de vista econômico não poderia se chamar de cidade aqueles estabelecimentos com um só tipo de ocupação industrial, haveria no caso a necessidade de acrescentar como outra característica certa "diversidade" de ocupações industriais, mas nem assim se teria uma caracterização decisiva. Prossegue por casuística argumentando que uma cidade pode se fundar de dois modos.

No primeiro modo se refere a um fenômeno recorrente na Europa nórdica, oriental e central; trata-se de um lugar com domínio territorial prévio, uma sede de principado como o *centro de um lugar onde exista uma indústria em regime de especialização para satisfazer suas necessidades econômicas ou políticas, e onde, por isso, se comerciem mercadorias,* mas é categórico ao afirmar que não é qualquer mercado que alça a condição de cidade uma localidade.

Nessa direção, Weber afirma que a:

> (...) cidade no sentido *econômico* quando a população *local* satisfaz uma parte economicamente essencial de sua demanda diária no mercado local e, outra parte essencial também, mediante produtos que os habitantes da *localidade* e a povoação dos arredores produzem ou adquirem para *colocá-los* no mercado. Toda cidade no sentido que aqui damos a essa palavra é um "local de mercado" (1967, p. 68).

Destaca ainda ser normal que a cidade apresente uma estrutura diferente do campo que tem uma população não urbana. Porém, reforça que o sentido que utiliza para o vocábulo - estabelecimento de mercado - o que implica relações de comércio, garantidas pelo proprietário do domínio o que gera pagamento de direitos alfandegários e o lucro advindo com as rendas do solo.

No segundo modo, a cidade também pode ser fundada:

> [..]sem esse apoio na corte do príncipe ou da concessão do príncipe, mediante a reunião de intrusos, piratas ou comerciantes colonizadores ou nativos, dedicados ao comércio intermediário, e esse fenômeno foi bastante frequente nas costas mediterrâneas nos primeiros tempos da Antiguidade e também, por vezes, nos primeiros tempos da Idade Média. (WEBER, 1967, p. 69).

Este segundo modo de fundar a cidade também foi reproduzido pelos colonizadores europeus na América Latina e consequentemente na Amazônia, onde as cidades foram criadas por *intrusos, piratas ou comerciantes colonizadores* à revelia e consequentemente sem a aquiescência da população nativa que ocupava o espaço amazônico. Nesse caso, a fundação da cidade de Manaus, cabe na matriz teórica weberiana.

A obra de Weber (1967) chama atenção para a importância dada nos dois modos distintos de fundação da cidade, para a relação entre o *oikos,* a casa e o mercado; também fica evidenciado que a indústria é fun-

damental para desenvolvimento do fenômeno urbano, como elemento da economia monetária capitalista.

Para o que se propõe debater neste artigo, essas são as contribuições essências de Weber. Na sequência, será apresentada uma breve síntese de contribuição de Henri Lefebvre.

1.2. Henri Lefebvre e O Direito à Cidade

Enquanto Weber (1967) é pragmático e discorre longamente acerca do conceito e categorias de cidade, Lefebvre (2011) faz uma reflexão teórica, denominada de "ciência da cidade", que deve se debruçar obrigatoriedade para redefinir as formas funções, estruturas econômicas, políticas, culturais, etc. da cidade, bem como as necessidades sociais da sociedade urbana.

> (...) uma ciência analítica da cidade, necessária, está hoje ainda em esboço. Conceitos e teorias, no começo de sua elaboração, só podem avançar com a realidade urbana em formação, com a práxis (prática social) da sociedade urbana. (LEFEBVRE, 2011, p. 106)

O autor atesta que nesse contexto *o urbano persiste no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade*. Assim desconsidera a hipótese da reconstituição da cidade antiga e ao mesmo tempo rejeita a fuga para frente, para a aglomeração e informe - esta é a prescrição. Enfim, o objeto da ciência da cidade não é determinado. É um objeto virtual que o pensamento estuda, onde não existe passado, presente, futuro, o que exige novas providências.

Diferentemente da cidade arcaica grega e romana, onde a centralidade se apega a um espaço vazio: a ágora e fórum, e a cidade medieval, cuja centralidade urbana acolhe os produtos e as pessoas, a cidade capitalista criou o centro de consumo, daí procedem às novas *démarches*.

> A sociedade urbana, cuja possibilidade é aqui exposta, não pode se contentar com centralidades passadas, ainda ela não as destrua e sim as utilize e se aproprie delas, modificando-as (LEFEBVRE, 2011, p. 131).

Um aspecto que é de interesse da reflexão que propõe debater neste artigo é a abordagem de Lefebvre na qual o direito a cidade é uma exigência. Essa exigência está vinculada no contexto das respostas que emergem ao fenômeno urbano.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2011, p. 134)

Na contribuição de Lefebvre (2011), a questão urbana recebe destaque, pois, para ele, *a estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar*, pontua-se, portanto, a centralidade do sujeito para o pleno exercício do direito à cidade.

Essa relação da cidade com o sujeito no contexto do fenômeno urbano é que será abordada na próxima seção, na discussão acerca da gentrificação.

2 - A emergência e o debate em torno da gentrificação

Ao enveredar na pesquisa acerca da gentrificação, se identificou que a mesma trata-se de um vocabulário que emerge nos termos estabelecidos por David Harvey no contexto da pós-modernidade. Para o objetivo proposto neste artigo, será seguida a vereda teórica perscrutada por Leite (2002) e Rubino (2009).

Constata-se que originalmente o vocabulário *gentrification* carregou o mesmo significado, e passou a ter outros sentidos conforme o desenvolvimento do fenômeno urbano.

A palavra *gentrification,* que quer dizer a transformação gradual de uma zona popular em região nobre, foi utilizada no período do pós-guerra pela escritora anglo-africana Doris Lessing para narrar a sua busca de um lugar para morar em Londres. Em 1964, a socióloga Ruth Glass, relata também em Londres o processo de apropriação dos lugares (quarteirões) de classe trabalhadora, que em tese mantiveram suas características originais e foram transformados bairros valorizados e portadores de um *status* social que anteriormente não detinham (RUBINO, 2009, p. 25).

Nessa perspectiva, destaca-se que:

> Uma vez que esse processo de "*gentrification*" começa, ele vai rapidamente se espalhando até que a maioria dos ocupantes trabalhadores originais, são deslocados, e todo o caráter social do bairro é alterado. (GLASS, 1964 *apud* RUBINO, 2009, p. 25).

Em 1960, a expressão passou a ser utilizada nos Estados Unidos para:

> designar um modelo de intervenção urbana que se expandia em larga escala em muitas cidades americanas, cuja principal característica era a reabilitação residencial de certos bairros centrais das cidades (Smith, 1996). [...] Hoje, essa distinção, como reconhece Smith, já não atende ao caráter expansivo do processo: *gentrification* tanto pode referir-se à reabilitação de casarios antigos como pode englobar construções totalmente novas (LEITE, 2002, p. 118).

A partir dos anos oitenta, o termo *gentrification* tomou outras formas em decorrência das transformações societárias advindas com a acumulação flexível e com o desenvolvimento do fenômeno urbano e espraiou para além das cidades do ocidente e na atualidade é global. (RUBINO, 2009, p. 26).

Dois aspectos merecem atenção com relação à acepção original: o primeiro trata-se de que no processo de gentrificação o espaço construído não sofre alteração, mas as relações sociais, sim. Essas são degradadas por um processo destrutivo que, contraditoriamente, preserva a maioria das características espaciais. Segundo, a reabilitação de áreas consideradas obsoletas, além do aproveitamento das construções antigas em meio à nova. (RUBINO, 2009, p. 26-27).

Em nota explicativa acerca da tradução do neologismo, do inglês *gentry,* Leite (2002, p. 131) argumenta que se trata de um vocabulário controverso, pois seu significado de "enobrecimento" por mais que pareça adequado, carrega a imprecisão de referir-se ao "nobre" que, no Brasil, está mais relacionada a uma estratificação social por renda do que por um sistema de status. Daí sua escolha em manter o termo original, gentrificação, dado que sua tradução, por ser uma expressão nova, ainda não está solucionada. (LEITE, 2002, p. 131)

Em sua análise, Leite (2002) recorda que a consolidação do termo encontra-se no marco cronológico dos anos sessenta "no rastro dos 'distúrbios' sociais pós-1968 e da contracultura urbana" se reportando a David Harvey quando o mesmo associa que foi no contexto das manifestações públicas de protesto ao assassinato de Luther King que os políticos e empresários passaram a pensar na renovação urbana a luz do princípio haussmaniano de diluir as manifestações públicas com intervenções urbanísticas de higienizar a cidade e torná-la um local limpo e seguro, no interesse da acumulação flexível do capital, ao que pode ser acrescentado:

> Apesar de ser uma experiência típica do capitalismo pós-guerra - claramente identificada pela tendência de disputa das cidades pelo mercado internacional -, as políticas de *gentrification* podem ser consideradas ucessoras pós-modernas da experiência francesa bonapartista do final do século XIX (LEITE, 2002, p. 118).

Ou seja, a gentrificação trata-se de uma modalidade atual de higienismo, falseada por um discurso de apreço a cidade. (RUBINO, 2009, p. 37-27)

Para fortalecer o vínculo orgânico da acumulação flexível do capital ao processo gentrificação nos termos estabelecido em Leite (2002), cabe à abordagem de Rubino (2009) que amplia sua análise com a contribuição de outros autores e acrescenta os sujeitos do enobrecimento urbano ao fazer a seguinte síntese:

> A abordagem alternativa enfatiza o consumo e um pool de possíveis agentes do enobrecimento urbano. [..] o papel crucial desempenhado pelas mudanças na estrutura industrial e ocupacional, situando o gentrificador entre o profissional urbano e a fração gerencial, uma nova classe média liberal que valoriza a preservação histórica do centro e o consumo de mercadorias não estandardizadas [..] Explicar o que eles fazem e porque vão morar no centro, exige que nos desloquemos da esfera da produção para a da reprodução e consumo.[..] (RUBINO, 2009, p. 26-27).

A partir dessa configuração teórica, a autora aprofunda a análise com a contribuição de outros autores, ao afirmar que, mais do significado que o termo gentrificação encerra, há uma perene tensão entre estrutura e agência trazida para a sua aplicação.

Disto, decorre um desdobramento para uma oposição entre economia e cultura (Lees), produção e consumo (Zukins), modernidade e pós-modernidade (Faetrsthone). A autora atesta que em autores como Butler *essa abordagem avança para um caminho intermediário e consumo torna-se uma via de acesso não apenas a classe ou gênero, mas a formação cultural*. (RUBINO, 2009, p. 29).

Outra chave analítica apresentada por Rubino (2009, p. 29) é a noção de consumo visual do antropólogo Marshall Sahlins ao verificar de que modo estratégias de produção se articulam a padrões culturais, conforme Zukin, mas, sem perder a vereda precursora de Smith onde o "pioneirismo urbano" é uma justificativa ideológica para a apropriação material

e simbólica do espaço urbano. Zukin ainda nomeia os atores sociais que articulam o sistema de produção de uma cidade pós-moderna:

> "o *chef de cuisine,* o garçom que quer ser ator, o curador, o funcionário da galeria de artes. Atores e edifícios são parte de uma nova paisagem, ou seja, uma nova ordem social imposta ao ambiente construído ou natural." (RUBINO, 2009, p. 29).

O processo de gentrificação ou enobrecimento, mais que um neologismo gramatical ou estratégia do capitalismo concorrencial ou na acumulação flexível, no âmbito do fenômeno urbano, reflete a característica expansionista de gerar lucro no modo capitalista de produção, independentemente do seu estágio, no âmbito da produção e reprodução das relações sociais e consequentemente amplia as formas de desigualdade social.

Na próxima seção serão abordadas as veredas do processo de gentrificação na cidade de Manaus à luz dos pressupostos teóricos apresentados nas seções anteriores.

3. Veredas da gentrificação na cidade de Manaus/Amazonas

Conforme Mesquita (1997) a origem de Manaus/AM data do século XVII, período no qual os portugueses passaram a explorar a região amazônica em busca de escravos indígenas e a cidade foi se forjando com grupos indígenas em torno da Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro.

Sua fundação está vinculada à onda expansionista do capital na fase dos monopólios comerciais e sua função estratégica, além de fortaleza, como marco do domínio português na região, se justifica na condição de ser um porto de lenha na confluência entre os rios Negro e Solimões, para atender aos interesses, principalmente da Inglaterra, nos termos do tratado de comércio e navegação assinado em 1810, no rastro da Carta Regia de 1808, que abriu os portos brasileiros as nações amigas.

Em 1848, a vila de Manáos foi promovida a condição de cidade da Barra de São José do Rio Negro. Em 05 de setembro de 1850, a Comarca do Alto Amazonas foi elevada à categoria de Província, mas, concretamente efetivada dois anos depois, quando só então assumiu o Presidente da Província; ocasião onde se dá o início do período da construção de pontes de madeiras sobre os igarapés, que eram vistos como obstáculos para a expansão de Manaus.

Destarte que Manaus, desde a sua origem, pode ser associada, na perspectiva de Weber (1967), apenas na característica de *reunião de intrusos, piratas ou comerciantes colonizadores ou nativos,* quando se trata da fundação da cidade, o que nesse caso, não é o suficiente, pois falta à indústria e ao mercado, elementos essenciais à lógica da cidade na ótica de Weber (1967).

É elucidativa a caracterização da cidade no início da época provincial (1852/1899) nos termos colocados por Mesquita (1997):

> Sem dúvida os acidentes geográficos e os hábitos regionais faziam do lugar um exótico aglomerado urbano, que misturava elementos ocidentais aos traços nativos e em muito pouco se assemelhavam ao padrão europeu. [...] Manaus era uma cidade com características que em nada deveria assemelhar-se aos aglomerados europeus, que naquela época já usufruíam dos benefícios introduzidos pela indústria e pelas modernas noções de higiene (MESQUITA, 1997, p. 23).

A obra de Mesquita (1997) destaca que a reforma urbana em Manaus no período da extração do *látex* está associada à mentalidade progressista e acrescenta-se subalterna, baseada no modelo burguês de cidade, assimilado pelas elites do país e do Estado à economia capitalista internacional.

Essa apropriação ideológica tinha sua sustentação econômica em uma base extremamente frágil, pois, enquanto na Europa a indústria se desenvolvia e o capitalismo avançava para o seu estágio concorrencial (meados do século XIX-XX), a região amazônica, especialmente Manaus/AM, tinha a sua economia pautada no extrativismo.

Esse vínculo da subalternidade estabelecido no âmbito da produção reprodução das relações sociais tomou forma na *Belle Époque* manauara e foi designada por Mesquita (1997) como *política do embelezamento* da cidade; para isso era necessário um rito de passagem para a vitrine, despindo-se da cultura local e da tradição indígena para um processo de branqueamento de revestir-se com os traços de características ocidentais:

> A atualização de Manaus/AM aos padrões urbanos vigentes da época implicava a adoção de modelos que nem sempre se adequavam às condições da região; assim foi preciso repensar e redefinir o espaço urbano, modificando-se o antigo traçado de sua área central e desapropriando-se algumas propriedades particulares. Por outro lado, buscava-se atender, também, as exigências de higiene pública e de circulação. [...] Se por

> um lado melhoravam as condições de comunicação, higiene, transporte; por outro, interferia-se na topografia, modificava-se o clima e impunham-se costumes, ignorando as tradições culturais locais" (MESQUITA, 1997, p. 179).

Modernizar, embelezar e adaptar é a tríade que Dias (2007) descreve como a exigência do grupo constituído pelos extrativistas, aviadores, todos ligados ao capital financeiro, para isso *cabiam providências de excluir do espaço urbano os pobres, pedintes, prostitutas, vadios etc*. Assim, *a cidade, antes espaço comum, modifica-se e estratifica-se segundo uma nova configuração: a de classe.* (DIAS, 2007, p. 28, p. 120).

Deste modo procede a argumentação apresentada por Leite (2002), na seção anterior, porque a modernidade e o embelezamento vinculam Manaus ao enobrecimento da cidade, via estratificação social, por renda do que propriamente um sistema de status.

Também na seção anterior foi indicada que, originalmente o vocabulário gentrificação na literatura inglesa e estadunidense tinha o mesmo significado, no caso, o de designar um modelo de intervenção urbana cuja principal característica era a reabilitação residencial de certos bairros centrais das cidades.

Em Manaus/AM, o processo de gentrificação foi forjado por ocasião da "política de embelezamento" que culminou com a implantação da *Belle Époque* manauara, como uma expressão das profundas transformações que causou e cristalizou no espaço urbano da cidade, em tempo real com experiência francesa bonapartista do final do século XIX, mencionada por Rubino (2009) e encontrada em Dias (2007):

> A escolha do período de 1890/1920, não é aleatória uma vez que foi nesse espaço de tempo que Manaus sofreu seu primeiro grande surto de urbanização, graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, via economia do látex. Embelezar e modernizar Manaus foi o grande objetivo dos administradores dessa época. Era necessário que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente para a emigração, o capital e o consumo (DIAS, 2007, p. 18).

O desenvolvimento das forças produtivas nunca foi linear, o fato do processo de gentrificação passar a ser objeto de estudo da ciência no contexto da pós-modernidade, no processo de apropriação do espaço urbano, até então reduto da classe da trabalhadora em Londres e nas cidades estadunidenses mencionadas, não pode ser a referência para Manaus alcançar

o mesmo padrão urbanístico - pautado na desenvolvimento da indústria - e reconhecer que o fenômeno urbano da gentrificação na cidade tem sua origem nas intervenções urbanísticas iniciadas no período provincial e seu apogeu se deu no período da *Belle Époque*.

Considerações finais

Neste artigo foram perscrutadas as veredas do fenômeno urbano da gentrificação que recebeu o nome de política de embelezamento na cidade de Manaus/AM. As pistas iniciais dessas veredas foram seguidas a partir da contribuição apresentadas por Weber, (1967) e Lefbvre(2011).

As duas obras têm matrizes teóricas diferentes, entretanto é possível identificar a relação intrínseca da cidade com as pessoas. Em Weber, a relação entre o *oikos* a "casa" e o mercado é fundamental para desenvolvimento da cidade, e Lefebvre relaciona a centralidade do sujeito como direito à cidade. Nenhuma dessas características foi ou é adotada no desenvolvimento do fenômeno urbano na cidade de Manaus/AM.

As fontes primárias apresentadas por Leite, (2002) e Rubino (2009), que enveredaram a pesquisa sobre a gentrificação, são de origem britânica e estadunidense; logo fazem uma imersão teórica na ótica da pós-modernidade.

O significado literal do vocabulário inglês "*gentrification*" é de enobrecimento, que é usado por Rubino, mas com reservas por Leite, que usa a tradução: gentrificação.

A gentrificação é um processo particular do fenômeno urbano identificado na emergência da acumulação flexível do capital. Inicialmente, quer dizer a transformação gradual de uma zona popular em região nobre (Inglaterra) e designa um modelo de intervenção urbana que se expandia em larga escala, cuja principal característica era a reabilitação residencial de certos bairros centrais das cidades (EUA).

Diferentemente da assertiva apresentada de que, em sua acepção original, na Inglaterra e EUA, onde a gentrificação no espaço construído não sofre alteração, em Manaus ocorreu o contrário. Pois, para assegurar o embelezamento da cidade, foi necessário retirar os moradores da área central para então consumar a intervenção urbanística. Nesse caso, a degradação das relações sociais é ampliada pela exclusão física, do lugar e simbólica porque, o lugar foi destruído.

Assim é possível identificar a forma precursora de outros sentidos para vocábulo gentrificação. Isto ocorre ao enveredar por um caminho que associa o embelezamento de Manaus como uma expressão da gentrificação dada as profundas transformações que causou no espaço urbano da cidade.

Essa relação do embelezamento como sentido de gentrificação nos moldes da experiência francesa bonapartista do final do século XIX, não precisou esperar cinquenta anos para acontecer, pois ocorreu *pari-passu* em Manaus.

Isso é possível de ser explicado em decorrência das diferenças da fundação das cidades; enquanto na Inglaterra e nos EUA as cidades foram fundadas na base de uma economia industrial, Manaus foi fundada por uma ação colonialista e sua economia tinha a base fincada no extrativismo do *látex*.

O fenômeno urbano da gentrificação desencadeado a partir da "política de embelezamento" de Manaus, no século XIX e XX - antes mesmo que ocorresse nos países centrais -, é uma contradição intrínseca ao modo de produção capitalista. O que demonstra neste caso que as veredas do tempo e espaço circulam na órbita que assegurem ciclo de produção e reprodução social do capital.

Referências

DIAS, Edinea Mascarenhas. A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920. 2ª. edição Manaus: Valer, 2007.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à cidade (tradução: Rubens Eduardo Frias) 5ª edição, 3º reimpressão. Ed. Centauro; 2011.

LEITE, Rogerio P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 115-172, jun. 2002.

MESQUITA, Otoni Moreira de. Manaus: História e Arquitetura - 1852-1910. 3ª edição. Manaus: Editora Valer, 1997.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento Urbano. In: Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas. 2009

FORTUNA, Carlos. LEITE, Rogério P. (orgs). Coimbra, Edições Almedina SA, 2009.

WEBER, Max. Conceito e Categoria de Cidade; (trad. de Antonio Carlos Pinto Peixoto) In: VELHO, Otavio Guilherme (org.), O Fenômeno Urbano; Editora Zahar, 1967.

Arqueologia na América Latina: o passado no campo de batalha durante a Guerra Fria

Andrés Alarcón-Jiménez

The Third World played a big role in the East-West confrontation, in the confrontation between capitalism and socialism, between the United States and the Soviet Union —especially in the post-war years. And in the era of Nikita Khrushchev, in particular, the Soviet Union's policy was very aggressive, energetic and proselytizing: in those years, Soviet agencies adhered to the lemma that the destiny of the world, its future, depended on the outcome of the struggle in the Third World. In other words, this was considered the preserve of socialism; as also it was considered the preserve of capitalism. Using the vocabulary of that time, which I imagine you understand perfectly, in the contest between the socialist camp and capitalist power, whoever got in on the ground floor in the Third World would ultimately be the winner of the titanic struggle being waged between two different worlds (Leonov 1999) .

1. **Dos Sujeitos, o passado, o poder e os objetos**.

Os arqueólogos são, por consenso, seres humanos. Isto é, são mamíferos, especificamente, seres humanos e, portanto, estão sujeitos, mesmo que não acreditem na teoria da evolução, às contingências do tempo/espaço, do corpo biológico mutante, assim como às do universo natural e sociocultural que ele (o corpo) suporta. Essa afirmação me permite formular algumas considerações pertinentes. Isto significa que, enquanto indivíduo, antes de se formar e de especializar, o arqueólogo passou por um processo formativo. Noutros termos, desenvolveu uma visão de mundo (no plano do inconsciente a maior parte do tempo), aprendeu a usar o passado. (Cf. Dux 2011; Elias 2006; Ibarra García 2009; Valsiner e Rosa 2007). O processo de formação começa desde o nascimento, do zero. Devido a que cada um de nós nasce nesse estado precisará construir e desenvolver as estruturas que nos permitirão aceder ao mundo e agir nele competentemente. Precisaremos de cuidados e treinamento até alcançar um nível mínimo de autonomia. O processo continua durante uma vida inteira até alcançar, pelo menos, o ponto mínimo de desenvolvimento esperado para um adulto medianamente competente, segundo os padrões do seu grupo familiar, comunidade ou sociedade. (Dux 2011; Ibarra García 2009; Valsiner e Rosa 2007).

Isso significa que a História, o Passado, a Memória Social ou a Identidade, nesse sentido, começam a ser construídos do zero, aos poucos e gradualmente, durante a vida de cada um de nós. Porém, o processo, como acontece geralmente para o caso dos arqueólogos, passa pelos filtros da escola, das religiões organizadas e da mídia e precisa, nesse caso, de competências básicas e essenciais como ler e escrever. Nesse contexto, esse Ser mutante, devido à forma em que funcionam os Estados modernos, *locus* onde a arqueologia é uma profissão, ganha, pelo menos, uma nacionalidade específica, reconhece uma pátria grande e uma pequena, desenvolve , geralmente, uma língua oficial específica, modela seus hábitos e constrói sua moral e forma de ser de acordo com um conjunto de costumes, de tradições, uma cultura material do cotidiano e uma institucionalizada, o patrimônio. No caso específico da cultura material, reconhecida como patrimônio cultural, por exemplo, exige-se que uma grande massa desses indivíduos seja treinada segundo uns mesmos padrões institucionalizados, codificados não só nos livros de História, mas nas tradições ligadas a, formas de se reconhecer como cidadão de uma etnia, uma raça, uma classe social, uma religião, um estado, uma nação. Cada indivíduo tende a se tornar um adulto típico do seu universo, portanto, mediando uma visão de passado comum, em relação às culturas, normas de comportamento, crenças e tradições particulares do seu âmbito sociocultural e material de referência. (Cf. Carretero 2007; Choppin 2002; Dux 2011; Ferro 1981; Foucault 1988; Funari e Piñón 2007; Ibarra García 2004; Ibarra García 2009; Piaget e Weil 1951; Piaget 2007). Ibarra explica isso da seguinte forma:

> Si la construcción de capacidades mentales empieza en las primeras etapas de la ontogénesis y continua hasta alcanzar el nivel de desarrollo de los adultos, las formas mentales como las encontramos en la historia, se encuentran vinculadas con los esquemas cognitivos que han sido construidos en la ontogénesis. En la lógica de las ideas y del conocimiento residen, en otras palabras, estructuras que han sido construidas en las fases iniciales de la historia individual. **Esto significa – y esta es la consecuencia más relevante- que los sistemas de pensamiento de la filosofía, las interpretaciones del mundo, la moral y las creencias que existen en las diferentes culturas constituyen prolongaciones y aplicaciones de las estructuras construidas en la ontogénesis** (IBARRA GARCÍA 1995, 81–82).

Contudo, no contexto dos Estados Nacionais, o campo educativo e as escolas tornaram-se o espaço privilegiado para padronizar a produção

de cidadãos, em que o processo tenta ser controlado segundo um projeto pedagógico, cívico e moral que representa, não só os interesses da nação ou da região, mas das outras formas de convívio social presentes em uma sociedade moderna. Essa passagem pela escola, a incorporação dos métodos e dos conhecimentos adquiridos, pelo aluno, nela modificam o desenvolvimento do processo cognitivo e fomentam, pelo menos, dois fenômenos que estão relacionados com o desenvolvimento moral dele (o aluno), mas não no sentido planejado: :a) o incremento das competências operatórias e linguísticas do indivíduo e, concomitantemente a esse processo, b) o processo de descentramento que consiste, entre outras coisas, em que o sujeito consegue se tematizar a si mesmo e aos outros ao mesmo tempo em que aumenta sua capacidade para agir no mundo.

Dito de outra forma: cada indivíduo desenvolve a capacidade de ver em perspectiva o seu universo, de compreender sua posição no mundo, a respeito de si e dos outros, raciocinar e agir de forma cada vez mais competente no que concerne ao mundo sociocultural e material. No que tange à moral e às relações de poder, isso significa que o sujeito, que a princípio aceitava a ordem do mundo segundo sua perspectiva egocêntrica, como um universo sujeito a forças subjetivas, começa gradualmente a agir reflexivamente, conseguindo compreender, questionar e, enfim, usar as normas sociais como forma de interagir com os outros. Em outras palavras, não só as aceitando como uma imposição externa ou como uma lei natural. No que se refere ao plano social, e essa constante interação entre indivíduos, o que, no processo histórico, devém regra e norma e com esse universo codificado é que se encontrarão os membros novos de cada grupo (Dux, 2011; Ibarra García, 1998a; Ibarra García, 2004; Ibarra García, 2009).

Esse processo perpassa pela linguagem. Isto é, o processo de constituição de si se dá sempre mediante a linguagem, uma linguagem padronizada e institucional que, como disse Wittgenstein (1992), contém mitologias, mas, mesmo herdando as estruturas linguísticas , a linguagem é construída por cada um de nós, mas, sempre no espaço da interação com outros sujeitos mais desenvolvidos do que nós. Com a passagem do tempo, e dependendo do nosso universo material, adquirimos uma competência linguística que, na escola e na faculdade, torna-se bem específica e mais técnica. A importância das categorias está dada porque são essas estruturas as que nos permitem conceber fisicamente a materialidade do mundo (Ibarra García, 1995).

Com relação ao caso específico da cultura material, o desenvolvimento da linguagem e, portanto das categorias e estruturas operativas relacionadas com o passado, e com os usos do passado, se dá por meio de palavras e narrativas, mas também de objetos e, como acontece no caso da História ou Arqueologia que circulam no dia a dia, de reproduções gráficas dos objetos pertencentes ao domínio da cultura material como dos usos sociais deles que, na nossa cultura, ainda estão mais perto da noção de "ídolo" ou de "relíquia" que da funcionalista ou cultural de "objeto arqueológico". Isto é, a nossa visão de mundo do passado, antes de ser questionada (porém, inclusive depois de ter sido questionada) pelo discurso arqueológico, constrói-se em relação com objetos cujas propriedades são consubstanciais (pela linguagem) com os objetos, são concomitantes e não existe um sem o outro. Assim, nosso patrimônio cultural só pode ser concebido no marco de um passado antropomórfico: são testemunhas vivas da cultura, ídolos, ícones que partilham as características dos seus criadores, nossos antecessores, pais ou mães da pátria. Seu valor está determinado por esse espírito e a forma em que nos relacionarmos com ele, e a forma em que somos treinados a usá-lo é literalmente uma técnica de si, torna-se uma disciplina desenvolvida por cada um de nós como forma de nos integrarmos voluntariamente ao organismo social. Essa prática, esse uso do passado que exprime toda a força do poder dos costumes e relações socioculturais de um grupo humano, é própria dos projetos pedagógicos das escolas, museus e igrejas, onde o patrimônio cultural é definido, concebido e usado como ícone ou relíquia. Porém, pelas tradições intelectuais que são produzidas e reproduzidas pelos sistemas escolar e cultural, pela família, pelos grupos ou, em síntese, para ser consumidos no nosso universo humano particular no contexto das indústrias educativas, esse uso dos objetos, relacionados com o patrimônio, é ambíguo e sujeito constantemente a questionamento. Isto é, ao mesmo tempo em que concebemos e usamos essa classe de objetos segundo a forma que nos foi ensinada, pela natureza do aparato cognitivo, como das ferramentas que desenvolvemos pela lógica analítica da disciplina, tendemos a certo grau de descrença. Ou seja, , somos capazes de refletir e de questionar esses significados, usos e propriedades atribuídas a ele. Percebemos sua arbitrariedade mesmo que respeitemos as normas morais e os significados que constituem esses objetos como patrimônio. (Cf. Calvin, 1599; Cf. Ibarra García, 1995; Ibarra García, 1998a; Ibarra García, 1998b; Ibarra García, 1997; Ibarra García, 2009).

No nosso trabalho de pesquisa, observamos esse fenômeno pela noção de memória protética: denominamos por meio dela o conjunto de estruturas cognitivas, operativas e categoriais, relações e usos do passado que se constituem como uma extensão do nosso corpo, especificamente da nossa memória física que, entre outras propriedades, modifica a nossa forma de ver o mundo. Permite coordenar e estender nosso aparato cognitivo e o nosso universo de experiências individuais a um universo sociocultural, humano e material olhado pelas lentes do objeto cultural que denominamos "passado". Essa memória se desenvolve organicamente e, nesse sentido, como o resto de competências e categorias, está sujeita tanto ao nosso desenvolvimento particular como ao universo no qual nos desenvolvemos-. Essa memória protética, concebida como uma classe de relações de uso que construímos a partir da História ou da Arqueologia, pelos livros e pelos objetos, pelo espaço organizado, pelos monumentos, pela linguagem, tradições, calendários, pela cultura material e imaterial como manufaturada por arqueólogos, antropólogos ou historiadores, por rituais e mitos, entre outros elementos, nos permite operar sobre o universo do presente, sobre nós mesmos e sobre os outros a partir do conjunto de elementos particulares relacionados com o "passado". Esse tipo de operações, feitas a partir do desenvolvimento da memória protética, pode se denominar usos do passado e, no nosso contexto, ele é construído, na maioria dos casos, com o desenvolvimento de competências linguísticas, mas, sobretudo, de leitura e escrita, em relação a objetos culturais concretos, tecnologias (de si), como os livros. Nesse caso, livros que contêm as narrativas institucionalizadas como as histórias nacionais, religiosas ou das civilizações ocidentais, e em relação a conjuntos de costumes e objetos, cultura material e imaterial reconhecida protegida e institucionalizada como patrimônio. Desenvolvemos essa memória protética, sempre de forma inconsciente e, contudo, não somos nunca completamente dominados. O motivo é simples, esse tipo de tecnologia de si (Foucault 1988) que denominamos memória protética, que fora desenhada como tecnologia para controle populacional, fornece aos indivíduos dessa linha de perspectiva que sempre lhe permitirá tomar distância do universo material, refletir e, como acontece frequentemente, questionar e/ou rejeitar as pressões exercidas sobre ele por parte de outros sujeitos. (Carretero, 2007; Dux, 2011; Piaget e Weil, 1951). No processo de construção e uso dessa memória, com a perda do egocentrismo[1], o desenvolvimento de uma

1 A noção de egocentrismo está ligada à teoria histórica-genética da cultura que, por sua vez, baseia seus

maior refletividade e competência para agir no mundo, todos desenvolvemos pelo menos dois tipos de linhas de perspectiva, que pensamos análogas à perspectiva na arte baseada na geometria. Por um lado, espaço-temporal e de outro, a perspectiva moral. Dependendo do estado de desenvolvimento do nosso aparato cognitivo, ambas as linhas de perspectiva, constituídas em relação a narrativas, imagens, objetos e outros elementos que relacionamos com o "passado", assim como as formas em que as concebemos e as usamos, permitem-nos operar, de uma forma particular, porém, em tempo presente, no nosso cotidiano. Mas também nos permitem operar sobre discursos, categorias, lugares ou materiais produzidos outrora, no caso da arqueologia. Já voltaremos sobre isso, quando falarmos da operação arqueológica, mas essa perspectiva é um nível abstrato, que desenvolvemos durante o processo formativo, que nos permite operar com certa competência sobre o universo material e humano e que é impulsionada e modificada pela nossa educação escolar, entre outras coisas. No que diz respeito à perspectiva moral, a memória protética como tecnologia de si, é pensada como essa dimensão normativa constituída pela representação de costumes, valores, formas de ser humano que estão relacionadas com narrativas, objetos, imagens, lugares e pessoas, destinadas a serem exemplos de como se deve ser humano, um cidadão. Essa linha perspectiva constitui o passado - como no discurso religioso-, como uma genealogia da moral tornada biopolítica. Isto é, um mapa é bússola que incorporamos – de forma aparentemente voluntária- como disciplina individual. Somos nós mesmos marcando um norte - referenciado em pontos já demarcados por outros sujeitos-, ligado ao passado, agindo pela obrigação moral imbricada já na estrutura do mapa (Cf. Marx, 1951 &; Nietzsche, 2010), com o intuito de controlar o nosso corpo no que diz respeito ao mundo material e humano. (Cf. Ibarra García, 2004; Foucault, 1988; McLuhan, 1962; McLuhan, 1964).

A operação arqueológica, o voo de pássaro.

Dentre esses projetos humanos e mutantes de cidadão, alguns de nós entramos na faculdade para estudar, nesse caso, a Arqueologia, e durante esse processo formativo, por um lado, tomamos consciência plena da natureza dos objetos, da natureza arbitrária dos modelos teórico-explicativos, das práticas e, inclusive, da natureza construtiva e constritiva do

debates na definição desenvolvida nos trabalhos de Piaget e suas equipes de pesquisa (Dux 2011; Ibarra García 1995; Piaget 1971).

universo cultural, social e material dos humanos. Contudo, as observações que fez Wittgenstein ao trabalho de Frazer continuam válidas (Wittgenstein 1992): interpretamos o universo dos outros, assimilando-o ao nosso, traduzindo-o segundas as nossas categorias sem nos distanciar do nosso próprio universo, sem considerar sua distância espacial e temporal, nem cultural ou social, sua natureza processual, nem a posição relativa de cada elemento com respeito de outros, do tempo-espaço e muito menos, de si mesmos, apesar de que teorias, modelos e evidências apontam a noções como heterogeneidade, diferenciação, etc.

Como os "primitivos" de Levy-Bruhl, antropólogos, arqueólogos e historiadores preferimos rejeitar – mesmo quando aparece na pesquisa a palavra descontinuidades –, o que a nossa própria pesquisa sugere, eliminando a linha temporal, estabelecendo continuidades e assimilando o passado, qualquer passado, ao nosso passado. Os casos mais notórios envolvem, por exemplo, expressões como os antigos brasileiros, os antigos colombianos ou casos que envolvem o passado glorioso greco-romano ou judeu-cristão à nossa história nacional e pessoal. (Dux, 2011; Ibarra García, 1995; Cf. Funari P.P.A e Dos Santos Funari R, 2010; Richard Hingley, 2008; Silva, 2007). Quando formado, o sujeito arqueólogo passa a formar parte de um campo, seja como burocrata, como professor como pesquisador ou como profissional. Assim, ao mesmo tempo em que se constrói como indivíduo/sujeito percorrendo, com as ferramentas e competências que desenvolve progressivamente e, de forma cada vez mais competente, as trilhas que vai abrindo ao longo da vida, ele pode se tornar agente, construtor de visões de mundo, regulador da produção, circulação e consumo das manufaturas do campo. Contudo, como arqueólogo ele operará de uma forma particular sobre o passado, pois como mencionávamos antes, ele já terá construído sua visão de mundo, de objetos, de tempo e de causalidade. Além disso, sua memória protética sofrerá uma modificação devido ao treinamento recebido na faculdade em teorias, métodos e técnicas arqueológicas, historiográficas e antropológicas. E nesse ponto, teremos de pensar sobre as operações próprias de um arqueólogo. Porém nessa ocasião propomos que a operação arqueológica (Cf. Certeau, 1975) consiste na recuperação e reintrodução de diversos tipos de elementos, materiais e imateriais, produzidos em um tempo anterior suscetível de ser datado por múltiplos métodos e de ser analisado com o intuito de obter diferentes tipos de informações, em uma

nova ordem sociocultural, semântica, historiográfica e humana, um regime historiográfico como um modelo arqueológico específico, em síntese, como produto do trabalho do arqueólogo. Posteriormente, serão apropriadas e assimiladas dentro do marco normativo do domínio da Historiografia, da Arqueologia e do universo do Patrimônio Público, entre outros relacionados com os usos do passado em nível e escala macrossocial. Assim, e pela lógica das indústrias educativas modernas, passarão logo a serem usadas e vendidas em novas apresentações, em outras instâncias, com outros intuitos e funções, por parte dos consumidores destas manufaturas. É, portanto, pelo trabalho do arqueólogo que um objeto, ou quaisquer elementos que possam ser recuperados e analisados, classificados e relacionados com a atividade humana, tornam-se um "objeto arqueológico". Por outro lado, não se trata da grade cultural do cotidiano, em que o arqueólogo vive como cidadão, como membro de uma família ou comunidade, mas de uma grade composta e usada dentro do campo acadêmico particular. Dessa forma, a materialidade do conjunto de elementos recuperados e estudados é redefinida no tempo presente, sempre mantendo como referência não só o marco teórico interpretativo utilizado pelo arqueólogo, mas a visão de mundo que ele partilha (seja sua postura perante ele crítica ou não) com seu público consumidor, seus colegas e patrocinadores como a matriz historiográfica. A atribuição de significados, características, etc., que resultam do trabalho do arqueólogo, porém, não para nisso,n pois o trabalho dele, mesmo se ele acredita firmemente que a História é só um relato cheio de vieses e erros humanos, mesmo sendo respaldado pela autoridade que lhe é atribuída a ele por seu pertencimento a um campo organizado e reconhecido, torna-se, no processo, parte da História e, ainda mais quando, como veremos logo, sua cientificidade é um dos atributos da pesquisa do arqueólogo. De fato, quanto mais alto for o nível de cientificidade das suas operações sobre o universo da cultura material, maior impacto tem as manufaturas do arqueólogo, garantindo, dessa forma, sua imbricação no sistema sociocultural. Contudo e, apesar do rigor e eficiência dos métodos do arqueólogo, os objetos associados a tempos passados, culturas desaparecidas, personagens ilustres, entre outros tipos de objetos e elementos da cultura material de um grupo humano, devirão patrimônio cultural ou, por exemplo, enquanto fotografia ou desenho, como parte das narrativas destinadas à formação do pensamento histórico de milhares de outros seres humanos. Contudo, fora dessa reflexão no plano do abstrato, podemos passar a ver um exemplo concreto.

América Latina, a guerra Fria, e a guerra pelo passado.

A definição, caracterização e escrita da história (e da pré-história) da América Latina (Appelbaum, 2003; Mignolo, 2006) foi um espaço de guerra aberta desde finais do século XIX, quando as Humanidades passaram a serem balizas, tanto das políticas de Estado como das biopolíticas aplicadas em forma massiva sobre as populações no Ocidente. Tais balizas apresentavam o intuito de retirar do povo o espírito revolucionário e as ideologias políticas que o acompanhavam.

O controle da cadeia de produção das manufaturas do passado tornar-se-ia um dos objetivos principais, pois se acreditava que a "História" era uma ferramenta útil para educar os corpos individuais do novo rebanho. Isto é, mesmo sem saber ou compreender muito bem o porquê, mas retomando a experiência missioneira cristã dos séculos passados de vida colonial, a formação dos pequenos cidadãos, a partir de um tipo de narrativa, levaria – ou facilitaria- a produção de adultos segundo os padrões esperados. Assim, no contexto da institucionalização dos sistemas modernos e massivos de educação, rural e urbana, se introduziram modelos de como ser humano na manufatura, circulação e consumo de Histórias que, como no caso das narrativas religiosas, seriam assimiladas e incorporadas e, logo, usadas na vida cotidiana, de forma muito bem-sucedida por cada indivíduo. Nesse processo, a pré-história, local, americana ou mundial seria introduzida na formação das pessoas, por diversos meios.

A arqueologia e a cultura material tomariam logo um papel significativo no desenvolvimento de visões de mundo e, como no caso das matrizes ideológicas do discurso histórico, aos quais estava integrada, a interpretação - o uso padronizado desse passado-, tornar-se-ia também um elemento a ser incorporado por cada cidadão. A cultura material tornar-se-ia a herança, o patrimônio cultural e a materialidade deste. Tudo isso seria definido como prova física. Isto é, tornar-se-ia um elemento essencial, visível, , mesmo que não palpável, que faria parte da encenação do passado de cada um de nós e, a partir do qual, deveríamos nos constituir como seres humanos.

Após a Segunda Guerra Mundial, o universo entraria em um estado de conflito perpétuo, em que dois polos, que já vinham se formando desde finais do século XIX, isto é, os comunistas e os anticomunistas, to-

maram posse do globo por todas as vias possíveis, representados pelo bloco da União Soviética e dos Estados Unidos, respectivamente.. Batizando-se esse estado de guerra perpétua e não declarada como Guerra Fria e nessa fogueira cairiam todos e cada um dos territórios humanos existentes, e junto com eles, a visão de mundo construída a partir da laboriosa atividade de arqueólogos, antropólogos e historiadores. Sobretudo, depois de 1958, a América Latina foi tomada pela expansão violenta do anticomunismo e da resistência – cuja violência tinha uma justificativa diferente –, do comunismo, promovida pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Essa guerra se materializou nos múltiplos governos ditatoriais na Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Peru, Bolívia, Equador, Panamá, Guatemala, Nicarágua, Espanha e Portugal, no regime cubano, cujo *status* de ditadura ou governo da resistência anti-imperialista é parte da guerra discursiva, política, cultural e socioeconômica até o dia de hoje, assim como nas democracias de papel, verdadeiras ditaduras de partido como o PRI mexicano ou que substituíram ditaduras, como no caso do Pacto de *Punto Fijo*, na Venezuela ou o Frente Nacional na Colômbia. O custo humano desse processo tem sido enorme, mas hoje moramos em um universo que é produto disso, e a forma com que concebemos e usamos o passado tem sido debatida pelo imenso arsenal teórico produzido nos passados 50 anos, em que o bloco vencedor tornou-se a referência, seja ela escrita em inglês, francês, alemão ou italiano, espanhol ou português. Curiosamente, só é agora que se aprende Chinês mandarim, mas quase nunca, nem antes nem agora, o Russo. Nestas latitudes, o fogo arderia mais forte depois da vitória em Cuba e da revolução nesta.

A noção de América Latina tomou força como bandeira identitária, sob um novo significado que, mantendo o espírito nacionalista, anticapitalista e antiamericanista no discurso *nonocentista*, durante a retomada conservadora do poder ao longo do continente, redefinir-se-ia em oposição ao sentido tradicionalista e aristocrático original. Com efeito, desde o século XIX, ao mesmo tempo em que a noção tinha sido concebida no contexto da política imperialista francesa, nas Américas, a "latinidade" nacionalista seria apropriada por intelectuais conservadores, descendentes de colonos europeus e saudosos dos tempos do Império (não da Espanha contemporânea deles), para ser usado como recurso discursivo e cultural perante o novo polo de dominação imperialista anglo-americano. Porém, seria no

marco do triunfo da Revolução Cubana, onde esse discurso anti-imperialista nonocentista seria reinterpretado, agora por intelectuais alinhados com o pensamento político de esquerda, como projeto político regional apadrinhado pelo poder soviético. Já posteriormente, e com o aumento da imigração para os Estados Unidos, na década de 1970, a latinidade ganharia mais um sentido, ao ser instrumentalizada como categoria racial e, por sua vez, identitária: com efeito, a latinidade tornou-se nesse contexto uma forma de homogeneizar e de caracterizar aos membros dessa comunidade hispanofalante de origem heterogênea (Appy, 2000; Birnbaum, 2012; Pedro Funari, Andres Zarankin, e Melissa Salerno 2009; Grandin, 2004; McSherry, 2005; Saunders, 2000).

Mas esse processo, definido como luta contra o comunismo ou a favor dele, pode conceber-se como o processo de apropriação e reinterpretação de todo um movimento cultural, apadrinhado e reproduzido por sucessivas gerações, que abarcaria o final do século XIX e a primeira metade do XX, quando se deu a revolução conservadora em âmbito continental, que cimentaria as bases da noção de América Latina, assim como muitas das suas características. As revoluções populares americanas e europeias produziram medo entre os membros do campo do poder mais conservadores e as guerras pela educação das almas e dos corpos, que já vinham sendo combatidas no plano econômico com desastrosas consequências, tornou-se uma das maiores cruzadas do século. Percebemos nesse contexto que, junto com a concorrência entre nações europeias pelos mercados mundiais, com a consolidação dos novos estados nacionais na nova ordem geopolítica, mas sobretudo com a publicação das encíclicas do pontífice Leão XIII e com as do Pio X, seu sucessor, o universo do pensamento político encontrou no Socialismo e no Comunismo, na teoria da evolução e no liberalismo as mil faces do inimigo a ser vencido. Depois da Segunda Guerra, e com a nova ordem mundial imposta, essa divisão do mundo tomou nova força e o atingiu em escala geopolítica, de forma mais marcada e agressiva do que antes. Os Estados Unidos usariam, entre outras estratégias, a educação de profissionais, por meio das bolsas das fundações Ford, Rockfeller ou Fullbright, se formaram, profissionalizaram e posicionaram perante os dois polos dominantes, de forma coerente com as dinâmicas da época, adotando uma ou outra das escolas mais representativas: nesse caso, as escolas teóricas vindas dos Estados Unidos, principalmente. (Appy, 2000; Chomsky, 1997; Franco,

2002; Saunders, 2000; Hugh Wilford, 2009). Só um pequeno grupo, na década de 1970, decidiria, na margem oposta, desenvolver uma arqueologia latino-americana. Seu sucesso seria limitado, como veremos, e só encontrariam um espaço de trabalho livre e amplo durante esses últimos quinze anos, com a chegada ao poder de alguns regimes de esquerda na região.

Assim como muitos militares da região iriam se treinar nos campos e filosofias da escola das Américas, muitos economistas se formariam no pensamento da escola de Chicago, ou sob as doutrinas da teoria da dependência da CEPAL, ensino, prática e imbricação da Antropologia, da Historia e da Arqueologia no cotidiano, como no campo de poder, passaria por diversos canais, pela ação de agentes concretos, importantes no seu desenvolvimento como disciplinas e campos e, de fato, como formas específicas de biopolítica durante a Guerra Fria. (Gill, 2004; Gilman, 2003; Latham, 2000; Patterson, 2001; Hugh Wilford, 2009). A Antropologia Cultural, a Sociologia, a Nova Geografia, a Teoria da Dependência e da Modernização, assim como a Arqueologia Processual, tornaram-se duas teorias não só populares como institucionalizadas em todo o continente e no mundo. O poder do s discurso científico e anti-histórico destas, o uso de tecnologias novas e ferramentas, a crítica às teorias germânicas culturalistas, a teoria do progresso social delas e, enfim, a reinterpretação da história humana, sob o esquema evolucionista e processual dos grupos humanos, comprovado por suas equipes e alunos, como um fenômeno universal ao longo do tempo-espaço, não só questionaria as narrativas antigas baseadas ou dependentes da história, mas introduziria uma forma de materialismo não marxista nem comunista, mas liberal, modernizante e progressista. Essa chave de arqueologia/antropologia permitia estudar a Humanidade em seu conjunto e se movimentando no mesmo sentido, progredindo – curiosamente segundo o esquema evolucionista nonocentista atribuído a Henry Lewis Morgan, Engels e Marx- como predito pelas leis científicas da evolução social.

A História, como tratada pela Antropologia Cultural e pela Arqueologia Processual, foi reduzida a uma expressão cultural particular, subjetiva demais, evidentemente defeituosa, falida e pouco confiável, mas atraente como objeto cultural e/ou como fonte de interpretações do registro arqueológico. Essa metodologia de pesquisa ganharia adeptos no campo do poder por que, aliás, resultaria útil no desenvolvimento de políticas voltadas para populações não brancas, minorias e estrangeiros, dentro e fora

dos Estados Unidos. Isso porque eram tempos em que se acreditava que o esquema liberal americano era 'O Modelo universal de Progresso'. Essa teoria antropológica poderia, portanto, ser usada no campo econômico como chave de análise e interpretação das mudanças nas sociedades humanas no tempo, pois com seus resultados seria possível prever e administrar, ou controlar, as trocas nas estruturas econômicas e socioambientais das populações e ecossistemas. Portanto, com essas informações desenvolver-se-iam políticas modernizantes para as nações do Terceiro Mundo, evitando novas revoluções. (Latham, 2000; Patterson, 2001; Bruce G. Trigger, 2006; Wax, 2008). Esse tipo de antropologia, mas também as escolas de sociologia e de arqueologia, favorecidas nos Estados Unidos, por esses anos, tomariam força na América Latina. Desde a Segunda Guerra, os Estados Unidos estavam preocupados em cooptar a intelectualidade da região, fato que, com o triunfo da revolução em Cuba, tornou-se uma obsessão e uma política continental. A influência da ilha seria enorme, mesmo que enquanto sombra, e sempre com ajuda voluntariosa de intelectuais da região. (Chomsky, 1997; Franco, 2002; Hugh Wilford, 2009). Foi também a época em que, junto com as políticas do bom vizinho norte-americano, com estratégias de combate contra o comunismo, que os governos latino-americanos modernizaram suas universidades e tentaram melhorar o nível dos universitários. Um meio importante para isso seriam, então, as Humanidades e as Ciências Sociais (Gilman, 2003; Latham, 2000; Woods, 1998). Porém, como já foi dito, o combate deu-se a partir do outro polo. Sua estratégia seria bem diferente e, como denunciaria Oyuela-Caycedo (1997), em seu artigo sobre o ASLA, teria adquirido características específicas em cada nação latino-americana. A Arqueologia Social Latino-americana (Lorenzo, 1976; Cf. Lumbreras, 1981; Patterson 1994) nasceria nesse contexto, mas, mesmo sendo de esquerda, devido, quiçá, à falta de meios de comunicação reais, de políticas adequadas e de falta de vontade e financiamento, ela não deveio popular. De fato, como denunciou o arqueólogo chileno Luis Felipe Bate (1998), no começo da década de 1990, época em que, mesmo que as ditaduras já tivessem consentido que democracia "seguisse em frente" como forma de governo, depois de causar estragos que perduram até os dias de hoje, a ASLA foi isolada, não ganhou sequer uma menção como escola de pensamento e só alguns dos seus membros foram reconhecidos, publicados e, às vezes, estudados.

Nas universidades, mesmo aquelas que incluíam a teoria marxista nos seus programas de estudo, a política dominante continuava sendo o anticomunismo, isto é, uma política de exclusão de todas aquelas formas de pensar classificadas como tal pelos agentes dos campos de poder . Assim, restringida a operar em certas partes da região, e de ter pouca visibilidade em tempos que ainda a comunicação e a circulação de informações não tinham sido modificadas, como hoje, pela Internet, a ASLA foi um projeto de poucos que, aliás, se adaptaria às características de cada nação e cujos membros, em diversos momentos, não encontrariam um espaço de debate e trabalho comum e sofreria pela falta dos meios que, como hoje, permitem que uma ideia circule, se espalhe e se popularize de forma mais efetiva. Lançada no México, baseada no trabalho de um peruano, com o apoio da teoria social de Gordon Childe, a arqueologia social latino-americana entraria em confronto com as forças do anticomunismo regional, e não encontraria um campo para crescer. Só alguns autores isolados tiveram espaço aberto para pesquisar, mas os discursos historiográficos produzidos nesse universo, consumidos massivamente e incorporados à prática antropológica, seriam poucos. Os membros da ASLA, diferentemente de outros autores latino-americanos - que alcançaram altos níveis de popularidade-, não receberam um apoio institucional forte e contínuo em nenhum país. Em geral, essa 'escola' seria sufocada pela pressão exercida pelo Campo de poder, por meio das outras escolas (pela mesma época em que o bloco ocidental venceu a União Soviética). Porém ainda não temos claro se o fracasso da estratégia soviética – a facção derrotada-, foi resultado do conjunto de desentendimentos linguísticos e culturais, do apoio intermitente às causas populares, da forte influência norte-americana em todos os aspectos da vida das pessoas, da sua apresença quase fantasmal na região, das próprias idiossincrasias e dinâmicas dos partidos e movimentos da região, mas o fato foi que a presença da URSS só foi sentida quando abandonou Cuba na década de 1980. No que concerne à escrita do passado, é fácil ver, hoje em dia, quem triunfou nessa luta. Inclusive, as teorias marxistas que usamos são manufaturadas no mesmo lugar em que foram criadas a arqueologia histórica, a processual e a pós-processual: o eixo Estados Unidos-Reino Unido. De fato, os anos 90, veriam a chegada de uma nova onda de teorias e escolas novas, associadas ao projeto neoliberal. A ASLA retomaria algum poder acadêmico na Venezuela e no Peru durante a última década devido ao fato de o

ambiente político dar espaço e financiamento para eles, mas a atenção da academia regional, já centrada nos Estados Unidos, voltou-se de novo para Europa. Porém, quiçá na Argentina e no Brasil, na Colômbia e no Peru, México e Venezuela existam algumas linhas de fuga.

Referências

APPELBAUM, Nancy P. Race and Nation in Modern Latin America. Edited by Karin Alejandra Rosemblatt. First Printing. The University of North Carolina Press, 2003

APPY, Christian G. Cold War Constructions: The Political Culture of United States Imperialism, 1945-1966. Univ of Massachusetts Pr, 2000.

BATE, Luis Felipe. El Proceso De Investigacion En Arqueologia. Arqueología. Grijalbo Mondadori, S.A. – Critica, 1998.

BIRNBAUM, Norman. "The Cold War and The War On Terror." Accessed June 19. http://www.archipelago.org/vol9/birnbaum.htm, 2012.

TRIGGER, Bruce G. A History of Archaeological Thought. 2nd ed. Cambridge University Press, 2006.

CALVIN, Jean. Traitté des reliques ... Geneve : Pierre de la Rouiere.

http://archive.org/details/traittdesreliq00calv, 1599.

CARRETERO, Mario. Documentos De Identidad. La Construccion De La Memoria Historica En Un Mundo Global. 1st ed. Editorial Paidos, 2007.

CERTEAU, Michel de. L'écriture de l'histoire. Gallimard, 1975.

CHOMSKY, Noam. The Cold War & the university: toward an intellectual history of the postwar years. New York: New Press : Distributed by W.W. Norton & Co, 1997.

CHOPPIN, Alain. "História Dos Livros e Das Edições Didáticas: Sobre o Estado Da Arte." Translated by Maria Adriana C. Cappello. Paedagogica Histórica.

http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf, 2002.

DUX, Günter. Historico-genetic Theory of Culture: On the Processual Logic of Cultural Change. 1., Aufl. Transcript, 2011.

ELIAS, Norbert. El Proceso De La Civilizacion. México: Fondo de Cultura Economica, 2006.

FERRO, Marc. Comment on Raconte L'histoire Aux Enfants a Travers Le Monde Entier. PAYOT, 1981.

FOUCAULT, Michel. Technologies of the Self: A Seminar with Michel Foucault. Edited by Luther H. Martin, Huck Gutman, and Patrick H. Hutton. University of Massachusetts Press, 1988.

FRANCO, Jean. The decline and fall of the lettered city: Latin America in the Cold War. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2002.

FUNARI, Pedro P. A, e FUNARI, Raquel dos Santos. "Ancient Egypt in Brazil: A theoretical approach to contemporary uses of the past." Archaeologies Archaeologies 6 (1): 48– 61, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A. e PIÑON, Ana. "Telling the Children About the Past in Brazil." In Telling Children About the Past: An Interdisciplinary Perspective, edited by Nena Galanidou and Liv Helga Dommasnes. Intl Monographs in Prehistory, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A., ZARANKIN, Andres e SALERNO, Melissa. Memories from Darkness: Archaeology of Repression and Resistance in Latin America. 2010th ed. Springer, 2009.

GILL, Lesley. The School of the Americas: Military Training and Political Violence in the Americas. Duke University Press Books, 2004.

GILMAN, Nils. Mandarins of the future: modernization theory in Cold War America. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

GRANDIN, Greg. The last colonial massacre: Latin America in the Cold War. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

HINGLEY, Richard. The Recovery of Roman Britain 1586-1906: A Colony So Fertile. Oxford University Press, USA, 2008.

IBARRA GARCIA, Laura. La Vision Del Mundo De Los Antiguos Mexicanos: Origen De Sus Conceptos De Causalidad, Tiempo y Espacio. 1. ed. Coleccion Fin De Milenio. Universidad de Guadalajara, 1995.

_____. "¿Cómo Reconstruyeron Su Pasado Las Sociedades Prehispánicas? Una Explicación Desde La Teoría Histórico-genética." Espiral, Estudios Sobre Estado y Sociedad, september, http://www.publicaciones.cucsh.udg.mx/pperiod/espiral/index.htm, 1997.

_____. Las relaciones entre los sexos en el mundo prehispánico. 1st ed.

México: Porrua, 1998a.

_____. “La lógica mítica en la concepción dialéctica de la Historia.” http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=13851303, 1998b.

_____. Sociología del romanticismo mexicano. Guadalajara, Jalisco: Universidad de Guadalajara, Coordinación General Académica, Unidad para el Desarrollo de la Investigación y el Posgrado, 2004.

_____. La moral en el mundo prehispánico. 1st ed. México: Porrua, 2009.

LATHAM, Michael E. Modernization as ideology: American social science and “nation building” in the Kennedy era. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

LEONOV, Nikolai. “Soviet Intelligence in Latin America During the Cold War.” Estudios Públicos, 1999.

LORENZO, José Luis. “Hacia una arqueologia social : reunión en Teotihuacán, octubre de 1975.” México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1976.

LUMBRERAS, Luis Guillermo. La Arqueologia Como Ciencia Social. Ediciones Peisa, 1981. Marx, Karl. “O 18 De Brumário De Louis Bonaparte.” 52. http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm, 1951.

McLUHAN, Marshall. The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man. 1st ed.

University of Toronto Press, Scholarly Publishing Division, 1962.

_____. Understanding Media: The Extensions of Man. New American Library, 1964.

McSHERRY, Patrice J. Predatory States: Operation Condor and Covert War in Latin America. Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

MIGNOLO, Walter D. The Idea of Latin America. 1st ed. Wiley-Blackwell, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. “On the Use and Abuse of History for Life.” evised Edition. http://records.viu.ca/~johnstoi/Nietzsche/history.htm, 2010.

OYUELA-CAYCEDO, Augusto; ANAYA, Armando; ELERA, Carlos G. e VALDEZ, Lidio M. “Social Archaeology in Latin America?: Comments to T. C. Patterson.” American Antiquity 62 (2): 365–374. doi:10.2307/282518, 1997.

PATTERSON, Thomas C. A social history of anthropology in the United States. Oxford; New York: Berg. http://site.ebrary.com/id/10231679, 2001.

_____ . Thomas C. "Social Archaeology in Latin America: An Appreciation." American Antiquity 59 (3) (July 1): 531–537, 1994.

PIAGET, Jean. Genetic epistemology. New York: W.W. Norton & Co, 1971.

_____. Judgement and Reasoning in the Child. New edition. Taylor & Francis, 2007.

PIAGET, Jean e WEIL, Anne-Marie. "The Development in Children of the Idea of the Homeland and of Relations Witho Ther Countries." UNESCO International Social Science Bulletin, 1951.

PIATELLI-PALMARINI, Massimo. Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem: o debate entre Jean Piaget & Noam Chomsky. São Paulo: EDUSP/ Cultrix, 1983.

SAUNDERS, Frances Stonor. The cultural cold war: the CIA and the world of arts and letters. New York: New Press: Distributed by W.W. Norton & Co, 2000.

SILVA, Glaydson José da. História antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume, 2007.

VALSINER, Jaan e ROSA, Alberto Rosa. "The Myth, and Beyond. Ontology of Psyche and Epistemology of Psychology." In The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology, edited by Jaan Valsiner and Alberto Rosa, 2007.

WAX, Dustin M. Anthropology at the Dawn of the Cold War: The Influence of Foundations, Mccarthyism, and The. Pluto Press, 2008.

WILFORD, Hugh. The Mighty Wurlitzer: How the CIA Played America. Harvard University Press, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Observaciones a la rama dorada de Frazer. Translated by Javier Sábada and José Luis Velázquez. Madrid: Tecnos, 1992.

WOODS, Randall Bennett e FLBRIGHT, J. William. Vietnam, and the search for a cold war foreign policy. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1998.

O papel do tutor em EAD: um estudo de caso na especialização em proeja indígena do IFAM campus Tabatinga

Antônia Marinês Goes Alves

1. Introdução

A Educação a Distância é uma modalidade que vem sendo utilizada por muitas pessoas e cada vez mais se tornando presente na vida dos brasileiros, principalmente no relativo à Educação Superior e Pós-Graduação. Essa modalidade surge em nosso país por volta do século XIX, inicialmente com cursos profissionalizantes realizados por meio de correspondência, somente com o passar do tempo, e o advento da internet, houve a introdução do formato atual.

A Pós-Graduação na modalidade a Distância surge como possibilidade de qualificação profissional para milhares de profissionais que não dispõem de tempo para frequentar de forma integral um curso presencial devido à sobrecarga de trabalho que possuem. Mas ainda assim, sentem a necessidade de prosseguir com seu aprimoramento profissional, seja por melhoria de condições salariais e/ou por ampliação do seu conhecimento.

No Instituto Federal do Amazonas Campus Tabatinga a oferta de cursos à distância iniciou-se em 2012, ofertando cursos técnicos de nível médio na forma subsequente. Apenas em 2013 inicia-se a oferta da Especialização em Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e adultos na modalidade de Educação Escolar Indígena, a qual seria concluída em 2015.

O objetivo desse trabalho é descrever o papel do tutor em EaD na oferta de Pós-Graduação em Proeja Indígena realizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Tabatinga em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB, onde pretendeu-se atender à qualificação docente de professores que atuavam no Curso técnico em Agropecuária na modalidade PROEJA Indígena, também ofertado por este Campus.

Na oportunidade apresenta-se um breve histórico da Educação a Distância no Brasil e o papel do tutor previsto na legislação vigente em

comparação com a experiência prática da atividade de tutoria durante a execução de um curso de pós-graduação dentro de uma instituição federal de ensino.

2. A educação a distância no Brasil – histórico e contexto

Falar sobre a tutoria ativa em EaD remete necessariamente à história da Educação a Distância no Brasil, dessa forma procederemos à contextualização sobre a temática.

Apesar de surgida no século XIX, ainda é vista como uma modalidade de ensino nova, pois permite a utilização de recursos tecnológicos diferenciados.

Os primeiros registros acerca da utilização da modalidade de educação a distância datam do final do século XIX, a partir da oferta de cursos profissionalizantes por correspondência.

- Conforme nos apresenta Alves (2001:5-8) no Brasil vários acontecimentos marcam a história da Educação a Distância:
- Em 1904 é registrado um anúncio classificado no Jornal do Brasil acerca de profissionalização para datilógrafo por correspondência;
- Em 1923 cria-se a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, onde se ofereciam cursos de línguas, silvicultura, entre outros. Dá-se início à Educação a Distância pelo rádio brasileiro;
- Em 1934 é instalada por Edgar Roquette-Pinto a Rádio –Escola Municipal do Rio, utilizando-se de correspondência para contato com os alunos;
- No ano de 1939, em São Paulo, surge o Instituto Monitor o qual oferecia cursos profissionalizantes por correspondência;
- Surge em 1941 o Instituto Universal Brasileiro, também ofertando cursos profissionalizantes, formando mais de 4 milhões de alunos.
- Em 1947 é fundada a nova Universidade do Ar, a qual estava sob o patrocínio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) além de emissoras associadas.
- Em 1959 – Dá-se início ao Movimento de Educação de Base (MEB), a partir da criação de escolas radiofônicas pela Diocese

de Natal, no Rio Grande do Norte, onde se promovia o letramento de alunos jovens e adultos;

• Apenas em 1962 é fundada a Ocidental School em São Paulo, com vistas a atuar no campo do ensino profissionalizante de eletrônica.

• Também inicia suas atividades, em 1962, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, atuando na área de educação pública por meio do ensino por correspondência.

• Surge em 1970 o Projeto Minerva, a partir de um convênio entre o Governo Federal e duas fundações, cujo objetivo era a educação e inclusão social de adultos;

• Em 1974 surge o Instituto Padre Reus. Também ocorre na TV Ceará cursos com material televisivo, impresso e a utilização de monitores para as aulas referentes ao nível de 5ª a 8ª séries do antigo Ensino fundamental;

• A partir de 1976 o Sistema Nacional de Teleducação é criado;

• Em 1979, a pioneira em Educação Superior a Distância no Brasil, a Universidade de Brasília, apresenta diferentes cursos por meio de jornais e revistas, e em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e lança-se o Brasil EAD;

• O Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER), do Colégio Americano, é fundado em 1981, realizando a oferta de Ensino Fundamental e Médio a distância;

• Em 1983 é desenvolvida pelo SENAC uma série de programas de rádio chamada "Abrindo Caminhos", onde se realizava orientação profissional relativa a comércio e serviços;

• Em 1991 a Fundação Roquette-Pinto dá início ao programa "Jornal da Ecucação – Edição do Professor". Em 1995, já com o nome "Um salto para o futuro" é incorporada à TV Escola – canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação;

• **É fundada em 1992 a Universidade Aberta de Brasília;**

• Em 1995 é criado o Centro Nacional de Educação a Distância. Também é criado, neste mesmo ano, o Programa TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC;

• A Secretaria de Educação a Distância (SEED), é criada em 1996 pelo Ministério da Educação. Também é o ano de surgimento oficial da Educação a Distância no Brasil, tendo suas bases legais estabelecidas por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.622 e normatização definida na Portaria nº 4.361/2004.

• Em 2000 é formada a Rede de Educação Superior a Distância, um consórcio de cerca de 70 instituições públicas do Brasil que oferecem cursos de nível superior e pós-graduação, além de cursos de extensão. Também é criado o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ);

• No ano de 2002 o CEDERJ seria incorporado à Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ);

• **É criada em 2005 a Universidade Aberta do Brasil, a partir de uma parceria entre estados, municípios e MEC;**

• Em 2006 ocorre a vigência do Decreto nº 5,773/2006 dispondo sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior no sistema federal de ensino, inclusive na modalidade a distância;

• Em 2008, São Paulo sanciona uma lei onde se permite que o ensino médio seja efetuado a distância, com uma carga horária de até 20% não presencial;

• No ano de 2009 entra em vigência a Portaria nº 10/2009 que fixava critérios para a Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil;

• Em 2011, extingue-se a Secretaria de Educação a Distância, a qual estará vinculada a partir desta data, a outra secretaria;

• Em 2013, entra em vigor a Instrução Normativa Nº 1/2013, dispondo sobre os procedimentos do fluxo dos processos de regulação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade EaD.

Nesta perspectiva histórica, observamos que a Educação a Distância no Brasil, é recente. Contudo, conforme nos apresenta Alves (2011):

> A Educação a Distância pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, pois se utilizando de tecnologias de informação e comunicação transpõe obstáculos à conquista do conhecimento. (Alves, 2011: 8).

Dessa forma, por meio do Ensino a Distância ainda podemos pensar um ensino democratizado e mais acessível que as modalidades presenciais ofertadas pelas instituições públicas e privadas.

3 A atuação do tutor em EAD

A construção do Ensino a Distância no Brasil foi sobre bases de autonomia para o aluno desta modalidade, sendo assim, segundo Schlosser (2010):

> A educação a distância pode ser entendida como a modalidade educativa que possibilita aos estudantes desenvolver habilidades para que sejam capazes de construir seus próprios conhecimentos, com liberdade de criar novas formas de aprender e entender, apoiados por recursos tecnológicos. (Schlosser, 2010: 6).

Assim, em tese, o aluno de cursos na modalidade a distância possui um perfil que o habilita a aprender e a utilizar as ferramentas inerentes a este processo de forma sistemática. Contudo, a atividade deste educando não ocorre sem supervisão:

> Ao contrário do que se possa imaginar, o estudante da modalidade a distância não está solitário. Surgem em torno dele atores que o auxiliarão nesse processo, acompanhando e supervisionando suas ações. Nesse grupo, estão os professores especialistas/pesquisadores responsáveis em organizar o material didático básico para a orientação do aluno. Junto a eles está também toda a equipe técnica que o auxilia na produção do material, como revisores de texto, técnicos em informática, designers gráficos e também a equipe de coordenação e orientação pedagógica do curso. (Schlosser, 2010:6).

Assim, evidencia-se que o processo de ensino-aprendizagem em EaD necessita de uma mediação, de um profissional habilitado que possa acompanhar o percurso educativo. Nesse cenário, o tutor surge como um facilitador do processo de mediação entre as diferentes etapas referentes ao aprendizado do aluno (Schlosser, 2010:6).

Souza, etal (2007) nos apresenta a seguinte compreensão em relação à atividade de tutoria:

> A tutoria pode ser entendida como uma ação orientadora global chave para articular a instrução e o ato educativo. O sistema tutorial compreende, dessa forma, um conjunto de ações educativas que contribuem para desenvolver e potencializar as capacidades básicas dos alunos, orientando-os a obterem crescimento intelectual e autonomia e para ajudá-los a tomar decisões em vista de seus desempenhos e suas circunstâncias de participação como aluno (Souza, et al, 2007:2).

O papel do tutor na modalidade a distância faz-se imprescindível posto que:

> A autonomia é algo que se adquire gradualmente, nos diferentes níveis de desenvolvimento. O tutor, respeitando a autonomia da aprendizagem de cada cursista, estará constantemente orientando, dirigindo e supervisionando o processo de ensino-aprendizagem dos cursistas. É através dele, também, que se garantirá a efetivação da avaliação do curso em todos os níveis. (Preti, 1996:40).

Segundo Preti (1996) o papel do tutor se dá em três etapas, conforme destacamos abaixo:

> a - na *fase de planejamento*: o tutor participa e discute com o professor-especialista os conteúdos a serem trabalhados no curso, o material didático a ser utilizado e o sistema de acompanhamento e avaliação dos alunos. Junto à equipe pedagógica do Centro receberá uma formação específica sobre a modalidade de EAD e conhecerá em detalhes todo o sistema que dará suporte ao cursista e serão definidas suas funções e competências;
> *b - na fase de desenvolvimento do curso*: o tutor tem a função primordial de estimular, motivar e orientar o cursista em acreditar em sua capacidade de organizar sua atividade acadêmica e de auto-aprendizagem (funções orientadora e motivadora). O tutor, pois, deverá dar-lhe os suportes metacognitivo, afetivo e motivacional necessários para superar os problemas que o aluno for encontrando ligados à sua compreensão e adaptação a esta modalidade de ensino para que não desanime e abandone o curso. Deverá também estar à disposição dos cursistas para tirar dúvidas quanto ao conteúdo da disciplina (função didática). Por isso um dos critérios de seleção será sua qualificação e competência profissional naquela área do conhecimento.
> c - na *fase posterior ao desenvolvimento do curso*: o tutor fará um breve relato, avaliando a disciplina (quanto ao material escrito, à modalidade, à participação do professor/especialista, ao tipo de avaliações realizadas, etc.) bem como o sistema posto à disposição para dar suporte ao processo de ensino-aprendizagem. (Preti, 1996:41-43).

Embora o anteriormente proposto seja o ideal a ser concebido quanto à atuação do tutor, na prática vemos que não é dessa forma. O tutor não participa da parte de planejamento do curso a ser ofertado, limitando-se a este uma formação mínima a qual se destina apenas à compreensão da ferramenta a ser utilizada durante o curso, como por exemplo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Na fase de desenvolvimento do curso, ao tutor são cobradas todas as funções inerentes a este: incentivador, orientador, ainda que não tenha recebido uma qualificação profissional em relação a essas atribuições específicas. Na fase final, posterior ao curso, atribui-se, normalmente, ao tutor, o ônus acerca do rendimento alcançado pelos alunos do curso. Vemos assim, a necessidade de trazer à tona uma reflexão acerca desta atividade acadêmica tão relevante e, ao mesmo tempo, desprestigiada dentro do processo educacional, desde o reconhecimento financeiro, atribuindo-se a estes salários indignos à função que executam, bem como a falta de reconhecimento acadêmico-institucional, reduzindo-o apenas a um coadjuvante neste processo:

> Portanto, necessitamos realizar pesquisas em EaD com significância teórica e nos processos formativos de recursos humanos para atuar em EaD se torna imprescindível que, além de estudos sobre metacognição, sejam estudadas em profundidade teorias como as construtivistas e sociointeracionistas se quisermos, por exemplo, que os orientadores (tutores) atuem não como simples "motivadores" ou "facilitadores" da aprendizagem, mas como "mediadores" e educadores. (Preti, 2009:75).

3. Procedimentos metodológicos

Neste trabalho apresenta-se um estudo qualitativo por meio de pesquisa bibliográfica acerca do papel do tutor no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem na modalidade a distância: "A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc." (Silveira; Córdova, 2009:31).

O primeiro passo deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica**,** que conforme Gil (2006, p. 66) trata-se de investigação sobre dados encontrados em material já publicado, como livros, e que, portanto, já foram analisados e validados.

> A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos,

> como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002:32)

Segundo Silveira; Córdova (2009), *"na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas."*. Assim neste trabalho, optamos pela apresentação do estudo de caso acerca da experiência obtida durante a tutoria do Curso de Especialização em PROEJA Indígena ofertado pelo IFAM Campus Tabatinga na modalidade a Distância para professores atuantes na Educação de Jovens e Adultos da rede pública da cidade de Tabatinga – AM.

Nesta primeira etapa buscou-se apresentar uma pesquisa bibliográfica acerca do contexto histórico sobre o surgimento da Educação a Distância no Brasil. Essa primeira abordagem faz-se necessária para a apresentação do surgimento do tutor nesta modalidade de ensino, bem como a relevância desse profissional para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem do aluno em EaD.

Na segunda etapa deste trabalho apresentamos o estudo de caso na tutoria do Curso de Especialização em PROEJA Indígena:

> Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (Fonseca, 2002:33).

A partir deste estudo de caso, concluiremos este trabalho apresentando a análise e conclusões pertinentes ao mesmo, a partir da observação participante durante a execução da atividade de tutoria no referido curso:

> O bom estudo de caso exige a utilização de documentos, da observação e da coleta de informações diretamente com os principais atores envolvidos no problema. No entanto, o pesquisador pode optar por um método único, por exemplo, a observação participante, para explorar um problema menos pesquisado. (Doxsey & de Riz 2003:38-39).

3.1 Caracterização do sujeito da pesquisa

Este trabalho é um estudo de caso acerca da observação participante realizada por esta pesquisadora durante a execução da atividade de monitoria no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em PROEJA Indígena ofertado pelo IFAM Campus Tabatinga na modalidade a Distância para professores atuantes na Educação de Jovens e Adultos da rede pública da cidade de Tabatinga – AM.

Para a oferta deste curso houve uma capacitação de 8 horas (um dia), na cidade de Manaus – AM para os tutores presenciais.

> A formação do tutor, portanto, nos aspectos acadêmico e profissional, é uma das tarefas mais importantes e que tem que receber uma atenção e carinho especial por parte da equipe pedagógica na consolidação de qualquer proposta educativa através da modalidade de EAD. (Preti, 2009:43).

Cabe ressaltar que a qualificação proposta compreendia apenas a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como forma de mediação da relação professor-aluno que seria desenvolvida durante a execução do referido curso. Excetuava-se a este, todo o processo afetivo, social e acadêmico que seria desenvolvido e exigido a este profissional durante a oferta desta Pós-Graduação.

> O tutor, em síntese, constitui um elemento dinâmico e essencial no processo ensino-aprendizagem, oferecendo aos estudantes os suportes cognitivo, metacognitivo, motivacional, afetivo e social para que estes apresentem um desempenho satisfatório ao longo do curso. Deverá, pois, ter participação ativa em todo o processo. Por isso, é importante que se estabeleça uma vinculação dialogal e um trabalho de *parceria* entre o tutor, o professor/especialista e a equipe pedagógica. (Preti, 1996:43).

4. Discussão dos Dados

A oferta deste curso foi iniciada em junho de 2013, tendo sido selecionados 25 professores da Educação de Jovens e Adultos atuantes na rede pública de ensino do município de Tabatinga. Entre os selecionados

foram atendidos 4 servidores do IFAM Campus Tabatinga (3 professores e 1 técnico em assuntos educacionais) e 21 professores externos, sendo: 9 professores indígenas (etnia Ticuna) e 12 professores não indígenas.

O curso teve a duração de um ano e meio e culminou com a certificação de 14 professores, após a defesa pública de artigo por meio de apresentação de *banners*.

A heterogeneidade dos alunos integrantes deste curso contribuiu para que houvesse uma grande dificuldade na execução das atividades de tutoria. Foram apresentadas dificuldades de diferentes ordens: professores que não sabiam manusear o computador e, consequentemente os demais recursos tecnológicos referentes ao AVA; professores que apresentavam dificuldade na modalidade a distância, sem a intervenção, em tempo real, do professor; dificuldades de comunicação devido à falta de domínio da língua indígena e, em contrapartida, por parte dos alunos indígenas, a dificuldade na compreensão das atividades propostas sem que houvesse a intervenção direta desta tutora.

Nesta ocasião, tornou-se evidente a problemática a ser enfrentada durante todo o período de execução do referido curso:

> O tutor é um facilitador, que ajuda o estudante a compreender os objetivos do curso. O tutor torna-se um observador que reflete constantemente junto ao aluno a sua possível trajetória acadêmica, é um conselheiro e também um psicólogo, capaz de compreender as questões e as dificuldades do aprendiz e de ajudá-lo a responder de maneira adequada. É também um especialista em avaliação formativa e administrador para dar conta de certas exigências da instituição. (Silva, 2008:47).

Contudo, o papel idealizado de facilitador, torna-se praticamente inalcançável diante das problemáticas que podem vir a surgir durante a execução de um curso na modalidade a distância. Ressaltando-se assim, a necessidade de uma formação mais densa e complexa para a atuação dentro do processo de ensino-aprendizagem, posto que na prática o tutor não é um mero mediador. Ele executa, na realidade diversas funções, tais como, professor, orientador, motivador e integrador dentro do processo.

> Enquanto o professor organiza e transmite os conteúdos a serem pesquisados, o tutor, ciente desses conteúdos, concentra-se na orientação do processo de aprendizagem de seus alunos. É nesse fato que se concentra a relevância da atuação do tutor em EAD, pois ele é o sujeito que

> promove e estimula o estudo autônomo do aluno e constantemente o assessora e o aconselha, compreendendo, de um lado, os objetivos propostos no trajeto do curso e, de outro, as necessidades dos alunos e seus respectivos interesses. (Schlosser, 2010:6).

Como é possível perceber, o papel do tutor presencial ultrapassa até mesmo o de orientador, posto que, dependendo do público-alvo da oferta do curso proposto, serão enfrentadas muitas outras problemáticas, para as quais este profissional não foi preparado.

Mesmo assim, ao tutor é imputada a responsabilidade sobre o êxito do curso, responsabilizando-se desta forma, pelas taxas de evasão e reprovação durante o curso, ainda que este não seja a função para a qual foi preparado e designado. Percebe-se que é necessário repensar o sistema hierárquico proposto por esta modalidade:

> a EAD compreende sistemas extremamente complexos, uma vez que existem categorias, coordenações e supervisões que diferenciam e hierarquizam o sistema de tutoria (professor, monitor, bolsista, tutor presencial, tutor virtual, tutor eletrônico etc.), predominando uma visão do tipo empresarial de ensino (Silva, 2008:48).

5. Considerações finais

Neste artigo buscamos descrever, de forma sucinta, a experiência obtida na tutoria presencial do Curso de Especialização em PROEJA Indígena na modalidade EaD, ofertado pelo IFAM Campus Tabatinga, ressaltando as experiências positivas e dificuldades no desempenho das atribuições inerentes a este profissional. Dessa forma, podemos concluir que a atividade do tutor foi crucial para o desenvolvimento das atividades acadêmicas no decorrer do curso.

Observa-se a partir desta experiência, bem como da base teórica apresentada que o papel do tutor se assemelha às funções do professor, pois atua muito mais que mediador do evento acadêmico, pois conforme nos apresenta Preti (1996, p. 27), "o tutor, respeitando a autonomia da aprendizagem de cada cursista, estará constantemente orientando, dirigindo e supervisionando o processo de ensino-aprendizagem".

Nesta oferta, especialmente, o papel do tutor ampliou-se buscando trabalhar a motivação e o encorajamento para a permanência no curso, apesar das dificuldades apresentadas pelos estudantes, tais como dificulda-

de de acesso à Internet, atendimento tutorial em horário alternativo (sexta à noite e sábados pela manhã), falta de habilidade no uso do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem).

Embora haja uma certa hierarquização no relativo aos atores do processo de ensino à distância, faz-se necessária uma reflexão a esse respeito, posto que devido às grandes distâncias e pela falta de habilidade em relação às tecnologias educacionais colaboram para que o aluno não se sinta estimulado a continuar seu aprendizado, contribuindo para que o curso não seja atrativo para o aluno, levando-o a evasão ou à reprovação.

Percebe-se a necessidade, a partir da relevância do papel desempenhado pelo tutor presencial, que haja uma preocupação com uma formação mais completa e mais profunda, posto que em muitos casos, o tutor desempenha outras atividades inerentes ao processo de ensino desta modalidade de ensino e todas de especial importância para o desenvolvimento do processo humanizado de ensino-aprendizagem na Educação a Distância. A valorização deste profissional passa, necessariamente, por melhores condições de aprendizado e do processo de ensino-aprendizagem na modalidade a distância.

6 Agradecimentos

Agradeço à Prof. Ma. Andréa Francine de Camargo pela Orientação durante a Especialização em Educação a Distância: tecnologias educacionais. Ao IFAM Campus Tabatinga. Ao IFPR pela oferta do Curso de Especialização em Educação a Distância: tecnologias educacionais.

Referências

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. RBAAD – Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Artigo 7. Volume 10 – 2011. http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf.

DOXSEY Jaime R.; Joelma de RIZ, J. Metodologia da pesquisa científica. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003. Apostila

FONSECA, João. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo:

Atlas, 2002.

PRETTI, Oresti. Educação a distância: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: Nead/IEUFMT, 1996.

_____. Educação a distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada. In: PRETI, O. (Org.). Educação a distância: início e indícios de um percurso. Cuiabá: UFMT, 1996.

_____. Educação a distância: fundamentos e políticas. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SCHLOSSER, Rejane L. A atuação dos Tutores nos Cursos de Educação a Distância. In: Colabor@ - Revista Digital da CVA – Ricesu. Volume 6, Nº 22, Fevereiro de 2010.

SILVA, Marinilson B. O processo de construção de identidades individuais e coletivas do ser-tutor no contexto da educação a distância, hoje. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, Denise T; CÓRDOVA, Fernanda P. A Pesquisa Científica. In: SILVEIRA, Denise TOLFO; GERHARDT, Tatiana E. Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Carlos A. de; SPANHOL, Fernando J.; LIMAS, Jeane C. de O.; CASSOL, Marlei P. Tutoria na educação a distância. Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional da Abed, Salvador, 7 a 9 de setembro de 2004. http://www.abed.org.br/congresso 2004

As principais conferências ambientais da ONU e a Amazônia

Camila Marques Maton
Michel Justamand

1-Introdução

Embora a temática ambiental tenha estado presente nas discussões de muitos países desde meados do século XX, foi somente após a formação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, que muitos acordos ambientais foram discutidos e assinados de forma mais compromissada pelos Estados membros.

Algumas conferências se tornaram mais conhecidas devido a abrangência e participação considerável de países, como foi o caso da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco 92, no Rio de Janeiro, possibilitando uma melhor desenvoltura das políticas ambientais do Brasil nos anos subsequentes. Neste artigo, elencaremos informações sobre cinco das principais conferências sobre Meio Ambiente, quais sejam: a Conferência da Biosfera 1968, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – CNUMAD - 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - ECO 92, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – 2002 e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO +20, que ocorreu em 2012. Discutiremos nesse escopo, questões sobre a Amazônia.

É necessário compreender o conceito de Política Ambiental e Regime Internacional para acessarmos a relação entre o governo brasileiro e o Regime Internacional Ambiental adotado. Política ambiental é um conjunto de práticas de sustentabilidade realizadas por um governo e por empresas privadas para atender as ordens do próprio país, visando o desenvolvimento sustentável[1]. Regime Internacional, por sua vez, é definido como uma série de "princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, sobre os quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área temática" (KRASNER, 1982, p.1).

Dessa forma, há um diálogo sobre meio ambiente entre o Brasil

1 A denominação "desenvolvimento sustentável" ganhou visibilidade com o relatório Brundtland, documento intitulado Nosso Futuro Comum (Our Common Future), publicado em 1987.

e os demais países através do Regime Internacional Ambiental. Amparados por valores ambientais, os países membros da ONU vêm se empenhando, desde o século XX, para garantir a sustentabilidade do planeta, precisando haver uma lógica entre as metas e os resultados obtidos. "Os direitos e garantias do país não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte" (Constituição Federal de 1988[2]). Ou seja, faz parte do dever da nação cumprir os objetivos e metas apresentados pelo Regime Internacional Ambiental.

Será em torno da relação que o Brasil estabelece com o Regime Internacional Ambiental através das conferências que esse artigo se desenvolverá, tendo como referência a Amazônia, pois esta é pauta de discussão nos mais variados níveis de tomada de decisão, desde o nacional, através da Política ambiental do Brasil, ao internacional, através do Regime Internacional Ambiental.

De acordo com Henrique Leff (2002), a complexidade e gravidade dos problemas socioambientais gerados pela razão tecnológica que sustenta o pensamento econômico levam a uma reorientação no processo de produção e habilidades profissionais para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Esta necessidade é maior nos países periféricos onde a fragilidade científico-tecnológica distancia-os dos processos produtivos adequados, desenvolvendo-se por meios inadequados às condições sociais, culturais e ambientais, constituindo, assim, a expressão de seu subdesenvolvimento.

Ao observar a relação que os países estabelecem entre seus meios de produção e o meio ambiente, contribui-se para identificar seu desenvolvimento ou subdesenvolvimento[3] e, através da teorias que vão surgindo no campo das relações internacionais, percebe-se que, cada vez mais, os Estados-nação precisam vivenciar a cooperação[4] para que, desta forma, alcancem os objetivos de promover um desenvolvimento sustentável.

2 Constituição de 1988, ARTIGO 5º - TÍTULO II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais CAPÍTULO I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, inciso LXXVIII, § 2º.

3 Termo elaborado após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para definição da situação econômica e social dos países pobres. Designado para classificar os territórios nacionais que dispõem de níveis de desenvolvimento econômico limitado, com baixos índices de qualidade de vida, de consumo, de produtividade e elevadas taxas de miséria e concentração de renda (PEREIRA, L. C. B, 1967).

4 Estado-nação, que possui o Estado como seu elemento constituinte fundamental, é uma estrutura de governo e jurídica, a capacidade de impor uma soberania sobre um povo num dado território com fronteiras, com moeda e forças armadas próprias (PEREIRA, L. C. B. s.d).

O estudo da teoria da interdependência complexa[5], desenvolvida por Keohane e Nye no livro *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, lançado em 1977, é um estudo útil na compreensão das questões ambientais vinculadas ao global, já que a interdependência complexa é caracterizada pelo aumento de interconexões e fluxos internacionais, operados por diversos atores, estatais ou não. A agenda internacional interage com os fluxos interligados como a economia, o meio ambiente, direitos humanos e a segurança.

A necessidade de preservação ambiental depende de ações recíprocas, pois os impactos da degradação ambiental podem atingir uma escala global. As Organizações Governamentais baseadas na teoria da interdependência complexa são fontes de regulação internacional que contribuem para a conscientização mútua, desencadeada pela cooperação recíproca das nações. As Organizações Internacionais (OI's), baseadas também nessa teoria, promovem a construção de um Regime Internacional (FACCIN, 2011).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é um exemplo de Organização Governamental responsável pela regulação do uso de bens naturais no Brasil, assim como a Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia é um exemplo de Organização Internacional, neste caso intergovernamental, composto por oito países latino americanos[6] que buscam evitar a degradação da região amazônica. A partir desse contexto, reiteramos que o meio ambiente, além de fonte de recursos da sociedade contemporânea, é um forte tema de discussão.

Com base nos desafios da globalização, observa-se uma crescente interdependência entre os Estados, inclusive para promover um número gradativo de reuniões em fóruns de negociação internacional e reunir esforços eficientes de controle e diminuição da degradação ambiental. Os principais eventos de discussão sobre meio ambiente serão discorridos na seção seguinte, ressaltando o debate sobre a Amazônia.

2. Conferências sobre Meio Ambiente no âmbito da ONU: diálogos sobre a Amazônia

2.1 Conferência da Biosfera 1968 em Paris

Participaram dessa Conferência 63 Estados, representantes de

5 O conceito de interdependência, na política mundial, implica que os atores estão inter-relacionados de tal forma que, se algo acontece com um ator (país) em determinada ocasião e local, todos os demais atores também serão afetados de alguma forma.

6 Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

três agências da ONU: do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM). O Brasil contou com apenas 2 delegados, o embaixador brasileiro junto à UNESCO, Prof. Carlos Chagas Filho, e o assistente-geral do Ministério de Minas e Energia (MME), o geólogo Edson Suszcynski. Porém, o Brasil teve um papel relevante em tal encontro (FREITAS, 2012).

A conferência abordou o uso racional e conservação do meio ambiente ao promover o desenvolvimento do país, confirmando, em seu relatório final, que os países em desenvolvimento também deveriam legitimar o interesse e compromisso com a industrialização de forma equilibrada (JATOBÁL, 2009).

Neste período, estava ocorrendo no Brasil o regime militar (1964-1985), que iniciou uma política de desenvolvimento da Amazônia que provocou críticas dos ambientalistas da época. Com o temor à internacionalização da Amazônia, o presidente Castello Branco lançou o lema "Integrar para não Entregar" iniciando o projeto de ocupação da Floresta Amazônica. Borracha[7], madeira, minério, soja, pecuária foram algumas formas dessa ocupação, mas os anos 1970 foram marcados pelo desmatamento e degradação do bioma (CERVO, 2002).

Contudo, a Conferência estabeleceu o Programa Homem e Biosfera, responsável pelas Reservas da Biosfera, um tipo de área protegida. A partir de 1971, com o Relatório Founex[8], a política externa tornou-se mais sólida para as próximas décadas (FREITAS, 2012).

2.2 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – CNUMAD - (Estocolmo, 1972)

Essa Conferência reconhece que o homem é mais que um "fator antrópico". Dá início à mobilização mundial em defesa dos ecossistemas naturais.

A Conferência de Estocolmo concentrou-se em questões sobre o meio ambiente e consolidou a percepção internacional de que o Brasil

7 A borracha foi um produto bastante explorado através da produção do látex também nos ciclos da borracha em (1879-1912) e (1930-1945), a exploração continua, mas não na mesma proporção.

8 O Relatório de Founex (1971) foi o resultado de uma reunião de especialistas em meio ambiente em Founex (Suiça) e representou um forte instrumento para garantir a unidade e coordenação dos países em desenvolvimento, estendendo-se até os dias atuais. Esse documento foi ainda bastante emblemático na medida em que possibilitou uma maior capacidade de barganha aos países do sul, além de conferir a estes um lugar de destaque no sistema internacional.

não era capaz de preservar o próprio patrimônio natural em função das queimadas na Amazônia. O tema passou a ser discutido cada vez menos de forma acadêmica e cada vez mais no contexto político e econômico, como constou no relatório brasileiro à Conferência: "o 'meio ambiente' corresponde a [...] uma problemática essencialmente política. [...] o que realmente importa saber é quem toma as decisões, a quem estas últimas devem beneficiar e a quem deve caber o ônus" (LAGO, 2007).

Apesar de somente 27 países, incluindo o Brasil, tenham participado do Comitê Preparatório, 115 países presentes na Conferência produziram a Declaração sobre Meio Ambiente e o Plano de Ação, com seis temas que foram discutidos em três comissões:

1ª Comissão	2ª Comissão	3ª Comissão
Planejamento e administração de assentamentos humanos com vistas à qualidade ambiental (tema 1) e aspectos educacionais de informação, sociais e culturais dos assuntos do meio ambiente (tema 4);	Administração de recursos naturais (tema 2) e desenvolvimento e meio ambiente (tema 5);	Presidida pelo Embaixador brasileiro Carlos Calero Rodrigues: identificação e controle dos poluentes de amplo significado internacional (tema 3) e consequências institucionais no plano internacional (tema 6)

Tabela organizada pelos autores com dados de LAGO, 2007.

De acordo com Lago (2007), além da declaração das Nações Unidas e do Plano de Ação, dessa importante conferência resultou, também, a indicação para que a Assembleia Geral da ONU criasse uma agência para viabilizar o Plano de Ação. Seria o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), criado ainda em 1972 com sede em Nairóbi, no Quênia. Destarte, a Conferência contribuiu para o meio ambiente ocupar espaço na comunidade internacional. Como exemplo desse espaço pode-se citar o artigo do jornalista Wade Rowland, de 1973, com o título "A luta para preservar o meio ambiente global exige ação internacional, e somente as Nações Unidas estão preparadas para encorajar e coordenar essa ação".

A mídia internacional reforçava as informações. Foi publicado no *The New York Times*, em 12 de agosto de 1988, sob o título "*Vast Amazon Fires, Man Made, linked to Global Warming*" ("Grandes incêndios na

Amazônia, provocados pelo homem, relacionados ao aquecimento global", em tradução livre), e o editorial do mesmo jornal *"Who is burning the Amazon?"* ("Quem está queimando a Amazônia?", em tradução livre). Após dez anos da Conferência de Estocolmo foi formada uma comissão para formalizar as discussões e, liderada pela primeira-ministra da Noruega à época, Gro Harlem Brundtland, foi produzido um documento em 1987 denominado "Nosso futuro comum" ou " Relatório Brundtland" que criou o termo "desenvolvimento sustentável", formando o tripé crescimento econômico, conservação do meio ambiente e justiça social.

Este relatório refletiu as preocupações ambientais de uma nova geração nos países desenvolvidos. Ao invés de se preocupar apenas com a poluição, os países passaram a se preocupar igualmente com a mudança de clima e a perda da biodiversidade. Desenvolvimento sustentável ficou conhecido, neste relatório, como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades" (LAGO, 2007).

Relatório Brundtland **Medidas para Desenvolvimento Sustentável**
• Limitação do crescimento populacional; • garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo; • preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; • diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis; • aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas; • controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores; • atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia).

2.2.1 Súmula do Relatório Brundtland de 1987.

Em meados da década de 1970, o aumento das queimadas na Amazônia recebeu destaque na mídia internacional, pois mais de 10 milhões de hectares já haviam sido desflorestados. No início da década de 1980 o governo decidiu rever suas ações na região, visando reduzir as despesas públicas. Tal premissa resultou na concentração de recursos em poucas e selecionadas áreas com o intuito de fomentar as exportações da região (PRATA, 2011).

2.2.2 Um pouco sobre o desmatamento na Amazônia

Podemos fazer uma avaliação atualizada da questão dos desmatamentos, visto que se observa uma vigilância interna, através dos órgãos governamentais, proporcionando maior acompanhamento da sociedade e da comunidade internacional, como podemos observar no seguinte gráfico de 2017:

De forma geral, o desmatamento na região amazônica se deve à baixa tecnologia que dispõe a produção agropecuária. Existem, na região, atividades agropecuárias modernas, com plantadeiras e colheitadeiras, ao tempo que ocorrem atividades arcaicas, que utilizam instrumentos rudimentares de produção. As atividades arcaicas originam-se da incorporação de novas áreas provenientes da floresta densa, gerando novos desmatamentos. Após a derrubada e queima, são plantadas culturas de arroz ou milho por, no máximo, três anos; em seguida, a área é destinada à pecuária, que se sustenta por cerca de dez a doze anos. Após isso, a área é abandonada e as atividades migram para áreas virgens de floresta densa (HOMMA, 2006).

É importante lembrar que, embora o fenômeno do desmatamento em princípio seja local, as consequências são globais, pelos efeitos sobre as mudanças climáticas e pela destruição da biodiversidade.

2.3 A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio de Janeiro 1992 (Eco-92 ou Rio-92)

A Conferência do Rio de Janeiro reuniu delegações de 178 países e levou para a cidade 114 Chefes de Estado ou de Governo. Foi um evento bipartido: ao tempo que no Riocentro (centro de convenção do RJ) ocorreu a Cúpula da Terra e a reunião das delegações oficiais dos países participantes, onde as decisões diplomáticas e os acordos internacionais foram constituídos, em outro espaço (Aterro do Flamengo) aconteceu o Fórum Global, envolvendo as ONG's, movimentos sociais e outros interessados na temática (OLIVEIRA, 2012).

Exercitou-se, no Fórum Direito de Cidadania, permeando as fronteiras dos Estados-Nação, o espaço para opiniões diferentes através do diálogo entre ciência e senso comum, entre racionalidade acadêmica e os saberes tradicionais, religiosidade e materialismo, meditações e terapias convivendo harmonicamente com as batucadas das manifestações (ZHOURI, 1993).

A ECO 92 produziu os seguintes documentos oficiais:

A Cúpula da Terra (Riocentro)	**Fórum Global (Aterro do Flamengo)**
Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [2] Convenção-Quadro sobre Mudança Climática; [3] A Convenção sobre Diversidade Biológica, ou apenas "Convenção sobre / da Biodiversidade"; [4] a "Declaração de Princípios com Autoridade Não Juridicamente Obrigatória para um Consenso Global sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Todos os Tipos de Florestas", ou simplesmente, a Declaração sobre as Florestas; e [5] a Agenda 21.	[1] Declaração do Povo da Terra e [2]"Tratados das ONGs". Relatório denominado "Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros".

Tabela organizada segundo informações de OLIVEIRA, 2012.

Marcos Nobre (2002) afirma que a luta maior da Cúpula da Terra foi devido aos custos e financiamento da implantação do desenvolvimento sustentável, objetivado como um modelo a ser constituído mundialmente. À vista disso, na ECO 92, determinou-se a responsabilidade do Banco Mundial para financiamento, controle e processo de auditorias dos projetos ambientais em escala planetária.

A Conferência do Rio de Janeiro estabeleceu que os recursos para projetos ambientais deveriam ser angariados através da "Facilidade Global Ambiental" (*Global Environmental Facility*), e, assim, aceitas as prioridades determinadas pelos administradores deste fundo, que se tornou um instrumento do Banco Mundial para financiamento ambiental (ROSENTHAL, 1994).

Na Conferência se aceitou que meio ambiente e desenvolvimento devem caminhar juntos. A Agenda 21[9] recomendou que economia e política contribuíssem para a execução de uma ordem internacional atualizada e de acordo com as necessidades da humanidade (BARBIERI, 1997).

A discussão na Rio 92 não era a mera exploração reduzida dos recursos naturais; mais que isso, teve como objetivo a prática da ideologia do desenvolvimento sustentável com o engajamento das esferas governamental, não-governamental, empresarial, acadêmica e científica. Porém, até o momento não se efetivou a sociedade sustentável (OLIVEIRA, 2012).

2.4 Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO +10, CMDS) (Joanesburgo, 2002)

Em 2001, o governo de Fernando Henrique Cardoso criou a Comissão Interministerial para a Preparação da Participação do Brasil na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS), que seria realizada no ano seguinte (NEVES e DALAQUA, 2012).

A Cúpula foi sediada em Joanesburgo, na África do Sul, no final de agosto de 2002, com a presença de representantes de governos de mais de 150 países (189 países de acordo com o consultor legislativo José de Sena, em 2002), grandes empresas, associações setoriais e organizações não-governamentais, entre elas delegações e jornalistas do mundo inteiro.

Podemos visualizar a Rio +10 através de sua pauta modesta, que era avaliar os avanços da Agenda 21 e criar mecanismos para facilitar as

9 Conjunto de medidas que deveriam ser adotadas localmente para solucionar problemas socioambientais globais. "Pensar globalmente, agir localmente".

medidas efetivas para sua implementação. Logo, duas questões precisam ser elencadas ao se falar na Cúpula de Joanesburgo. A primeira é a questão das energias renováveis e a segunda é a biodiversidade. Foram várias as propostas[10] dos países para colocar em prática as diretrizes da Eco-92 que ainda não tinham saído do papel, principalmente as questões ligadas à Agenda 21.

Sobre a batalha pelas energias renováveis durante a Cúpula, o Brasil propôs substituição das matrizes energéticas poluidoras por fontes renováveis de energia em 10% até 2010. Essa proposta não foi bem aceita, embora com o apoio da União Europeia. Sobre a biodiversidade, as quinze nações que possuem cerca de 70% da diversidade biológica do planeta e que compõem os "países megadiversos"[11] discutiram a utilização de suas biodiversidades para fins científicos, farmacêuticos ou industriais, através de um instrumento internacional de repartição de benefícios (SEQUINEL, 2002).

O então presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que:

> O Encontro Mundial não avançou no caminho do nosso sonho, mas em outra direção, para percebermos que cada país tem que fazer a sua parte. Se formos esperar que os ricos venham fazer as coisas por nós, vamos esperar muito tempo e eles não farão nada. Nós é que temos que cuidar da nossa megadiversidade e fazer com que o nosso exemplo possa ser seguido (SEQUINEL, 2002).

Este discurso presidencial é bastante atual e requer um comportamento político e mundial compromissado com o meio ambiente. De forma geral, podemos afirmar que a Cúpula de Joanesburgo incluiu a reafirmação das metas para a erradicação da pobreza água e saneamento, saúde, produtos químicos perigosos, eficiência dos projetos, além dos já mencionados energias renováveis e biodiversidade (LAGO, 2013). Lembrando que a unilateralidade nos espaços de Cúpulas não logra resultados, pois as decisões políticas e econômicas são determinadas por países dominantes, que promovem articulações e escrevem o cenário internacional.

---

10 Blocos de países defenderam de forma intransigente seus interesses, como o Juscanz (Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), que, sob a liderança dos norte-americanos e com o apoio incondicional dos países árabes, grandes produtores de petróleo, boicotou, entre outras, as propostas do Brasil e da União Europeia sobre energia (SEQUINEL, 2002). Estavam explicitamente a favor do Brasil os 33 países da América Latina e Caribe, os do Leste Europeu, os quinze da União Européia e mais a Suíça e a Noruega, sem contar países da África e os quarenta insulares. Se a proposta fosse posta em votação, teria sido aprovada. (Relatório especial, José de Sena Pereira Jr, 2002).

11 Quinze membros: África do Sul, Brasil, Bolívia, China, Costa Rica, Colômbia, Equador, Filipinas, Índia, Indonésia, Quênia, Malásia, México, Peru e Venezuela (LAGO, 2013).

2.4.1 Mais um pouco da Amazônia

Durante a Rio+10, o Brasil formalizou o programa "Áreas Protegidas da Amazônia" (ARPA) junto ao Banco Mundial e a Organização não-governamental WWF (*World Wildlife Fund*)[12], com o objetivo de triplicar o pedaço da Floresta Amazônica sob proteção nacional, incluindo 26 ecossistemas com vários tipos de recursos naturais (PEREIRA JR., 2002).

O Programa Arpa tem como objetivo geral

> assegurar a conservação de uma amostra representativa da biodiversidade do bioma Amazônia e a manutenção de serviços ambientais na região, inclusive aqueles relacionados com a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através do apoio à expansão e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, aliando as populações beneficiárias e residentes em seu entorno na gestão destas áreas (MMA, 2009).

O Programa foi dividido em três fases independentes (2002 – 2018) e assumiu o desafio de apoiar a proteção de, pelo menos, 60 milhões de hectares de florestas na Amazônia por meio do suporte à consolidação de unidades de conservação já existentes e à criação, implementação e consolidação de novas unidades (MMA, 2009). Dessa forma, observa-se que a Amazônia esteve presente nas discussões da Cúpula de Joanesburgo, tanto por contribuir para o Brasil ser um dos "países megadiversos", quanto por esta iniciativa do Programa ARPA.

2.6 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20, no Rio de Janeiro

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. Os ministérios mais envolvidos foram o MMA e o MRE. Os dois ministros responsáveis por estes ministérios foram Izabella Teixeira e Antônio de Aguiar Patriota, que dividiram a presidência da Comissão Nacional para a Rio+20 criada pela Presidente Dilma Roussef (NEVES e DALAQUA, 2012). Reunindo 105 representantes em nível de Chefe de Estado e de Governo, os principais temas abordados foram a "economia verde[13] no contexto do

12 Atualmente, porém, a sigla WWF tornou-se tão forte internacionalmente que não se faz mais tradução para qualquer significado literal. Ou seja, agora a organização é conhecida simplesmente como WWF, uma organização de conservação global. (https://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo/wwf/).

13 A Economia Verde é definida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) como "uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo

desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza" e "estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável" (LAGO, 2013).

A Rio+20 ocorreu concomitante à situação política americana desfavorável ao presidente Obama adotar medidas progressistas em favor do desenvolvimento sustentável e à crise econômico-fiscal enfrentada pelos EUA e nos países da zona do euro[14]. Esse cenário político e econômico influenciou decisivamente nos principais pontos negociados na Conferência, gerando um consenso absoluto para o documento final oficial do encontro ter os signatários equivalentes aos países presentes (ARAÚJO, 2012).

Ainda de acordo com Araújo (2012, desde a organização da Conferência, nas negociações, faltaram acordos sobre a criação de um fundo para o desenvolvimento sustentável, definições das metas conjuntas, transferência de tecnologias limpas, significado de economia verde e a autonomia do PNUMA[15], com mais recursos. Os estadunidenses e europeus mantiveram-se resistentes às propostas que envolviam aumento de recursos; como a criação de um fundo para o desenvolvimento sustentável.

Observa-se que, nas 55 páginas e 283 pontos da declaração "O futuro que queremos", a palavra "Amazônia" não foi citada em nenhum momento, fazendo-nos interpretar que o Brasil, responsável pela escrita do documento em concordância dos países signatários, teve o cuidado de não inserir o nome do bioma em si, mas incluir a defesa das florestas, que esteve presente ao longo do texto, como por exemplo, no quadro de ação e acompanhamento no ponto 193 - Florestas:

> 193. Destacam-se os benefícios sociais, econômicos e ambientais das florestas para as pessoas e as contribuições da gestão florestal sustentável para os temas e objetivos da Conferência. Apoiamos políticas intersetoriais e interinstitucionais que promovam o manejo florestal sustentável. Reafirmamos que a vasta gama de produtos e serviços que as florestas fornecem cria oportunidades para resolver muitos dos mais prementes desafios do desenvolvimento sustentável. Conclamamos os maiores esforços para alcançar a gestão sustentável das florestas, com a criação de florestas, a recuperação e o reflorestamento, e apoiamos todos os esforços que efetivamente desacelerem, parem e revertam o desmatamento e a degradação florestal, incluindo a estimulação do comércio de produtos florestais lícitos. (O FUTURO QUE QUEREMOS, 2012)

em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica".

14 Zona do Euro, nomeada oficialmente por Área do Euro, é um termo usado para designar os países que fazem parte da União Europeia e que adotaram o euro como única moeda. Fazem parte da Zona do Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal, Grécia e Espanha.

15 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Araújo (2012) afirma que os negociadores[16] brasileiros foram obrigados a tirar vários pontos polêmicos que eram essenciais para dar significado prático às decisões, como a definição de Economia Verde e as garantias de ajuda financeira dos países ricos para apoiar o desenvolvimento sustentável de nações subdesenvolvidas.

A diplomacia brasileira fez o possível para produzir um texto baseado em um denominador comum: levantou uma série de problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável e apontou caminhos para solucioná-los, mas careceu de medidas práticas de implementação. O documento converge com a fala da então presidente Dilma Roussef:

> Somos governantes deste Planeta. Pelas nossas mãos passam decisões políticas que impactam o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental. Temos a responsabilidade, perante a História e perante os nossos povos, de fazer da Rio+20 o momento de firmar compromissos para o futuro que queremos: o compromisso com a vida, com o bem-estar das pessoas, com o bem-estar de milhões de homens e mulheres que habitam este Planeta. Compromisso que será concretizado com o desenvolvimento sustentável que se pode traduzir em três palavras: crescer, incluir e proteger. (Discurso Dilma Roussef, 2012)

No relatório final, a dimensão ambiental foi contextualizada de acordo com o desenvolvimento sustentável, reafirmando a necessidade de fortalecer a governança ambiental internacional a nível institucional para promover o equilíbrio econômico, ambiental e social organizado dentro do sistema da Nações Unidas. Afirmou-se que os países estavam empenhados em fortalecer o papel do PNUMA como autoridade e defensor ambiental mundial e que define a agenda ambiental global[17] (O FUTURO QUE QUEREMOS, 2012).

2.6.1 Para continuar falando da Amazônia

Abramovay (2010) percebe que há uma ausência de horizonte estratégico voltado ao desenvolvimento sustentável, pelo governo e pelos empresários, pois não há equilíbrio entre a redução do desmatamento na Amazônia e o padrão dominador de uso de recursos. Ou seja, mesmo que ocorra uma diminuição da devastação florestal, os agentes econômicos in-

16 Earth Negotiations Bulletin (2012) chama os diplomatas (negociadores) brasileiros de "olímpicos", afirmando que os mesmos apostaram alto e ganharam ao forçar o consenso rapidamente numa pauta que seria impossível de harmonizar de qualquer forma.

17 Estas afirmações foram retirada dos itens 87 e 88 da declaração "O futuro que queremos"

vestem na ideia central de que a produção de *commodities* (fundamentalmente carne, soja e madeira de baixa qualidade), minérios e energia é a alternativa decisiva da região. Apesar de ainda haver devastação da Amazônia, os desmatamentos diminuíram e três elementos que se destacaram. O primeiro foi a ação vigorosa da Polícia Federal em coordenação com agências do Ministério do Meio Ambiente; o segundo foi a regulamentação de orientações já previstas em lei pelas quais os gerentes de agências bancárias passaram a restringir empréstimos a proprietários cujas áreas estivessem irregulares sob o ângulo ambiental; e o terceiro elemento foi a expansão dos parques nacionais e estaduais e a demarcação de áreas indígenas de forma vigorosa durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Durante o governo Luís Inácio Lula da Silva, em 2007, foi criada a Comissão Nacional de Política Indigenista, constituída de ministérios e representantes de povos indígenas. No mesmo ano, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas publicou a "Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas", reafirmando o direito à livre determinação dos povos indígenas, à preservação de suas próprias instituições políticas, jurídicas, sociais, sem perderem o direito de participarem da vida política, cultural, social do Estado ao qual pertencem (MACHADO, 2015). Caso os países coloquem em prática tal declaração, contribuirá para o fortalecimento da sociedade em seu desenvolvimento sustentável.

Em 2012, durante o governo Dilma Roussef, foi lançado o Decreto nº 7747, de 5 de junho. Criado a partir de um Grupo de Trabalho Interministerial que contou com o apoio de diversas ONGs[18] e da APIB[19], instaurou a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, conhecido como PNGATI, tendo como objetivo:

> garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (BRASIL, 2012).

O PNGATI representa a ideia de que a política indigenista não resume à demarcação de terras, pois objetiva, conjuntamente, a participa-

18 Organizações não-governamentais.
19 Associação dos povos indígenas do Brasil.

ção da população indígena, por exemplo, pelo etnomapeamento[20] das terras. Entretanto, esta política ainda não possui fundos próprios para a execução (MACHADO, 2015).

Em setembro de 2017, durante a 72º Assembleia Geral da ONU (AGU) em Nova York, o presidente Michel Temer discursou e pontuou a redução do desmatamento da Amazônia (o que está diretamente vinculado a questão da demarcação de terras indígenas):

> O compromisso do Brasil com o desenvolvimento sustentável é de primeira hora. [...] O Brasil, senhoras e senhores, orgulha-se de ter a maior cobertura de florestas tropicais do planeta. O desmatamento é questão que nos preocupa, especialmente na Amazônia. Nessa questão temos concentrado atenção e recursos. Pois trago a boa notícia de que os primeiros dados disponíveis para o último ano já indicam a diminuição de mais de 20% do desmatamento naquela região. Retomamos o bom caminho e nesse caminho persistiremos. (TEMER, M. AGU, 2017)

É necessária uma análise para compreender o discurso realizado pelo presidente Michel Temer no que se refere à redução do desmatamento na Amazônia, pois o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), autor do estudo citado por Temer, no entanto, diz que o "dado é impreciso" e que a redução tem uma relação com a queda nos preços do gado, não com uma política aplicada pelo governo.

Pesquisadores do IMAZON explicam que o número é criado por meio de uma análise de imagens com resolução de 250 metros por 250 metros, o que não garante uma alta precisão sobre o que realmente está sob risco ambiental, somente conseguindo filtrar áreas com mais foco de desmatamento. Afirmaram, ainda, que "é um dado preliminar. Este número é mensal e só consegue responder a casos de desmatamento com mais rapidez. O que nós contestamos é usá-lo como se fosse a taxa final, como se fosse um número preciso" (BARRETO et al, 2017).

O estudo prova que há necessidade de uma política ambiental de governo mais comprometida para que internacionalmente o Brasil tenha mais credibilidade e recursos, como para o Fundo Amazônico[21], mantido

20 De acordo com o site da FUNAI (2015) o Etnomapeamento "se configura na construção de uma carta geográfica com os locais importantes do território indígena, o seu uso cultural, a distribuição espacial dos recursos naturais, a identificação de impactos ambientais e outras informações relevantes, salvaguardando o interesse, o olhar e a compreensão indígena". Esta ferramenta é utilizada para construir o diagnóstico participativo.

21 O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso susten-

pela Noruega, além de continuar dialogando com o Regime Internacional Ambiental.

3. Considerações e perspectivas

Como país detentor de 60% da maior floresta tropical do mundo[22], é importante para o Brasil apresentar-se nas conferências mundiais sobre meio ambiente de forma compromissada com uma política ambiental efetiva nos acordos ambientais internacionais. Todos os biomas brasileiros possuem sua importância e, no caso do amazônico, principalmente em termos de biodiversidade, a Amazônia é o bioma que mais esteve presente em pautas de discussão do Regime Internacional Ambiental.

A relação da Amazônia com as conferências citadas neste artigo do ponto de vista das relações internacionais é de forte relevância para a manutenção da biodiversidade presente no bioma, que se configura de um repositório de serviços ecológicos.

O MRE busca, entre suas responsabilidades, relativizar a biodiversidade amazônica com os demais temas do desenvolvimento sustentável, como a justiça social e o crescimento econômico. É necessário resgatar de forma profunda e sólida a relação que possuímos com a região amazônica, embora saibamos que existem outros biomas de grande importância para a formação do país tropical.

As discussões no âmbito institucional vêm evoluindo com a participação progressiva de outros órgãos governamentais, da comunidade acadêmica, de organizações não-governamentais e de diversos outros atores no debate que se criou no País em torno do desenvolvimento sustentável.

A Política Ambiental Nacional e o Regime Internacional Ambiental precisam estar em consonância para efetivar as propostas de sustentabilidade, preservação e conservação do bioma da Amazônia de uma forma transparente e eficaz, que confirme a teoria da interdependência complexa e que promova, assim, o desenvolvimento sustentável, tendo como importante instrumento de cooperação, além do governo brasileiro, da ONU junto ao PNUMA.

---

tável das florestas no bioma Amazônia, nos termos do Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008 (Ministério do Meio Ambiente- MMA).

22 O que abrange uma área de 4,1 milhões de km2, (ARPA-biodiversidade, 2010). O bioma Amazônia ocupa 49% do território nacional (IBGE, 2004).

Agradecimentos

À Raquel Medeiros (Mestre em Educação, Cultura e Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) , por sua disponibilidade de contribuir com a revisão textual deste artigo..

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos Estudos 87.** São Paulo, 2010.

ACNUR. **O Futuro que Queremos.** 2012. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Rio_20_Futuro que queremos guia.pdf?view=1/.> Acesso em: 22 Dez 2017.

ARAUJO, G. J. F. de. CARVALHO, C. M. ARAUJO, M. F. **A conferência das nações unidas sobre o desenvolvimento sustentável – rio + 20 e os resultados frente ao cenário político econômico euro americano.** VIII Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 8, n. 5, 2012.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21.** Petrópolis (RJ):Vozes, 1997.

_____**Mudanças da agenda 21 desenvolvimento e meio ambiente.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

BARRETO, P., Pereira, R., Brandão, A., Baima, S. 2017. Will meat-packing plants help halt deforestation in the Amazon? **Imazon.** Belém, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Senado Federal- DF. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et alii. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira.** São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

CARNEIRO, E. J. Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARSON, Rachel L. Silent Spring. Greenwhich: Fawcett, 1962.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Ano 45, n.1, 2002.

CORDEIRO, Jorge. **A Cimeira de Joanesburgo.** Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal. Joanesburgo, 2002.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.

EARTH NEGOTIATIONS BULLETIN . **Rio+20: Third PrepCom and the UN Conference on Sustainable Development (UNCSD).** Disponível em: < http://www.iisd.ca/voltoc.html/.> Acesso em 13 de Set. de 2017.

FREITAS. L. J. G. G. de. **A evolução histórica do brasil na agenda internacional das mudanças climáticas.** Brasília, 2012.

GONÇALVES, R. VASQUEZ, R. **Arpa biodiversidade.** Brasília, 2010.

HOMMA, A. K. O. Agricultura familiar na Amazônia: a modernização da agricultura itinerante. In: SOUSA, I. S. F. (Ed.). **Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

Jatobál, S. U. S. ; CIDADELL, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Revista Sociedade Estado.** vol.24 no.1 Brasília, 2009.

KEOHANE, R. e NYE, J. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown, 1977.

KRASNER, Stephen D. (org). **International Regimes.** Ithaca: Cornell University Press, 1982.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **ESTOCOLMO, RIO, JOANESBURGO: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas** – Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

_____Conferências de Desenvolvimento Sustentável / André Aranha Corrêa do Lago. – Brasília : FUNAG, 2013.

LE PRESTE, P. **Ecopolítica Internacional.** São Paulo: SENAC, 2000.

LEFF, E. **Saber Ambiental.** Petrópolis, Vozes, 2002.

MACHADO, Marjori de S. *Terras indígenas no brasil: estudo sobre os processos demarcatórios nos governos Lula e Dilma.* **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social. Santa Catarina: Universidade de Santa Catarina, 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria Executiva. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Programa áreas protegidas da Amazônia Arpa – fase II (Documento de Programa do Governo Brasileiro)** Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório da Delegação do Brasil: Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI, 2002.

NEVES, L. A. de C. DALAQUA, R. H. De Estocolmo72 à Rio+20: 13 uma análise sobre a atuação brasileira nas principais conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Cadernos Adenauer XIII.** Edição especial, 2012.

NOBRE, M. Desenvolvimento Sustentável: Origens e significado atual. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. **Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito.** Brasília – DF: Edições IBAMA, 2002.

OLIVEIRA, L. D. de. **A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (Eco-92): Reflexões sobre a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro (s. d.)

_____Da Eco-92 à Rio +20: uma breve avaliação de duas décadas. Boletim campineiro de Geografia v. 02, n03, 2012.

PEREIRA, J. **Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul.** Relatório Especial. Consultoria legislativa, 2002.

PEREIRA, M. G. **Insertion of global south in environmental discussion: an analysis from founex report.** RICRI Vol. 2, No. 3. 2014.

PRATES, R. C. BACHA, C. J. C. Bacha. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia in: **Economia e Sociedade.** Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Nova Ideologia / Utopia do Desenvolvimento. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; FAUSTO, Carlos; RIBEIRO, Lúcia. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Reprodução: visões da Eco-92.** Série Textos de Pesquisa 2. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa / ISER, 1992.

SACHS,I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 3ª edição. Rio

de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

_____ Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. Tranrição de palestra. Mundo e Vida, 2000.

SEQUINEL, M. C. M. **Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável - Joanesburgo: entre o sonho e o possível.** Análise conjuntural, v.24, n.11-12, p.12, nov./dez. 2002.

VIEIRA, R. S. Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: contexto, principais temas e expectativas em relação ao novo "direito da sustentabilidade. **Revista Novos Estudos Jurídicos.** 2012.

Colonialismo e resistência/existência: *queer* indígena como agenda epistemopolítica

Estevão Rafael Fernandes[1][2]

Este texto parte do desafio de se indicar, partindo dos estudos sobre sexualidades indígenas, de que forma determinados conjuntos de práticas-conhecimentos (formas de ser/estar no/do mundo) nos impelem a descentrar o olhar, transcendendo as limitações impostas por padrões de saber-poder colonizados. A colonização consiste na formação de um aparato discursivo e institucional que busca, em última instância, anular a condição de existência de seus outros ontológicos.

Há certas coisas que não entram no *lattes*. Há cerca de um ano e meio, Johannes Haushofer causou sensação ao fazer, nos Estados Unidos, uma espécie de anticurrículo, relacionando todos os seus fracassos, tais como bolsas não obtidas, projetos não aprovados e artigos não publicados. De fato, o ritmo de produção fordista imposto por agências de fomento, programas de pós-graduação ou mesmo pela insana – e inconsequente – egolatria acadêmica fazem com que o *lattes* se torne uma espécie de ídolo a ser alimentado, um fetiche, um *facebook* acadêmico. De fato, quando nossa suada produção vira *pixels* na tela do *lattes*, não transparecem todos os transtornos, renúncias, problemas psicológicos, momentos de solidão, frustração, negação e agonia. O trabalho intelectual é uma viagem solitária para dentro de si, e não importa quão amável seja nossa família ou quão sensível sejam nossxs professorxs, orientadorxs ou colegas: o peso e a cobrança sobre nossos ombros são algo desumano e desumanizante. Poucas vezes nos questionamos sobre o que ocasionou essa estrutura de poderes para a qual somos tragados, talvez como um modo de nos dessensibilizarmos no processo. Afinal de contas, muitas vezes nos tornamos aquilo que jurávamos que nunca seríamos: um intelectual arrogante, narcisista, ensimesmado, crente em uma ciência objetiva, neutra e sem agência; na qual figuremos sem história, sem sexo, sem raça; na qual não cabem sotaques, angústias, subjetividades, afetos.

1 Parte deste texto baseia-se em entrevista dada a Helô D'Angelo, para o sítio da revista Cult, resultando na reportagem "Estudo mostra diversidade de práticas sexuais entre indígenas no Brasil pré-colonial", publicada em 26 de junho de 2017, disponível em https://revistacult.uol.com.br/home/estudo-mostra-diversidade-de-praticas-sexuais-entre-indigenas-no-brasil-pre-colonial/

2 Este texto foi publicado, com algumas modificações, na revista Somanlu (UFAM), n. 17, v. 1

Talvez essa seja uma leitura equivocada e estejamos, no fim das contas, nos deixando anular por um conjunto de relações de poder que sejam, elas mesmas, parte de uma configuração mais ampla de anulação de um conjunto de vozes dissonantes, a partir das quais nos tornamos reativos, agentes de nós mesmos e de nossa própria voz, ativos frente à cálida voz de um conjunto de saberes que, gradualmente, nos isola de nossas próprias experiências pessoais. A ciência, da forma como somos domesticados a pensá-la, torna-se gradualmente uma experiência de autoapagamento, autoisolamento, autoanulação ontológica. O que, gradualmente, deveria nos levar à ampliação de nosso lugar no mundo se torna um não-lugar, sendo as torres de marfim da academia hegemônica um objetivo em si mesmo.

Penso que tal conjunto de ideias mereça ser devidamente enfrentado, e sei que há gente mais capacitada que eu para falar dessas questões. Filósofos da ciência, epistemólogos, e tantas áreas acadêmicas se dedicam a estudar ou a criticar tal divisão de saberes. Mas a questão não é – ou pelo menos não somente – compreender as razões institucionais que levaram a esta ou aquela configuração específica de saberes (autores como Immanuel Wallerstein, Simon Schwartzman e Bruno Latour, por exemplo, cada um a seu modo, trabalha de modo bem interessante essas questões) mas, sobretudo, como enfrentá-las e por que enfrentá-las. Não se trata apenas de se contrapor uma forma de conhecimento a partir da qual se desaprende a aprender (invertendo o título do livro de Mignolo e Tlostanova, *Learning to unlearn*), mas de contrapor os feixes discursivos e dispositivos intrínsecos a tal modo de se constituir conhecimento.

Saber e poder, como tão bem demonstraram Foucault e tantxs outrxs, são esferas estritamente relacionadas. Poucas vezes somos lembrados, nas ciências sociais, como nossos "pais fundadores" (aliás, onde estão as mães fundadoras?!) corroboraram teorias racistas, misóginas, colonizadoras, eugênicas, ... A ciência que replicamos é hétero, misógina, patriarcal, masculinizante, liberal, euronorcêntrica, branca, de classe média e urbana e, em larga medida, se pauta no apagamento de saberes outros. Nossa epistemologia é um rolo compressor, enquanto parte de um sistema colonial de saberes e poderes, de apagamento de diversidades de pontos de vista, de subjetividades, de afetos, de vidas.

Particularmente – sim, pois este texto não é neutro, pois foi feito por um ser humano para outros seres humanos, todos devidamente inves-

tidos de suas histórias –; os textos que mais diretamente me impactaram foram escritos com a alma, em primeira pessoa. Uma escrita visceral, de gente para gente. É o que sinto quando leio Gloria Anzaldúa, falando de sua consciência mestiça; ou dos caminhos que levaram Frantz Fanon a sentir – note: sentir! – como o colonialismo é um processo de desumanização. São estas mesmas questões que me levam a pensar, por exemplo, por que não temos ainda, no Brasil, um conjunto articulado de estudos e autores que se percebam como críticos pós-coloniais, talvez por paranoicos que estejamos em citar o último autor francês da moda, ou aquela escritora americana de vanguarda.

Temos, no Brasil, autorxs negrxs, críticxs *queer*, pensadorxs indígenas, ribeirinhxs, quilombolas, sertanejxs, ribeirinhxs, camponesxs capazes de articularem, desde suas próprias experiências e vivências, uma crítica original dos processos que levaram a sua subalternização e apagamento. Onde estão que não são vistxs e ouvidxs? Não apenas lhes falta espaço nas cadeiras das universidades e centros de pesquisa, mas, de forma mais vil, nota-se sua ausência em bibliografias de curso, dossiês e coletâneas. Quais são os não ditos, no âmbito das ciências sociais e humanas do país? Quais são os não-objetos? Que cruzamentos de saberes, conceitos e perceptos poderiam ser feitos? Desde que lugares de interlocução tais atores poderiam estar articulando sua crítica anticolonial, expandindo nossos olhares para além dos campos já consolidados no âmbito das ciências constituídas? Quantxs autorxs lidxs em nossa formação nasceram em países abaixo do rio Grande? Quantxs não estão institucionalmente localizadxs em instituições centrais? Por que escrever "quantxs" incomoda tanto, pois naturalizamos "quantos", acadêmicos", "professores", etc., associando a construção desses espaços ao macho, ao masculino, ao homem. Não se trata, meramente, de uma preferência linguística – e quem insiste em chamar uma presidenta de presidente, sabe disso.

Indo mais além: onde está a vasta filosofia africana, os feminismos latinos, as críticas indígenas?... a lista de apagamentos de saberes é ampla, ao contrário dos paradigmas que temos disponíveis, tão bem constituídos em nossos departamentos e bibliotecas. Gradualmente, nos domesticamos, nos adequamos, nos deixamos levar pela retórica do distanciamento. Nos deixamos colonizar.

Desta forma, a partir de alguns dos meus percursos – intelectuais, afetivos, subjetivos – pretendo apontar, aqui, algumas questões que dizem respeito a questão do colonialismo, sobretudo se pensado desde um aspecto mais particular – dos processos de colonização das sexualidades indígenas.

A medida que traço esse conjunto de considerações, buscarei, também, apontar algumas das dificuldades enfrentadas até aqui. De certa forma, este texto acaba sendo um grande desabafo sobre questões que me angustiam e, espero, venham a motivar outras pessoas a pensá-las e enfrentá-las. O colonialismo não apenas rouba terras, saberes, subjetividades: ele também tolhe solidariedades, redes, nos transforma em indivíduos à medida em que nos rouba a personitude, a agência. O colonialismo é meritocrático, individualista e liberal e, por isso mesmo, hipócrita. Desta forma, a única saída possível é acessar e desvelar as zonas obscuras criadas pela colonização, zonas não acessadas pela forma como o conhecimento historicamente se constitui no âmbito das ciências sociais hegemônicas.

Minha hipótese aqui, ainda que não seja tão original assim, é que a colonização não acabou, mas prossegue viva e forte, baseando-se em um tripé raça/classe/sexualidade. Sua parte mais visível são as práticas institucionais, mas um ponto a ser evidenciado nesses processos são os feixes discursivos que funcionam como aparato ideológico dessas práticas.

No tocante, especificamente, à colonização das sexualidades indígenas, isso significa que as políticas de miscigenação forçada, a imposição de nomes "de branco" aos indígenas, a divisão no trabalho e no espaço escolar, os cortes de cabelo, a distribuição de roupas e outras tantas ações nas quais historicamente a ação indigenista da sociedade envolvente se pauta/pautou são baseadas em – ao mesmo tempo em que sustentam – um sistema discursivo de sexualidade do colonizador. Desta forma, a vocação de um pensamento genuinamente crítico ao processo colonial precisa levar em conta tanto o processo colonizador, em si, quanto da nuvem discursiva que o legitimou e legitima.

Assim, a título de hipótese, apresentarei em seguida alguns pontos (em itálico, a seguir), que, de certa forma, sintetizam algumas questões referentes a relação entre o colonialismo e as sexualidades indígenas, de modo mais particular. Entretanto, parece importante indicar, aqui, que estes pontos dificilmente se restringem ao manejo das sexualidades indí-

genas: parece certo que este processo ocorre de forma muito mais ampla, alcançando todos os atores sujeitos à ação da máquina colonial, ainda que sob outras dialéticas. Dessa forma, se este texto parte das experiências indígenas, certamente negrxs, ribeirnhxs, sertanejxs, dentre outros, além mesmo de coletivos urbanos (especialmente nas periferias) sofreram e sofrem com as dinâmicas impostas pelos setores hegemônicos do colonialismo.

A colonização são as práticas institucionais, mas também o conjunto de saberes por trás dessas práticas

A colonização baseia-se em um conjunto de relações de poder que opera em relação a noções como raça, gênero e povo/nação, por exemplo e a partir de práticas desde as quais estas noções são construídas e mantidas justamente para manutenção destas relações de poder. O aparato burocrático-administrativo é apenas uma parte deste sistema, dependente também de um conjunto de saberes em cuja base reside a premissa de que o único regime de conhecimento "legítimo" seja aquele produzido pelo polo hegemônico na relação de dominação; incluindo aí o manejo da subjetividade, da afetividade, da corporalidade, etc. - esse conjunto de relações se mantém, talvez até de forma mais ampliada, nos dias de hoje, obscurecendo e negando as formas de ser/estar no mundo que não se adequem a este modelo homogeneizante, sendo tidas e havidas como saberes "subalternos", senso-comum, "crenças"... Inserimos aqui, certamente, as formas de se relacionar com e a partir do corpo, dos afetos, da religiosidade, que caracterizam a sexualidade, nos povos indígenas, inclusive.

O objetivo da colonização é libertar o colonizado de ser ele mesmo

A colonização é, do ponto de vista da sociedade hegemônica, uma grande narrativa unilinear e teleológica não apenas de apagamento, mas de justificação para esse processo, como se o colonizador estivesse libertando o colonizado do julgo de ser si mesmo, deixando com que ele fosse, no processo, sujeito de seus próprios desejos, ações, conflitos e representações. O colonizador conta sua história como se fosse um narrador onisciente: nossa motivação foi chamar a atenção para os não ditos nessa narrativa, para os espaços em branco entre as linhas. Como já tive ocasião de afirmar,[3] os silenciamentos tornam-se naturalizados: mais do que

3 Parte desta resposta foi retirada da entrevista fornecida ao *Jornal Já* (RS), em 5 de junho de 2017, intitula-

se perguntar "Por que" isso ocorre talvez seja uma questão de compreender "como" isso ocorre e de que maneiras esses processos de subalternização e silenciamentos dão sentido à própria ordem colonial. No caso indígena, por exemplo, é impossível descolar essas questões da incorporação compulsória da mão de obra indígena ao sistema de exploração hegemônico. Autorxs como Fanon, Cesaire, Anzaldúa e outrxs deixam claro como esse processo de esvaziamento de si é parte fundamental do processo de colonização, de tal modo que estas questões acabam ultrapassando as fronteiras das discussões sobre indígenas para nos ensinar sobre racismo, colonialismo epistêmico, "coxinhas" e batedores de panelas, etc. Uma das bases do sistema colonial é, justamente, estruturar-se (ideológica e institucionalmente) no sentido de tentar incutir, no "outro", a ideia de que a diferença é algo a ser anulado e apagado – não para a manutenção do poder desde o polo hegemônico, mas como um gesto de grandeza e gentileza para com o subalternizado…. Assim, "cura-se" o gay: não porque sua existência deixe evidente as contradições de um sistema moral heteronormado e violento, mas para "salvá-lo" do inferno. Se constroem usinas sobre terras indígenas: não porque haja conglomerados financeiros e interesses diversos de políticos, empresários, etc., mas para trazê-los ao "progresso"…. "Veja bem" – dizem as instituições hegemônicas desde perspectivas científicas, religiosas, ideológicas – "você não tem culpa por ser negro, nordestino, indígena,… por professar uma religião de matriz africana, por morar na Amazônia… e, por você não ter culpa lhe ensinarei, impondo meus valores morais, religiosos, raciais, econômicos, filosóficos, epistemológicos como falar certo, agir certo, a abandonar esse "sotaque esquisito", essas roupas, essas "crenças" para se tornar o que eu sou"… é como se a única saída possível fosse se adequar ao sistema hegemônico, se *enquadrar*. Depois disso tudo ser imposto, cabe ao dominado entender que, por mais que ele tenha lutado – daí a importância na crença liberal da meritocracia, outra falácia na moda nos círculos conservadores – ele não conseguiu se tornar aquilo que se tentou fazer com que ele se tornasse. Daí porque lutas contra racismos, lgbtfobia, ultranacionalismos, etc. são tão importantes: elas representam mais do que a resistência a uma lógica de opressão econômica e/ou ideológica, mas a luta pelo próprio direito de res/ex-istir. A história nos mostra que por 500 anos, por exemplo,

da "Antropólogos lançam estudo sobre índios gays no Brasil" disponível em https://www.jornalja.com.br/indios-gays-no-brasil-historias-nao-contadas-sobre-a-colonizacao-das-sexualidades-indigenas/, acessado em 29 de junho de 2017.

se impôs a indígenas que buscassem se transformar em brancos – e não qualquer branco: o branco subalternizado, o camponês pobre, mas cristão, monogâmico, hétero e "cidadão de bem", consumidor e bom pagador de impostos. Tudo isso para seu próprio bem… Esse apagamento das diferenças é algo perigoso, pois, a partir daí, tolhe-se o direito a existências diversas daquelas aceitas desde a lógica hegemônica… A existência desses "outros" põe em xeque as estruturas desde as quais esses dispositivos hegemônicos se sustentam – eis aí porque esta ânsia em se apagar estas formas outras de ser, saber, res/ex-istir…. Temos aí um ponto de toque entre noções como colonização e abjeção, e desde aí uma crítica epistemopolítica poderosa ao racismo e a heteronormatização compulsória como políticas de Estado – algo pelo qual alguns setores de nossas elites têm demonstrado um tremendo fascínio nos últimos tempos.

Um dos pontos centrais do processo de colonização é a obsessão, por parte do colonizador, de se controlar todos os aspectos da cultura indígena, em especial seu corpo e sexualidade.

Penso, como apontado anteriormente, que tais processos não atinjam somente aos indígenas, mas a diversos grupos a partir de outras dialéticas – ainda que, possivelmente, da mobilização de um mesmo conjunto de dispositivos discursivos. No tocante aos indígenas, esse tipo de controle era (e é) implementado como forma de incorporá-los gradualmente a um sistema moral, econômico, estético e, especialmente, a um novo regime de subjetividade a partir do qual eles negassem a si mesmos – seja, por exemplo, pela justificativa de livrá-los do pecado ou de torná-los "civilizados", como visto acima. Na prática, isso significa que o ato de vesti-los, de obrigá-los a ir à igreja, de formar uma família monogâmica, aos moldes da sociedade colonizadora, de adotar nomes não-indígenas, conforme regras distintas das organizações sociais indígenas, de se cortar o cabelo ou empregar práticas de gestão do corpo alheias à sua cultura, interferiram diretamente em aspectos relacionados a sexualidade, afetividade, etc. É possível, neste sentido, traçar um roteiro desde este olhar da subordinação do desejo do outro como prática colonial. Interessante notar como o aparato administrativo oficial leva(va) adiante um conjunto de práticas institucionais em cuja base reside/ia, justamente, essa subordinação. Mas não apenas a existência deste aparato e suas práticas chamam a atenção, como também

as justificativas – morais, religiosas, filosóficas e científicas – utilizadas para levar adiante esse conjunto de ações. O que acontece e acontecia nas aldeias era, muitas vezes, repercussão de fenômenos e discussões que tomavam lugar em círculos acadêmicos e filosóficos da Europa e do Brasil sobre temas como civilização, raça e natureza, por exemplo. Um outro ponto diz respeito à incorporação dos próprios indígenas a este sistema de esvaziamento de si pela imposição de casamentos interétnicos, regimes de trabalho, divisões internas, de uma noção idealizada de indianidade. Neste sentido, não se pode descolar o preconceito sofrido por vários indígenas *queer* da ação de igrejas, instituições oficiais e mesmo de algumas lideranças. Isto vai ao encontro de um conjunto consolidado de narrativas a partir das quais se pode inferir, com alguma segurança, que, via de regra, esses sujeitos não sofriam preconceitos e sanções em suas aldeias até o contato interétnico.

A "colonização sexual" contribuiu para a colonização geral e cultural dos povos nativos do Brasil

A visão de que o manejo indígena de seus corpos, afetos e prazer era "contra a natureza", ou fruto de uma "raça" fadada ao fracasso ou pervertida, de certa forma, tinha uma dupla consequência. Por um lado, fornecia a justificativa para o controle ostensivo da intimidade indígena, controlando suas formas de residência e casamento, sua ontologia, suas práticas corporais, sua reprodução física, por exemplo. Por outro, trazia à tona a questão da adequação, ou não, da incorporação indígena à civilização, desde um viés racial (e racista), mesmo. Há relatos, por exemplo, em textos científicos do século passado, de que a "pederastia" poderia ser causada pela tuberculose de algum avô ou pai. A homossexualidade diz respeito não apenas à questão do manejo da intimidade indígena, ou do controle e gestão das populações (como Foucault aponta, em seu *História da Sexualidade I*), mas também na salvação espiritual da colônia (daí a pregnância do conceito de "sodomia"), bem como da conformação racial a um padrão moral pré-estabelecido pela metrópole. Ciência, filosofia e religião davam o instrumental retórico necessário para pôr o aparato colonizador em jogo, mas era na gestão cotidiana dos corpos e desejos indígenas, especialmente, que este aparato se fazia sentir.

Abrindo aqui um parêntesis, tenho plena consciência das implicações do uso do termo "homossexualidade", nos termos acima, para refe-

rir-se a esse conjunto de fenômenos. O conceito de "Homossexual" surge, como faz questão de me lembrar cada parecerista que analisou meus textos até hoje, na metade do século XIX em uma Europa burguesa e moderna. Indo mais além, mesmo entre nós essas noções não são muito bem delimitadas - basta ver a sopa de letrinhas que usamos para definir as inúmeras identidades e papéis sexuais e afetivos possíveis. Possivelmente "homodesejante" (*homo-desire*) resolvesse parte do problema - "parte", veja bem. Daí a opção em trabalhar com os processos de heteronormatização compulsória enquanto parte inerente ao processo colonial, seguindo aqui a inspiração de intelectuais e ativistas *two-spirit*.

Aliás, uma crítica dessxs indígenas à antropologia diz respeito a nós, antropólogos, buscarmos particularizar demais essas práticas ("qual o papel da sexualidade a partir das noções de pessoa na etnia x?", por exemplo). Isso acaba diluindo a preocupação, por parte delxs, de chamar a atenção para os processos de normalização característicos da colonização. Assim, mais do que a questão de nossos próprios limites heurísticos para trabalhar com o tema, há outras questões a serem levadas em conta, tais como o preconceito e o medo. Não apenas não podemos simplesmente pegar uma prancheta e marcar um "x" do lado de cada indivíduo LGBT nas aldeias (como se isso fosse possível, ou necessário), mas jamais poderíamos fazer isso sem que isso tivesse implicações no âmbito daquela comunidade, da etnia, do contato e, claro, da vida daquela pessoa. O ponto é: a quem interessaria fazer um levantamento desses? Por outro lado, há pontos obscuros que talvez devessem ser devidamente investigados, como, por exemplo, o número de suicídios, mortes e agressões ocasionados nas aldeias por conta de questões ligadas a sexualidade e gênero (inclusive agressões contra mulheres indígenas). Em todo o caso, penso que tais iniciativas deveriam partir, sobretudo, dxs próprixs indígenas.

Desta forma, o uso da expressão guarda, em si, um aspecto político. *Gay* e "homossexual" são categorias que surgem em contextos não indígenas, ocidentais e modernos. Quando um indígena é visto por outro, ou pela sociedade envolvente, como "gay", isso significa que toda a carga estigmatizante e preconceituosa do termo é também empregada. Assumi-la é enfrentá-la.

Além desta questão mais política, o termo também é usado como uma grande expressão guarda-chuva, posto que as fontes etnográficas

e históricas não fazem maiores distinções entre as várias formas de sexualidade e gênero vividas pelos povos indígenas desde o início da colonização, fazendo uso de termos genéricos e repletos de juízo de valor como "sodomitas", "pederastas", "pervertidos", ... O próprio uso de termos nativos para nominar essas práticas é algo metodologicamente discutível, posto que, ou projetará nossas visões sobre sexualidade nesses coletivos, ou impossibilitará entendermos povos nos quais esse conjunto de práticas é cotidiano sem ser, entretanto, nominada ou nominada em outros termos.

Isso dito, o que se vê é surgir, desde os anos 1970 (quando começa a se consolidar o movimento indígena de forma mais organizada no país) um discurso de que a homossexualidade equivaleria à "perda da cultura" – ou seja, o indígena LGBT seria menos indígena do que o heterossexual. Isso ainda é bem frequente e é uma das grandes causas de preconceitos e estigmatização dos indígenas homossexuais, levando não apenas a casos de agressões físicas, mas também a assassinatos e suicídios. Não gosto de fazer este tipo de generalização, mas penso que talvez hoje o preconceito se dê de forma mais ampliada do que se dava nos primeiros séculos da colonização do país, justamente por conta de um aumento no número de agentes deste tipo de preconceito, tais como igrejas neopentecostais, algumas lideranças, população regional.

Infelizmente, contamos com as descrições por parte do colonizador, quase sempre com os filtros morais, religiosos, civilizatórios, ainda por ser feita uma etnoarqueologia da sexualidade por parte dxs próprixs indígenas. O que se tem, para deixar claro, é um conjunto de relatos nos quais as práticas sexuais eram usadas para mostrar como aqueles indígenas, polígamos, antropófagos, nus, sodomitas, apegados ao cauim - sem fé, sem lei, sem rei - precisavam ser incorporados ao sistema hegemônico, para seu próprio bem e do reino. Essa narrativa começa na colonização e persiste até os dias atuais: se no começo tal discurso era utilizado para justificar a escravidão indígena, hoje persiste para tomar, deles, seus direitos e territórios.

Racismo, LGBTfobia e colonização são termos cujos sentidos e significados mudam ao longo do tempo, mas cujas práticas permanecem, historicamente falando, com poucas mudanças estruturais: esvazia-se o outro de si mesmo, retirando dele, como dissemos anteriormente, qualquer agência histórica, qualquer subjetividade, qualquer lugar de enunciação possível fora dos termos impostos pelo colonizador.

Seja como for, de modo geral, cabe destacar aqui que a colonização das sexualidades indígenas é um conjunto de processos de longa duração, incluindo uma série de pequenas ações cotidianas articuladas entre si, de modo a normalizar a vida indígena, moldando-os ao sistema moral hegemônico. Assim, recuperando o que foi dito acima, o simples fato de um indígena se assumir como "gay" e "indígena" significa um duplo ato de resistência, tanto do ponto de vista de sua sexualidade quanto de sua etnicidade - quando se fala em "homossexualidade indígena", por mais problemático que seja do ponto de vista analítico, isso subverte uma dupla camada de preconceito. Sua própria existência é, em si, um ato de resistência.

E agora?

O aparato estatal e religioso funciona e funcionou historicamente como um rolo compressor, no tocante à imposição do manejo moral dos povos indígenas, funcionando como força motriz da colonização das sexualidades indígenas. As propostas nas quais posso pensar, dados os limites e desafios indicados aqui, consistem em (a) formar uma rede que possa mapear essa diversidade e como a colonização repercutiu de modo mais específico sobre cada povo, desde cada agente, em cada momento histórico, utilizando determinados meios e articulando certos discursos e dispositivos; e (b) que esta rede privilegie xs próprixs indígenas, tornando possível uma interlocução mais estreita entre indígenas de diferentes etnias, idades e gêneros.

No início deste texto, chamei a atenção para como os fracassos e problemas teimam em não aparecer nos textos lindos, coerentes e bem-acabados que publicamos. Até aqui, esta pesquisa teve várias intempéries, tais como: falta de ferramental analítico, preconceitos diversos, relativa falta de uma sistematização das fontes para a pesquisa e alguma resistência por parte de setores hegemônicos dentro da própria academia.

A primeira (falta de ferramental analítico) era esperada, a começar com o tipo de categorias a serem usadas e como viriam a ser utilizadas. A tentação ao anacronismo ou a projetarmos nossas perspectivas em um estudo é enorme, mas isso incorre no risco de se transformar a pesquisa em uma aplicação dos conceitos ocidentais, modernos, euronorcêntricos, em um contexto social, cultural e histórico diferente. Por outro lado, corre-se o risco de se transformar a homossexualidade indígena em algo "exótico",

ou curioso. Assim, uma alternativa deixa de ser se estudar "a" homossexualidade indígena para tomá-la como ponto de partida para reflexões mais aprofundadas sobre as várias questões apontadas aqui, como, por exemplo, colonialismo ou heteronormatividade. A segunda dificuldade (preconceitos) era, também, esperada. Várias lideranças indígenas se recusam a falar sobre o tema, justamente, por haverem incorporado a ideia de que a homossexualidade seja um fenômeno externo e contraditório às tradições. Ao se conversar com algumas dessas lideranças, nota-se como tal discurso se relaciona com ideias que chegam às aldeias por meio de agentes de instituições oficiais ou de igrejas, ou mesmo pela mídia, redes sociais e pelo convívio cotidiano com a sociedade envolvente. Ouvi em uma entrevista, por exemplo, de um alto funcionário do governo, que "os indígenas aprenderam a ser gays com funcionários da saúde não-índios, que levaram também drogas até as aldeias, fazendo orgias com os indígenas e daí surgindo o homossexualismo (sic)". Esse tipo de discurso é reproduzido de diversas maneiras ao se trabalhar a questão, como se a homossexualidade se transmitisse por contágio, como doença, levando à perda da identidade cultural. A terceira dificuldade (falta de sistematização das fontes) também era óbvia. Há uma vasta literatura que dava conta da existência de "índios sodomitas" nas colônias portuguesas na América desde a década de 1530. Como disse antes, o problema é que este material não traz o ponto de vista desses sujeitos, nem maiores informações sobre qual seu papel em suas culturas, estando repleto de juízos de valor. Assim, boa parte desse material servia para ilustrar como o indígena precisava ser colonizado, escravizado ou morto. Como consequência disso, são ainda raros os textos escritos pelos próprios indígenas sobre sua (homos)sexualidade. Isso nos leva à última dificuldade apontada acima (resistência de setores hegemônicos na academia): espera-se, sempre, que alguns dos cânones de estudos sobre gênero e sexualidade sejam usados em textos relativos a este campo, independente da temática. Sair disso é contrapor boa parte do senso-comum douto e a estrutura de poder da própria academia, contrapondo as clássicas divisões disciplinares e hierárquicas entre esses campos.

Temos que gostar menos de ouvir o som da nossa própria voz e olhar para o lado, para fora, para além. Nos tornamos gradualmente hiperespecializados em nossos próprios campos de pesquisa, o que dificulta enxergar pontos de congruência e de divergência no material disponível.

Quem trabalha com gênero muitas vezes não tem tempo ou interesse para trabalhar com etnologia indígena; quem trabalha com etnologia entre os Tupi nem sempre consegue estabelecer um diálogo com os estudiosos sobre povos Jê; a discussão sobre colonialismo nos departamentos de História nem sempre alcançam os de Ciências Sociais, e por aí vai. Trabalhar com esse tipo de material implica, necessariamente, em um rompimento com as estruturas clássicas de departamentos acadêmicos com perspectivas muito específicas, de modo que se encontra, ao mesmo tempo, no âmbito da Antropologia, da Sociologia, da História, dos Estudos de Gênero, sobre Colonialismo.

O tripé racismo-sexualidade-colonialismo implica em construir pontes as quais nem sempre conseguem ser construídas, consolidadas e ampliadas, muitas vezes devido à cobrança em termos de produtividade e pesquisa, políticas de financiamento, divisões administrativas na academia, etc.

No final das contas, o que se tem é a percepção de como a colonização é um processo atual, impondo preconceitos, hierarquias, estabelecendo e mantendo um sistema de poder, invisibilizando a diversidade de formas de ser, amar, existir, resistir e conhecer. Tais questões remetem à necessidade da desconstrução de mecanismos de opressão que levam à morte e ao sofrimento de incontáveis pessoas por conta de sua raça, etnia ou sexualidade. Trata-se de se chamar a atenção para possibilidade da construção de novos paradigmas, política e historicamente situados, que permitam oferecer um contraponto ao senso comum e a narrativas científicas há muito consolidadas.

Memórias e saberes nos quintais agroflorestais amazônicos[1]

Evandro de Morais Ramos
Maria Isabel de Araújo
Silas Garcia A. de Sousa

Introdução

Historicamente a relação homem-natureza ao longo do processo de dominação e exploração das riquezas da biodiversidade amazônica, bem como a expropriação das memórias bioculturais das populações tradicionais (Figura 1), remontam ao final do século XVI, segundo registros dos conquistadores europeus, missionários e funcionários das Coroas ibéricas.

Figura 1 - Populações tradicionais.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. de. 2015

À medida que os colonizadores europeus avançavam nas terras amazônicas, acordos eram firmados na Europa para dividir as terras descobertas, qual só conseguiriam se apropriar destas, graças à superioridade militar, e a ingenuidade dos donos da terra que viviam na região há muito tempo.

Neste processo, as populações e comunidades tradicionais foram obrigadas a abandonar muitos de seus hábitos imemoriais (Figura 2), costumes e saberes para assimilar a cultura dos brancos, incorporando o sistema

1 Trabalho apresentado no VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, o X Congresso Brasileiro de Agroecologia e do V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. 12 a 15 set. 2018, Brasília - DF.

simplificado de produção agrícola, sistematizado geometricamente, capaz de produzir excedente de produção vegetal e animal. Sendo assim, com o processo de acomodação e assimilação de novas culturas, novas formas de trabalho e técnicas de produção foram incorporados, prevalecendo a prática de corte e queima da floresta, que nem sempre gera impactos positivos, na paisagem Amazônica.

Figura 2 - Hábitos imemoriais.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. de. 2015

Destarte, corroborando CARDOSO (1984), o período colonial agrícola na Amazônia até o reinado de D. José I, supõe-se uma economia extrativista dominada pelas "drogas do sertão" substituído por um ciclo agrícola favorecido pelo capital na gestão do Marquês de Pombal, que marcaria a passagem da agricultura extrativista, para um sistema agrícola subsidiário, constituído pela agricultura.

Segundo MARIN (2005), a partir do século XVII, a agricultura era praticada na extensão do vale amazônico, as missões montavam um sistema agrário combinado com a organização dos índios aldeados em espaços próprios. Os jesuítas responsáveis pela educação, religião e ensino de diferentes ofícios, treinavam os escravos africanos e estes ensinavam os índios na nova arte, de ofícios e técnicas de fazer agricultura dos colonizadores.

Dadas estas particularidades, o legado da agricultura indígena na Amazônia compreendia o conhecimento de diversas culturas, plantavam a mandioca, semeava o milho, o algodão, legumes e o aproveitamento de frutas nativas, plantas medicinais, técnicas de caça e pesca, corantes, oleaginosas, aromáticos, tóxicas, etc. (HOMMA, 2003, p. 17).

Toda essa produção agropecuária era manejada e cultivada em agroecossistemas complexos, principalmente nos quintais agroflorestais e nos roçados ecológicos. Os quintais eram construídos ao redor das moradias e neste agroecossistema os agricultores exerciam deliberadamente, os princípios da agrobiodiversidade (FERNANDES e NAIR, 1986; Van LEEUWEN e GOMES, 1995).

Por outro lado, os roçados ecológicos (ARAUJO, 2005) comportavam inicialmente os cultivos agrícolas anuais, com destaque para o cultivo da mandioca e milho, ao longo do tempo, estes espaços eram transformados, no que denominamos atualmente em agroflorestas ou sistema de pousio de capoeiras (MACEDO et al.; 2001; BRIENZA JUNIOR, 2012).

No que se refere à cultura da mandioca, Pe. DANIEL (1976) relata os múltiplos usos desta cultura no hábito alimentar dessas populações. Além da farinha de mandioca, as folhas eram usadas na maniçoba, da mandioca se produzia vários outros derivados (Figura 3). A espécie *Manihot esculenta* possui uma variedade de cultivares, dentre eles, destaca-se a macaxeira ou mandioca mansa, que é de todos a mais estimada.

Nos agroecossistemas de quintais e roçados foram domesticadas várias plantas e animais, que modificaram o panorama econômico e social da Região Amazônica e mudaram os hábitos alimentares em várias continentes.

Figura 3 - Múltiplos usos da Manihot esculenta.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. (2015).

Segundo NEVES (2006), uma das maiores contribuições dessas memórias bioculturais (Figura 4) das populações tradicionais das Amé-

ricas para a humanidade foi a domesticação, muito antes da chegada dos europeus, de uma série de plantas que atualmente são à base da alimentação mundial, como abacate, abacaxi, abóbora, amendoim, batata, caju, feijão, mamão, mandioca, maracujá, milho, as pimentas, pupunha, tabaco, tomate entre outras.

Figura 4 – Memória biocultural (domesticação das plantas).
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. (2016).

A domesticação de plantas, aliado ao manejo dos solos, podem ser considerada como uma condição fundamental para o estabelecimento de modos de vida agrícolas (Figura 5), mesmo para sociedades baseadas na caça, pesca e coleta, denominadas atualmente de agroextrativistas.

Figura 5 – Modos de vida agrícolas.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. (2016).

Segundo FRAXE et al (2009) é preciso entender que os povos da Amazônia não vivem isolados no tempo e no espaço. Possuem uma rede de contatos com outras civilizações e modificam a paisagem para melhor conviver com a floresta.

Objetivou-se neste trabalho uma breve reconstrução histórica da agricultura tradicional amazônica com abordagens teóricas e empíricas sobre as memórias e saberes na construção dos quintais amazônicos, o agroecossistema mais importante das populações tradicionais da região, baseado na agrobiodiversidade. Para elaboração do presente trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, consultas em obras literárias, artigos e revistas cientificas. Conforme GIL (2000, p, 63), a pesquisa bibliográfica é aquela que os dados são obtidos de fontes bibliográficas, ou seja, de material elaborado com a finalidade explicita de ser lido.

Resultados e discussão

A exploração e dominação da natureza pelo homem gera um verdadeiro dilema da condição humana, pois o homem não pode mudar a natureza, sem mudar a si mesmo, é preciso sapiência, autóctone de saberes adquiridos ao longo do processo histórico de dominação da natureza. Todas estas práticas, costumes, tradições crenças, experiências e ações no curso do processo civilizador, de acomodação e assimilação são geradores de alterações ambientais e modificação da paisagem. Dependendo do modo como o processo de intervenção e interesse socioeconômico e ambiental são impostos, o manejo dos recursos naturais e ambientais podem provocar impactos positivos e negativos.

Com o domínio lusitano na hinterlândia amazônica, novas técnicas de plantio foram impostas no processo civilizador, alterando o habitus social do homem amazônico, passando de agente coletor (agroextrativista) a ator engenhoso de sistemas de produção agrícola simplificados, sistematizados em leiras geometricamente espaçadas, capazes de produzir excedente de produção vegetal e animal. Neste contexto, os povos tradicionais da Amazônia foram obrigados a abandonar muitos de seus hábitos imemoriais, costumes e saberes, gerados nos conflitos e convivências culturais no processo de acomodação e assimilação de outras culturas.

Nos relatos dos viajantes do Século XVI e XVIII e nos relatórios dos técnicos de ATER, do século XX, é escassa a descrição dos quintais ao redor das casas (DENEVAN, 2001; TEIXEIRA, 2007; SOUSA, et al. 2015). Observa-se que o quintal agroflorestal ou pomar caseiro (home garden) é um sistema de produção complexo, baseado nos princípios da agrobiodiversidade, dominado por espécies nativas (vegetais e animais), em processo

domesticação e espécies exóticas em processo de adaptação e observação (FERNANDES e NAIR, 1986).

Esses agroecossistemas são construídos ao redor das casas, com a participação do trabalho coletivo, em regime de Ajuri (ARAÚJO, et al., 2016). Os quintais possuem predominâncias de árvores, e estão presentes na área dos agricultores familiares da Amazônia (Van LEEUWEN e GOMES).

Estas agroflorestas são destinadas a produção de frutos, madeira, sombra, plantas medicinais, especiarias, (Figura 6) forragem entre outros usos (MACEDO et al., 2001). O quintal agroflorestal é um patrimônio cultural, local de conservação da biodiversidade, a memória viva dos agricultores tradicionais da Amazônia. Nele, os agricultores desenvolveram a soberania de plantar e colher.

Figura 6 – Modos de vida agrícolas.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. (2016).

Nesses agroecossistemas, os agricultores realizam suas experiências agrícolas, com menor risco econômico, ambiental e social, os quintais produzem alimentos sadios e livres de agrotóxicos (SOUSA, et al., 2015).

Observa-se que a prática de construção dos quintais são saberes ecológicos tradicionais, transmitidos de geração a geração, através da memória biocultural dessas populações. Entretanto, tal conhecimento, baseado em sistemas complexos de produção, com grande ênfase na agrobiodiversidade e capacidade de produzir alimentos, foi ao longo do tempo sendo perdido com a introdução da agricultura industrial e dos pressupostos das práticas agrícolas da "revolução verde", resultando em quintais com baixa

diversidade e função ecológica. Com referência a memória e saberes para a construção dos quintais agroflorestais, agrobiodiversos, LOURENÇO et al., (2009) observaram que os quintais das populações tradicionais possuíam maior riqueza de espécies (Figura 7) do que os quintais dos assentados da reforma agrária.

Figura 7 – Modos de vida agrícolas.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. (2016).

Possivelmente essa característica, nos quintais dos assentados, pode ser explicada pela perda de memória biocultural desses agricultores oriundos de áreas urbanas, operários que retornaram ao campo como novos agricultores, trazendo consigo os pressupostos das práticas agrícolas da "revolução verde", consequentemente, perdendo os princípios de construir quintais com base na agrobiodiversidade.

Segundo De BOEF (2009), a agrobiodiversidade pode ser classificada em três níveis: a diversidade de agroecossistemas; a diversidade de espécies na agricultura; e a diversidade genética.

Na agricultura industrial e nas práticas da chamada "revolução verde", a agrobiodiversidade vem sendo ignorada, comprometendo a garantia da soberania e segurança alimentar das populações tradicionais, bem como a perda da biodiversidade. A biodiversidade de espécies da agricultura tradicional amazônica gerou riquezas com a transformação desses recursos naturais em produtos, bens e serviços, na lógica capitalista de produção e consumo, entre outros, tais como: cacau, seringueira, castanha-da-amazônia, pau-rosa, guaraná entre outros, consideradas as mais importantes, que atraíram aventureiros e modificaram o panorama econômico e social da região.

A seringueira e o cacau, plantas levadas da Amazônia, mudaram a civilização de outros continentes, onde as regiões e os países em que foram introduzidos transformaram-se em grandes centros produtores mundiais (HOMMA, 2011). Historicamente a perda da biodiversidade amazônica e da memória biocultural dos agricultores tradicionais estão inter-relacionadas com o avanço da agricultura mecanizada e comercial, com a expropriação e expulsão dos agricultores de suas terras, da transferência de tecnologias e inovação, baseadas na ciência reducionista que não leva em conta o conhecimento tradicional e da biodiversidade.

Conclusão

A construção de quintais agroflorestais, com base na agrobiodiversidade constitui-se em memórias vivas da bioculturalidade dos agricultores tradicionais da Amazônia. Entretanto, o processo civilizador, com suas forças de dominação/exploração do homem e da natureza, provocou conflitos culturais de acomodação e assimilação, obrigado os agricultores tradicionais a abandonarem muitos de seus hábitos imemoriais, costumes e saberes.

Com o novo paradigma, a paisagem vai sendo modificada, causando perda da diversidade nos agroecossistemas e erosão genética, transformando os recursos naturais e socioculturais em produtos, bens e serviços, para garantia da vida do sistema econômico capitalista, em detrimento das relações harmoniosa do homem com natureza e convivência socioambiental.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, M.I.; MATOS, G. G; SOUSA, S.G.A. AJURI - Processo e valorização do saber tradicional amazônico. In: VIII Congresso da APDEA - Associação Portuguesa de Economia Agrária. Portugal. Anais 2016.

BRIENZA JÚNIOR, S. Enriquecimento de florestas secundárias como tecnologia de produção sustentável para a agricultura familiar. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Nat., Belém, v. 7, n. 3, set.-dez. 2012; p. 331-337,

CARDOSO, C.F. Economia e sociedade em áreas periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.

DANIEL, Pe. João. Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas. Vol.1 e

2 Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

De BOEF, W. S. et al. Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L&PM, 2007.

DENEVAN, W. HIRAOKA, M.; MORA S. La agricultura pré-histórica em la Amazônia. Dessarollo sotenible en la Amazonia. Quito: Abla Ayala, 2001; p.15-22.

FERNANDES, E.C.M. e NAIR, P. K. R (1986). Na evaluatin of the struture and function of tropical home gardens. Agricultural Systems, v.21, n. 4, p. 279-310.

FRAXE, T.J.P.; WITKOSKI, A.C; MIGUEZ, S. F. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. Cienc. Cult., São Paulo, v. 61, n. 3, 2009.

HOMMA, A.K.O. Agricultura na Amazônia: o futuro é plantar sem derrubar. In: GEEA: Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos, Caderno de Debates, Tomo IV. Manaus: Editora INPA, 2011.

LOURENÇO, J.N.P.; SOUSA, S.G.A.; WANDELLI, E.V.; et al. Agrobiodiversidade nos quintais agroflorestais em três assentamentos na Amazônia Ocidental. In.: Congresso Brasileiro de Agroecologia (6.: 2009). Curitiba (PR), Cadernos de Agroecologia. 09 a 12/nov/2009. 5p.

MACEDO, M.N.C. Avaliação do programa de sistemas agroflorestais em comunidade seringueira do município de Epitaciolândia - AC., 2001. Dissertação (Mestrado) - UFV. Viçosa (MG). Área de concentração: Extensão Rural. 112p.

MACEDO, J.L.V.M.; WANDELLI, E.V.; SILVA JUNIOR, J. P. Livro de Palestras. Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais (3.: 2000): Manaus, (AM). Embrapa Amazônia Ocidental, 2001. (Documentos, 17), p. 102-115.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 1, dez. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn /article/view/48/43>. Acesso em: 12 fev. 2017.

NEVES, E.G (2006). Arqueologia da Amazônia. Eduardo G. Neves. Rio de Janeiro: Jorge Zaha. 87p.

SOUSA, S.G.A.; ARAUJO, M.I.; WANDELLI, E.V. Saberes tradicionais dos povos amazônicos no contexto do processo de transição agroecológica. Re-

vista Ambientalmente Sustentable. Jul – dez, 2015, ano 10, vol. 2. n. 20, p.1696 – 1717.

TEIXEIRA, W.G. (2007). O manejo do solo pelas populações pré-colombianas na Amazônia brasileira: vestígios deixados nas Terras Pretas de Índio e Terras Mulatas. In: Reunião Amazônica de Agroecologia, 1, 2007: Manaus, AM. Anais. Embrapa Amazônia Ocidental. CD-ROM. p. 47-55.

Van LEEUWEN, J.; GOMES, J.B. (1995) O pomar caseiro na região de Manaus, AM, um importante sistema agroflorestal tradicional. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2. Actas. Londrina, PR, IAPAR, Londrina: p.180-189.

Descrição etnográfica de rituais vivenciados nas práticas curativas da puxação e benzeção na comunidade indígena do Katxipiri

Gilvandro Oliveira da Silva
Mário Bentes Cavalcante

O interesse em pesquisar os ritos envolvidos nas práticas curativas da benzeção e puxação deu-se em virtude da realização de uma aula de campo da disciplina Práticas Corporais dos Povos Tradicionais, do curso de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, cujo campo de observação foi a Feira da Manaus Moderna, no centro histórico de Manaus. Na oportunidade entrou-se em contato, por meio de observação, com a técnica curativa denominada "puxação", realizada por um nativo de nome Maia, da etnia Apurinã, cujos sujeitos de sua prática eram os trabalhadores da própria feira, assim como outras pessoas que o procuravam por meio de recomendação de seu trabalho.

A busca por medidas curativas tem se revelado uma prática ainda muito recorrente no Norte do Brasil, especificamente no Estado do Amazonas. Tendo como elemento motivador a dificuldade em encontrar recursos nas comunidades distantes, esse processo de cura apresenta-se como herança da tradição indígena e em tempos hodiernos ainda sobrevive mesmo diante de um cenário de avanço de medicamentos industrializados e das práticas médicas científicas (França, 2002).

Para realizar uma pesquisa a respeito dos rituais de práticas curativas na comunidade indígena do Katxipitri foi necessário o entendimento sobre três termos fundamentais nesse processo: saberes tradicionais, técnicas corporais e benzeção**.**

São considerados saberes tradicionais aqueles que, fruto de um processo histórico e cultural, constituem-se em um conjunto de conhecimentos empíricos que fazem parte da cultura de determinado grupo social que se perpetuam no decorrer dos tempos, sendo conservados e transmitidos por meio da oralidade. Assim, esse conjunto de saberes, que se constituem em herança da ancestralidade, ao serem transmitidos para outras gerações, contribuem para a permanência viva da cultura desses grupos.

Para Moreira (2007), esses conhecimentos, destinam-se à manutenção das formas de vida das sociedades tradicionais. Dentre as categorias de saberes tradicionais observadas durante o contato com o campo de estudo, estão às práticas curativas da benzeção e puxação; procedimentos empíricos constitutivos da cultura dos povos tradicionais. Para Aguiar (2010, p. 8) "*a fragilidade do homem primitivo frente à natureza, às doenças e às demais dificuldades de sua existência tornava-o carente do sobrenatural, como forma de proteção em meio a um cenário tão adverso*".

A primeira parte do trabalho constituiu-se em pesquisa bibliográfica, cujo propósito foi o levantamento de fontes sobre saberes tradicionais, puxação e benzeção. Esse procedimento inicial permite ao pesquisador a aquisição de conhecimentos preliminares a respeito do que será investigado. Na segunda parte do processo investigativo, assume o protagonismo da pesquisa a visita à comunidade indígena do Catxipiri, local onde residem os familiares do Maia, onde se presenciou a realização de um ritual de puxação e benzeção, e procurou-se, por meio de escutas, observação atenta e captação de imagens, colher o maior número de informações possíveis a respeito das práticas e manifestações simbólicas daquele grupo social.

Por tratar-se de uma investigação etnográfica, tal procedimento torna-se imperioso, pois como argumentam Souza e Barroso (2008, p. 151), na investigação etnográfica o pesquisador, dentre outras atitudes, procura *"[...] estabelecer relações, selecionar informantes e tentar salvar o dito em um discurso social em formas pesquisáveis [...]"*.

A partir das observações e entrevistas realizadas, percebeu-se, que além de rezas e benzeções, a puxação fazia parte de um todo simbólico empregado como medida curativa para enfermidades dos ossos, músculos e articulações, assim como de outras partes do corpo. Diante desse contexto foi possível observar como os diferentes grupos sociais fazem uma construção social do corpo, Quintana (1999).

É certo que o corpo é o mais natural instrumento do homem e primeira coisa que um ser humano precisa aprender controlar. O uso que fazemos dos nossos corpos para atingir objetivos específicos chamamos de técnicas corporais. Para Marcel Mauss (1934, p. 211) "*técnicas corporais são as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional sabem servir-se de seus corpos*". Técnicas corporais dizem respeito então aos procedimentos, métodos pelos quais sabemos servir-nos dos nossos

corpos de maneira tradicional, e tornando-se diferentes de uma sociedade para outra.

No contato com o campo empírico percebeu-se que o Maia faz uso de técnicas corporais que então são atos tradicionais eficazes, vindo da tradição. A prática da puxação é uma técnica corporal de abordagem dentro da concepção de Mauss (2003).

Toda técnica tem sua configuração, seu formato; a especificidade é a característica de todas as técnicas. Toda comunidade tem práticas e costumes que lhe são próprias. O Maia conta que aprendeu inicialmente com o seu pai a conhecer e a desenvolver as técnicas; nesse processo de transferência de conhecimentos, se mostram essenciais, para a aprendizagem, a oralidade e a observação (Lévi-Strauss, 2006).

No começo, segundo ele, era uma imitação das habilidades do pai, despertada pela admiração e atenção, mas logo era passado como técnica, visto que além da imitação inicial havia a transmissão por oralidade e o aprimoramento a partir da prática e visualização, sendo então um processo mnemônico de aprendizagem; as práticas corporais de puxar e benzer são adquiridas e consiste, assim, em uma transmissão da técnica. Na comunidade, os mais jovens que deslocavam ossos e sentiam dores musculares com a prática de esporte não eram tratados pelo pai, eram cuidados pelo Maia, que assim aprimorou sua técnica inicial com a prática nos mais jovens da comunidade. A prática aprimora a técnica.

Marcel Mauss define as técnicas corporais:

> Chamo de técnica um ato tradicional eficaz (vejam que, nisto, não difere do mágico, religioso, simbólico). É preciso que seja tradicional e eficaz, não há técnica e tampouco transmissão se não há tradição. É nisso que o homem se distingue, sobretudo dos animais: pela transmissão de suas técnicas e muito provavelmente por sua transmissão oral. (MAUSS, 1974)

O corpo é o primeiro e mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo o meio técnico do homem é seu corpo. Transmitimos e transferimos ao corpo as nossas tradições, costumes e experiências. Na comunidade há uma memória coletiva em que o pai do Maia é a referência na prática de puxar e benzer; há também a crença nas habilidades que foram herdadas pelo Maia que lhe credenciam a ter sua capacidade, habilidade e técnica chanceladas pela comunidade.

Os rituais e representações simbólicas são parte da crença do conhecimento transmitido e aperfeiçoado, assegurando então sua legitimação, sua eficácia de cura e entendimento dos elementos mágico-religiosos e mágico-simbólico.

É preciso considerar que a crença que é a ação de acreditar, de crer, é uma convicção, é a verdade do propósito. As crenças podem exceder ao conhecido ou ao conhecimento; próximo da fé a crença pode implicar nas interpretações simbólicas nas representações sociais, nas manifestações sobrenaturais. Embora como a simbólica a crença é uma linguagem humana.

Se é perceptível a crença de todos na comunidade na capacidade de cura do Maia, e como a prática de benzer é respeitada e referenciada, a crença no sobrenatural, no espirito da floresta, nas palavras usadas, no movimento das mãos, no segurar na cabeça, reflete um respeito ao sobrenatural, uma representação simbólica, uma técnica e um ritual. Não existem ali dúvidas, incertezas, apenas convicções que o sobrenatural pode ser invocado pelo benzedor.

O ritual tem um valor simbólico que é o conjunto de palavras, gestos e formalidades codificados por uma religião ou pelas tradições da comunidade. Na comunidade, existe na prática de benzer e puxar uma consciência como sendo um sistema de montagens simbólicas, que reconhece como esse conhecimento é construído, transmitido e legitimado.

As representações sociais e simbólicas ocorrem por meio de operações mentais (memória, percepção, atenção, análise e transferência) esse objeto é substituído por um símbolo que se faz presente quando o objeto está ausente, de forma que o objeto fica representado simbolicamente na mente dos indivíduos; sendo mais do que a simples reprodução do objeto, porém sua construção, reconstrução ou transformação.

Foi possível perceber, na prática da puxação, que além dos movimentos complexos e completos do corpo, assim como o emprego das técnicas usadas pelo puxador, fica evidente o conhecimento, por parte do Maia, das partes do corpo, clarificados quando ele recomenda em que posição deve ficar aquele que está sendo submetido às práticas curativas. Percebe-se que a forma, e como o corpo deve ser tocado, constituem-se um aspecto simbólico de retirada do mal do corpo. Ao puxar o corpo direcionando para si os movimentos está presente a crença de se está retirando a enfermi-

dade, os movimentos corporais sempre buscam fazer com que o mal e a dor saiam do corpo adoecido. As expressões da face e de respiração alteradas com muita frequência refletem mais que um aperto de músculos e nervos ou o estralar de ossos, mas toda uma representação simbólica de retirada do mal, que, dependendo da situação e do entendimento do Maia, pode se completar a partir da receita de um banho de ervas, uma garrafada, um remédio natural e outras sessões de puxação para completar o trabalho.

Esses ritos vão além da simples massagem e puxação, do emprego de movimentos e técnicas; estão presentes, como constituidores de sua eficácia, além do reconhecimento por parte da comunidade, a crença da sua importância pelo próprio Maia, *"é a crença do feiticeiro, na eficácia de suas técnicas"* (Lévi-Strauss, 1975, p.194).

Uma prática, uma técnica é percebida e conceituada de imediato em termos de sua simbólica e significativa realidade.

As representações sociais são construções simbólicas da realidade. São processos cognitivos-emocionais que mobilizam emoções, permitem o enfretamento do medo ou do desconhecido. Embora mudem conforme o contexto social elas se adaptam também à complexidade e a dinâmicas das sociedades.

As crenças e as representações simbólicas dependem do contexto sociocultural que orientam a maneira como se interpreta a realidade; logo são dinâmicas visto as concepções e mudanças da percepção do presente, sendo uma rede de imagens, símbolos e conceitos que interagem e se modificam continuamente pelas mudanças geracionais; porém há permanência nas crenças que garantem a manutenção dos símbolos e das interpretações dos rituais e crenças.

Na comunidade indígena Katxipiri, a realidade tem suas representações simbólicas e mágico-religiosas, vistas na prática de fazer o sinal da cruz muitas vezes durante uma reza ou benzeção, e o colocar as mãos na cabeça como forma de curar ou libertar. O respeito pelos antepassados, o respeito pela água como forma de limpeza também interna, como uma purificação, a presença do ramo de arruda na mão no momento da prática, o silêncio reverencial durante o processo de benzer as enfermidades que podem ser trabalho de inimigos, a luta espiritual contra o mal que pode ter sido jogado na comunidade. Existe, então, uma interrelação entre cada elemento e seus respectivos ambientes naturais e sociais de forma que os co-

nhecimentos ambientais, práticas medicinais e técnicas corporais se entrelaçam; o profissional constrói determinado repertório por meio das experiências, buscando a matéria-prima do meio social e compondo conjuntos diversificados que formam seus saberes e práticas (LÉVI-STRAUSS, 2005)

As representações simbólicas são emancipadas das representações hegemônicas e por isso para alguns são controversas visto que acham que suas seletivas são justificadas dentro de métodos fechados, mas as representações simbólicas e crenças são sociais e plurais, tanto nas atitudes individuais e discurso, nas pertenças sociais, ideológicos quanto no processo de exclusão-inclusão social. Para Mauss (1974, p. 215), *"[...] todas essas técnicas encaixavam-se muito facilmente em um sistema que nos é comum [...] da vida simbólica do espirito, esta noção que temos da atividade da consciência como sendo, antes de tudo, um sistema de montagens simbólicas"*.

No ritual de puxar e benzer têm crenças e representações simbólicas, e com símbolos expressamos o que não poderíamos fazer de outro modo, usamos por deficiência, mas também por proficiência visto que com ele transmitimos o intransmissível.

O símbolo é o modo de significar, que sempre se refere a algo, assim seus significados oferecem uma via explicativa. Dessa forma as representações simbólicas devem ter uma analogia de atribuição inerente com o simbolizado. O símbolo é um significante, representando uma semelhança inerente ao significado.

No caso do Maia, que é benzedor e puxador profissional de conhecimento tradicional, que tem o ofício de puxar, a puxação assemelha-se à massagem corporal e é empregada para tratar doenças, dores que afetam ossos, nervos e músculos como uma medida curativa. É uma técnica corporal, porém junto com o oficio corporal tem uma complexidade de representações simbólicas, uma construção social, como elemento mágico-simbólico e social, crenças, ritos, mitos que são utilizadas para a construção do saber tradicional, e, assim, o nutre uma identidade única.

Há especificamente uma técnica corporal que reflete sua origem, suas condições físicas, habilidades e crenças. De acordo com Mauss (1974), para entender as técnicas do corpo é preciso reconhecer que o corpo está condicionado a três forças externas. O social, o fisiológico, o psicológico. Não podemos estudá-lo tendo em conta apenas uma das perspectivas.

Observar as representações sociais e culturais na comunidade, suas condições sociais, suas experiências prévias, história recente, suas lutas, sua comunhão com a natureza, a importância da linguagem oral e corporal e a valorização da tradição é que foi possível compreender que a simbólica é mais que uma linguagem humana, visto que os rituais, crenças e representações simbólicas são também elementos formadores da cultura da comunidade e só conhecendo esse complexo entrelace cultural que se é possível dizer que cada puxador é ímpar porque é reflexo social, fisiológico e psicológico da assimilação e acomodação dos conhecimentos da sua vida e da sua comunidade.

Conforme Mauss (1974) os hábitos variam com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas. Cada cultura desenvolve técnicas a seu modo. Nesse sentido as práticas corporais do povo indígena Apurinã é um exemplo de desenvolvimento de técnicas próprias, embora semelhantes à de outros povos têm suas especificidades que estão além do aprimoramento das técnicas de forma geracional, também na assimilação de objeto e crenças nos seus rituais, seus hábitos e suas representações simbólicas. É um modo intensista de ser um puxador Apurinã.

Referências

AGUIAR, E. (2010). **Medicina: uma viagem ao longo do tempo** (Domínio público). Recuperado de http://www. livrosgratis.com.br/ler-livro-online-124108/medicinauma-viagem-ao-longo-do-tempo

FRANÇA, Elvira Eliza. **Crenças que promovem a saúde**: mapas da intuição e da linguagem de curas não-convencionais em Manaus, Amazonas. Manaus: Valer; Edições do Governo do Estado, 2002

LÉVI-STRAUSS, C. **A ciência do concreto**. In: LÉVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. 6. ed. Campinas: Papirus, 2006.

MAUSS, Marcel. 1974. **As técnicas corporais**, in MAUSS, M., Sociologia e Antropologia, São Paulo: EPU/EDUSP, v. 2, p.209-234.

MOREIRA, E. **Conhecimento tradicional e a proteção**. T&C Amazônia, v. 5, n. 11, jun. 2007.

QUINTANA, Alberto M. **A ciência da benzedura: mau-olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SANTOS, Mario Ferreira dos. **Tratado de Simbólica**. São Paulo: É Realizações, 2007.

SOUSA, L. B. de; BARROSO, M. G. T. **Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem.** Escola Anna Nery: Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro: v. 12, n. 1, p. 150-155, mar. 2008.

A saga dos Dissidentes no contexto amazônico: um olhar sobre a Migração e a Dissidência no atual contexto amazônico

José Humberto P. e Silva

Há um prazer nas florestas desconhecidas;
Um entusiasmo na costa solitária;
Uma sociedade onde ninguém penetra;
Pelo mar profundo e música em seu rugir;
Amo não menos o homem, mas mais a natureza...
Lord Byron

O Brasil tem, ao todo, 17 mil km de fronteiras. Em toda a América do Sul, o país só não faz divisa com Chile e Equador. Segundo Xavier (2012), há uma constatação de que as migrações internacionais são hoje um fenômeno de amplas repercussões, cujo estudo se mostra cada vez mais relevante para a análise geopolítica e o exame de parte das mudanças sociodemográficas por que passam os Estados que são afetados pela chegada e pela saída de migrantes. Embora as migrações contemporâneas indiquem peculiaridades características das demandas por cidadania surgidas com o discurso cosmopolita que acompanha a atuação de Organizações Internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), constata-se que a leitura predominante sobre migrações se mantém atrelada a pressupostos teóricos neoconservadores e funcionalistas.

Para fazer frente a isso, os sistemas de justiça internacional, em âmbito global e regional, estabeleceram nas últimas décadas instrumentos jurídicos voltados à proteção das "pessoas em movimento".

Entretanto, há países como o Brasil que ainda não aderiram integralmente às importantes convenções relativas aos direitos dos migrantes, e mantém legislações nacionais dissonantes com o ideal de solidariedade para com os estrangeiros.

Isso faz rever a imagem supostamente hospitaleira do Brasil em face dos imigrantes, na qual se baseiam estrategicamente o governo federal e o Itamaraty para angariar influência internacional. Com a Amazônia brasileira sendo destino para migrações internacionais há séculos, o Brasil se vê às voltas com a necessidade de manter o discurso que lhe favorece como país exemplarmente acolhedor, mas também, ao que parece, de outra parte, de dar continuidade a uma política migratória restritiva que dificulte a entrada e permanência de imigrantes, com o receio de que estes constituam um indesejável grupo de beneficiários dos serviços de assistência social.

Ainda de acordo com Xavier (2012), a eclosão do terrorismo internacional, sobretudo após 2001 (com o "11 de Setembro"), criou um ambiente hostil para os propósitos cosmopolitas de um sistema de justiça internacional (FARENA, 2008). As políticas migratórias e de concessão de asilo endureceram-se, o recurso à guerra extrapolou a mera retórica - indo às últimas consequências, como por exemplo, no caso da invasão do Afeganistão, a liderança norte-americana na polêmica "guerra contra o terror" serviu para fortalecer-lhe a hegemonia bélica, as fronteiras de muitos países tornaram-se ainda mais espessas, enfim, sedimentou-se um ambiente distante do sistema de justiça internacional imaginado pelos idealistas.

Com a ampliação das dimensões do fenômeno migratório, conforme as Nações Unidas - através da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – e outras organizações intergovernamentais e não-governamentais têm diagnosticado, o que se pode notar foi que, enquanto muitos países ou blocos de países têm conseguido assegurar condições de bem-estar para seus membros (cidadãos) têm, ao mesmo tempo, agido deliberadamente para manter os não-membros (estrangeiros) fora do âmbito de titularidade de direitos fundamentais.

Observando-se o desamparo dos imigrantes precariamente instalados nas cidades da Amazônia, conforme denunciam as organizações do Terceiro Setor, nota-se que o Brasil pretende o melhor dos mundos possíveis: obter, à custa de demagogia, as vantagens diplomáticas advindas da imagem de país solidário com os estrangeiros que buscam melhores con-

dições, sem se comprometer de fato com esses estrangeiros – ou com os direitos humanos que eles possuem.

A hipótese concludente é que a recente e atual questão dos imigrantes haitianos e venezuelanos na Amazônia desafia a manutenção do discurso de solidariedade internacional de que se aproveita o Brasil para tentar aumentar o seu "soft power".

A política externa brasileira há de ser inevitavelmente afetada, caso o país não harmonize sua política migratória e legislação à normas internacionais, de modo a atender satisfatoriamente às demandas cidadãs dos imigrantes haitianos e venezuelanos que hoje vêm ao seu abrigo. Do contingente de imigrantes estabelecidos no Brasil, estima-se que 40% procede de países sul-americanos. Porém, se considerada a realidade de alguns Estados, a proporção de imigrantes dos países vizinhos passa ser quase superior a 80%, como é o caso em Mato Grosso do Sul, Acre, Roraima e Rondônia.

Além de Boa Vista/RR, com a dramática chegada diária de dezenas/centenas de venezuelanos, outra cidade que costuma enfrentar dificuldades estruturais derivadas da imigração é Tabatinga/AM (tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru). De acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), estima-se que haja 3,86 migrantes para cada mil moradores.

Ainda em relação à tríplice fronteira Peru-Brasil-Colômbia, a análise de Márcia Oliveira parece resumir o quadro de desassistência: "as análises apresentadas [...] evidenciam a ausência de políticas públicas, por parte dos Estados fronteiriços, que correspondam às demandas migratórias nessa região" (OLIVEIRA, 2006, p. 183).

Outros casos poderiam ser aqui citados, embora deve restar claro que não são todos os municípios brasileiros receptivos de migrantes (lindeiros ou não) que são afetados por demandas prestacionais advindas dos segmentos sociais nos quais se inserem os estrangeiros.

Ainda mais, o problema não é somente brasileiro, pois vários municípios de países sul-americanos também se encontram em situação deficitária por conta da ausência de políticas migratórias inclusivas e efetivas. O que fica claro, porém, é que, ao menos no Brasil, a inefetividade decorre em grande medida da falta de políticas públicas coordenadas entre os entes federativos, que idealizem a questão migratória de maneira convergente.

Conforme aponta Echeverri (2007), a falta de integração vertical de ações institucionais entre diferentes escalas de governo setorializa e fragmenta a atuação governamental. No caso sob exame, nota-se que, quando existem, as políticas municipais voltadas aos migrantes por vezes divergem, na forma e/ou no conteúdo, de políticas estaduais e da política nacional.

Vale ainda ressaltar que a maior parte dos municípios dos Estados do Acre e de Roraima – que guardam entre si a característica curiosa de possuírem a integralidade de seu território em faixa de fronteira – também lidam com intensa ocupação de imigrantes internacionais.

No município de Pacaraima, em Roraima (fronteira Brasil-Venezuela), o significativo contingente de venezuelanos, colombianos e peruanos tem engrossado a fileira dos trabalhadores informais que sobrevivem à míngua da assistência pública: "Uma novidade atual na característica dos migrantes internacionais em Roraima é a identificação de colombianos e peruanos normalmente trabalhando como vendedores ambulantes de discos e produtos chineses" (RODRIGUES, idem, p. 204).

Dentre eles, peruanos e colombianos, que adentram no município amazonense em busca de atendimento no bom Hospital da Guarnição (centro de referência em saúde na região do Alto Solimões). A procura por atendimento nessa unidade hospitalar é registrada por Rebeca Steiman (2002), em cuja pesquisa fala da atratividade de Tabatinga para os cidadãos que residem do outro lado da fronteira: "No primeiro caso [dos peruanos], porque as localidades peruanas de fronteira não têm assistência adequada, e no caso colombiano porque serviços como saúde e educação superior são particulares e custosos" (p. 18).

Nessa complexa questão de dissidentes na Amazônia, os desafios, no entanto, são enormes e vão além doa simples êxodo, esbarrando em algo muito perigoso, como o tráfico internacional de drogas. De acordo com informações do general Miotto, as tropas militares brasileiras de fronteira enfrentam diariamente a pesca ilegal, o tráfico de armas, contrabando, garimpo ilegal, dragas nos rios, imigração ilegal, desmatamento, infrações ambientais, pistas de pouso ilegais, extração ilegal de madeira e tráfico de animais silvestres.

"Tudo isso que ocorre na fronteira vai impactar nos grandes centros urbanos do nosso país e com organizações criminais fomentando", disse. Segundo o militar, o tráfico internacional de animais silvestres paga

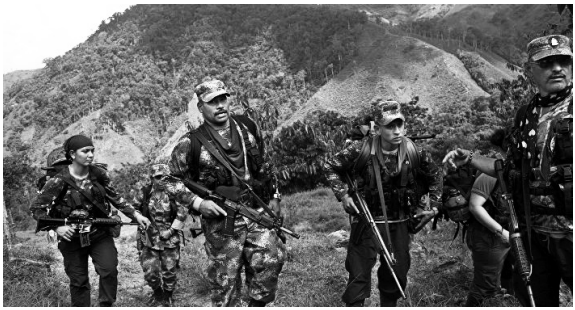
valores exorbitantes por uma espécie rara ou em extinção, como a jiboia, que chega a ser negociada por US$ 1.500; a cobra coral verdadeira, por US$ 31.000 e a arara-azul que pode valer US$ 60.000, com destinos a países europeus e aos Estados Unidos.

As grandes distâncias dos centros urbanos impõem aos militares e moradores das regiões de fronteiras limitações como infraestrutura precária e até mesmo ausência de serviços do Estado em decorrência de verdadeiros vazios demográficos. O acesso restrito é realizado por meio dos rios ou rotas aéreas que, em determinadas regiões, são quinzenais.

A apreensão de drogas é frequente na região da Amazônia. Apenas nesse início de 2018, o Exército Brasileiro apreendeu 905 kg. de *skunk*, maconha com alto teor de THC, no rio Japurá. A droga foi encontrada boiando no rio após o naufrágio de um barco e os traficantes fugiram. Mais de vinte pacotes foram recolhidos e encaminhados à Polícia Federal.

O avanço do crime organizado na região é uma das principais preocupações das autoridades na região onde, atualmente, atuam 21 mil militares. Na década de 1950, mil profissionais exerciam a missão de garantir a tríade "integridade nacional, soberania e defesa da pátria" nos 9.762 km de fronteira brasileira da região com Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Nessa faixa, as Forças Armadas exercem o chamado poder de polícia em 150 km, por meio de 24 pelotões e um efetivo de 1.500 militares provenientes de todo país.

Nas áreas de selva amazônica, que compreende o território de oito países, a chamada Amazônia Legal, ainda atuam dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que não aceitaram o acordo de paz com o governo do país, além de um efetivo de 500 guerrilheiros dos antigos grupos peruanos Sendero Luminoso e do seu homônimo Tupac Amaru.



Mas, nem tudo são dissabores, pois existem muitas incríveis estórias de dissidentes na Amazônia, como a do iraniano Ali Sharif, de 57 anos, que foi preso durante a Revolução Islâmica. Ele escapou do cárcere numa fuga em massa que deu origem a um best-seller. Vagou por diversos países até se fixar em Manaus/Am, onde fundou, em 1997, o Instituto de Permacultura do Amazonas (IPA). É considerado o precursor da técnica no País.

"Em 1984 fiz nos Estados Unidos um curso de permacultura com Bill Mollison, que mudou minha vida. Quando terminou, ele disse: 'Bem, o que você quer fazer com isso agora?' E eu disse: 'Faço o que você mandar'", relate o Sr. Ali Sharif.

O professor pegou um mapa e foi listando os locais onde já existiam polos de divulgação da técnica. A América Latina ainda não tinha nenhum. "Então eu decidi sair dos EUA. Mas essa é a parte fácil. Difícil foi chegar lá."

O Sr. Sharif pede licença para uma digressão. Conta-nos que se formou em História na Inglaterra e voltou para o Irã em 1974. Viu-se em apuros com a revolução que derrubou o governo em 1979. "Fiquei dez meses na cadeia. Escapei na maior fuga da história, descrita no livro *On the Wings of an Eagle* (Nas Asas de uma Águia)", conta. "Fugi para a Europa. Depois, entrei nos EUA pelo México, passando por Tijuana."

O iraniano errante viveu de 1994 a 1998 no Equador, onde fundou a primeira unidade de permacultura da América do Sul. Depois, seguiu para o Peru e a Guatemala. "Minha primeira visita ao Brasil foi em 1996. No ano seguinte voltei, chamado pelo pessoal do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Eles me perguntaram que objetivos eu tinha. Disse que queria colocar um centro em cada ecossistema brasileiro", diz, referindo-se à Amazônia, ao Cerrado, ao Pantanal, à caatinga, à mata atlântica e aos pampas. Sharif já instalou unidades em Manaus, Pirenópolis (GO), Bagé (RS) e Salvador (BA). "Hoje há muitas instituições trabalhando com permacultura, porque ela transforma problemas em soluções."

O iraniano valoriza as raízes indígenas da técnica. "Quando Cortez invadiu a Cidade do México, toda a comida que abastecia 1 milhão de astecas era produzida na cidade mesmo, com adubo humano." Para Sharif, a monocultura extensiva só resiste porque é subsidiada. "O Amazonas importa 65% da comida que consome porque é mais barato do que produzir. Não faz sentido."

Ensinada por um *expert* iraniano, uma técnica milenar usada por povos como os astecas pode ajudar ribeirinhos da Amazônia a emitir menos gás carbônico com queimadas na mata para plantar alimentos. A empreitada multicultural aconteceu este mês, quando 32 alunos de 14 comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma (AM), a 227 quilômetros de Manaus, tiveram aulas de permacultura, sistema integrado de uso de recursos naturais.

O termo permacultura foi cunhado pelos australianos Bill Mollison e David Holmgren nos anos 70. O plantio de alimentos representa só uma parte do sistema, que no fundo é uma técnica ancestral de observação e cópia da natureza. "Desenhamos o terreno para que se gaste o mínimo de energia para o máximo de retorno", diz o iraniano Ali Sharif, que passou uma semana na reserva, mantida pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS). "Em vez de fazer queimadas e cultivar só um produto, o roceiro tem um mosaico de culturas. Não se queima nada. Derruba-se a capoeira e o plantio é feito no meio da matéria orgânica."

No curso, ribeirinhos dividiram a área do Juma em cinco zonas. A zona zero é a casa do agricultor. Na zona 1 ficam horta, plantas medicinais e caixa d'água. A 2 abriga um pomar e pequenos animais; a 3 foi reservada para o plantio de alimentos e a criação de animais maiores. A zona 4 é dedicada ao extrativismo e a 5 é de floresta, usada apenas para a extração de sementes.

Na zona 3, Sharif e os alunos delimitaram um quadrado de roçado de 65 por 65 metros em seis faixas iguais, na comunidade de Boa Frente. Ali, intercalaram cultivos de mandioca com laranjas e até urucum. "A queima acaba com o solo e o lavrador tem de fazer rodízio entre roçados. Quando volta ao primeiro roçado, a colheita já é 50% menor. Na permacultura, planta-se anos num só lugar", diz João Soares Araújo, instrutor da Fundação Daniel Efraim Dazcal, parceira do Instituto de Permacultura do Amazonas, criado por Sharif.

"Eu achei interessante. Em casa temos mais de dez locais de roçado, um distante do outro", disse Denise Brasão de Almeida, de 18 anos, uma das alunas. Outros ribeirinhos encararam a técnica com resistência. "Nossos roçados têm 50 por 30 metros. É pouco para a permacultura. Vamos ter de aumentar o espaço", disse Luana Valente, de 20, que foi às aulas com os filhos Gabriel e Samuel. "Acho que, pelo menos com a mandioca, não dá

certo plantar assim", afirmou Marco Antônio Campos, de 34, morador da comunidade Marepaua.

"Na permacultura, a mandioca tem produtividade 90% maior, porque as perdas com chuvas e erosão são menores. Só que, no primeiro ano, o trabalho é grande", explica Messias Brasil, que há cinco anos usa a técnica em Boa Vista do Ramos (AM). Para o diretor-geral da FAS, Virgílio Viana, a permacultura implica mudanças culturais. "O sistema de corte e queima é uma tradição de longa data. Não se muda isso em uma semana."

Como se percebe, até mesmo dentro de um case de "agrocontexto", como o relatado acima, podem-se tecer comentários sobre a dissidência bem-sucedida em terras amazônicas, pois para aqueles que visam sempre somar e multiplicar, as bençãos do progresso e do inequívoco sucesso, sempre estarão a seu inteiro dispor.

Nesse contexto, conclui-se de forma similar a Xavier (2012), que defende que há que se fixar a compreensão de que os problemas relativos à migração internacional, que afetam a Amazônia brasileira, trazem à tona a necessidade de uma nova política migratória, sintonizada com os tratados e convenções internacionais referentes aos direitos humanos de migrantes, refugiados e dissidentes diversos, pois somente de posse dessa nova política, inspirada por nobres e justos ideais cosmopolitas, poderá o Brasil, em sua política externa, reivindicar um papel de vanguarda no âmbito global (das Nações Unidas) e regional (Sul-Americano).

Sabemos que a mera utilização propagandística de uma política migratória supostamente acolhedora e inclusiva, não é suficiente para assegurar ao Estado brasileiro um papel protagonista em face dos demais Estados, sendo assim o modo mais efetivo de o Brasil aumentar seu prestígio internacional, aludindo à temática migratória, o de estabelecer-se bases concretas de ação para um paradigma verdadeiramente humanitário. A efetiva inclusão a ser prestada por ele aos estrangeiros irregulares, dissidentes, asilados e/ou refugiados residentes em seu território, poderia ser computada em seu favor como uma "ajuda humanitária" tão ou mais importante que a que se prestou no Haiti, quando o contexto lhe era bastante conveniente.

Mas, nem sempre o contexto deverá ser conveniente a pretensões claras ou não, pois o mais relevante nessas ações sempre deverá ser o acolhimento ao ser humano, nosso semelhante por natureza. Isso, sim, seria o nobre ápice de toda e qualquer verdadeira e profunda ação humanitária, fa-

zendo–nos todos crer que a humanidade ainda é um "Projeto viável", apesar dos imensos pesares contra nós.

Referências

ABDENUR, Roberto. A política externa brasileira e o "sentimento de exclusão". In: FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (org.). Temas de política externa brasileira II. Vol I. São Paulo: Paz e Terra, 1997, pp. 31-46

ACNUR; IMDH; CDHM. Políticas públicas para as migrações Internacionais. Migrantes e refugiados. 2. ed. revista e atualizada. Brasília: ACNUR; IMDH; CDHM, 2007.

ARAGÓN, Luís E. Aproximação do estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. In: ARAGÓN, L. E (org.). Migração internacional na Pan--Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

_____. Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. Contexto internacional [online]. vol.33, n.1, 2011, pp. 71-102.

ARAÚJO JUNIOR, João Marcello de. Extradição: alguns aspectos fundamentais. Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 326, p. 61-62, abr./mai./jun. 1994.

AUDARD, Catherine. Cidadania e democracia deliberativa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006

BECKER, Bertha K. Amazônia: construindo o conceito e a conservação da biodiversidade na prática. In: GARAY, Irene; DIAS, Braulio (orgs.). Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais de novas metodologias de avaliação e monitoramento. Petrópolis: Vozes, 2001.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: formação social e cultural. Manaus: Valer, 1998.

ECHEVERRI, R. Articulación de políticas y participación social. San José: IICA, 2007.

ECO, Umberto. Cinco escritos morais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses. In: XVII Encontro Nacional de Estudos populacionais. Caxambu-MG.

População e Desenvolvimento: decifrando Conexões, 2010.

XAVIER, Fernando César Costa. Tese sobre "Migrações Internacionais na Amazônia Brasileira: Impactos na Política migratória e na política externa". Brasília/DF, 2012

A experiência no curso de ciências econômicas no municipio de Manicoré

Kamilla Ingrid Loureiro e Silva

Introdução

O Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Amazonas- UEA foi criado para municípios do estado do Amazonas no ano de 2009 com a intenção de encurtar as distancias logística e levar conhecimento aos residentes destes lugares através do ensino superior.

Ao introduzir um curso de ensino superior, é natural que os seus discentes passem por uma mudança de pensamento. Através da elevação de grau de ensino o estudante passa a ter novas ideias quanto à profissão que deve seguir. Deste modo, neste estudo pretende-se identificar as mudanças comportamentais dos alunos que cursaram Ciências Econômicas da UEA através do ensino presencial por tecnologia. Para tanto, o artigo foi estruturado em duas seções além da introdução: a primeira faz uma abordagem sobre a metodologia de ensino da Universidade Estadual do Amazonas nos municípios do interior do estado e segundo uma descrição do curso de Ciências Econômicas no município de Manicoré.

A metodologia empregada para atingir os objetivos propostos foi a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a área pesquisada. No estudo bibliográfico utilizou-se de livros, revistas e artigos sobre a temática. No estudo documental buscaram-se informações oficiais nos órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Segundo Merleau-Ponty (1980) explica que, "o pensamento de sobrevoo na ciência converte a consciência num resultado aparente de "fenômenos na terceira pessoa", isto é, de acontecimentos que pertencem à esfera dos objetos naturais". Segundo Marconi e Lakatos (2008), esses materiais além de pano de fundo (background) do campo de interesse, servem também como sugestão de problemas e hipóteses para outras pesquisas.

A metodologia de ensino da Universidade Estadual do Amazonas nos municípios do interior do estado.

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi instituída pela lei 2.637 de 12 de janeiro de 2001 e está presente nos 62 municípios do estado do Amazonas. Foi criada com o objetivo de promover a educação, priorizando pelo conhecimento científico centrado na região Amazônica, juntamente com valores éticos capazes de integrar o homem à sociedade e, também, aprimorar as qualidades dos recursos humanos.

Quando foi criada, a Universidade do Estado instalou na capital suas primeiras unidades acadêmicas: a Escola Normal Superior, Escola superior de Ciências da Saúde, Escola Superior de Ciências Sociais, Escola de Artes e Turismo e a Escola Superior de Tecnologia. Esta última sucedeu do antigo Instituto de Tecnologia da Amazônia (UTAM) (AMAZONAS, 2001c, 2004b).

Além das Unidades acadêmicas da capital, ainda foram construídas duas unidades acadêmicas, em 2001, nos municípios do interior: o Centro de Estudos Superiores em Parintins e em Tefé. Sendo que em outros municípios como em Manicoré, a universidade funcionava em escolas da rede pública estadual e municipal.

Desde a sua construção, a universidade tem sido apontada como referência no crescimento regional, por ter o foco na interiorização da educação ao levar aos municípios do interior do Amazonas e pela produção de projetos desenvolvimento social.

Na opinião de Telles (2010, p. 352), a

> Universidade do Estado do Amazonas se insere, portanto, no contexto das ações do governo estadual, empreendidas com o propósito de reparar uma injustiça secular: possibilitar o acesso dos estudantes do interior ao ensino universitário. Sabe- se que Manaus, por força de certas circunstâncias históricas e econômicas, concentrou, durante décadas, os benefícios gerados pelo processo econômico regional. Os jovens que desejassem dar prosseguimento aos seus estudos tinham como alternativa migrar para a capital amazonense, onde estavam concentradas todas as oportunidades em termos de ascensão social, econômica e cultural.

Em 2002, foram construídas outras unidades acadêmicas no interior do Amazonas, dentre essas o núcleo do município de Manicoré. O terreno onde foi construído pertencia a um empreendedor local e era parte de uma fazenda de gado, que também já havia sido antes uma área

de cultivo de seringa. O prédio começou suas atividades no ano seguinte e nunca foi inaugurado a ele foi dado o nome de Núcleo de Ensino Superior de Manicoré.

Desde o início de suas atividades no município, vem beneficiando os moradores locais com cursos das mais diversas áreas: Ciência Política, Licenciatura em Geografia e Matemática, Pedagogia Indígena, Tecnologia em Gestão Pública, Logística e Saúde Coletiva, Ciências Econômicas e os cursos do Programa de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação – PROFORMAR.

Atualmente, o núcleo funciona com três cursos tecnológicos: Gestão Comercial, Agroecologia pelo sistema mediado por tecnologia (IPTV) e o curso de Agrimensura pelo sistema modular.

A UEA utiliza de duas metodologias de ensino: modular e mediado por tecnologia. O ensino modular é o ensino em que o professor vai ao núcleo cumprir a carga horária da disciplina.

O docente tem contato direto com o aluno e muitas vezes cumpre a carga horária de 60 horas em poucos dias, já o ensino presencial mediado por tecnologia utiliza um programa chamado IPTV.

O ensino por tecnologia utiliza a metodologia em que o professor especialista da disciplina leciona em estúdio e transmite as disciplinas via IPTV enquanto há um professor assistente em cada um dos municípios direcionando os alunos às suas atividades locais.

Segundo Santos e Salazar (2014, p. 03)

> O ensino presencial por tecnologia rompe teoricamente com a ideia de um ensino que coloca o professor como centro do processo de ensino para um novo sistema, no qual se teria a aprendizagem e sua construção colaborativa como escopo principal, ou seja, o professor deixa de ser um transmissor de conhecimentos, para ser mediador entre os saberes e os estudantes.

Ainda segundo Santos e Salazar (2014, p. 03)

> Ao indicar o professor como ponte, pretende-se dizer que o professor colaborará no processo de consolidação das aprendizagens do estudante como mediador do processo de formação do estudante, favorecendo/propiciando a inter-relação (encontro/confronto) entre sujeito (estudante) e o objeto de seu conhecimento (conteúdo escolar).

As metodologias adotadas pela universidade multiplicam as possibilidades de interação do professor local *versus* aluno. O professor, por sua vez, precisa adotar metodologias que venham a instigar o aluno a desenvolver o pensamento crítico, para não se tornar um mero expectador do ensino juntamente com o aluno.

O curso de ciências econômicas no municipio de Manicoré

O curso de Ciências Econômicas foi um dos cursos que foram disponibilizados através de oferta especial aos municípios do estado do Amazonas. A modalidade de curso especial visa oferecer cursos em municípios e depois de finalizados é possível que aja um rodizio para outros lugares que não tiveram acesso àqueles cursos. Os cursos normalmente são realizados através do ensino mediado por tecnologia, cujo trabalho é realizado através de uma equipe de profissionais.

A equipe é formada por docentes, profissionais técnicos e administrativos. O ensino é transmitido na capital através de estúdio por dois professores titulares, mais o professor local que fica presente nos municípios para auxiliar os professores nas atividades locais. A equipe técnica é formada por cinegrafistas, roteiristas que auxiliam o processo de transmissão tanto nos municípios, quanto na capital. A parte administrativa é formada pelas coordenadoras de curso e seus auxiliares.

O período de realização do curso foi do ano de 2010 a 2015. O curso teve uma carga horária total de 3.160 horas, onde segundo Santos e Salazar (2014, p. 7), "sendo que 2.760 horas de aula para conteúdos curriculares de natureza científico teórico quantitativo e de formação de natureza teórico cultural e 400 horas de prática como componente curricular vivenciado ao longo do curso".

O curso funcionava da seguinte maneira: a equipe técnica iniciava o trabalho com o professor titular uns 45 dias antes do início da disciplina. O professor titular repassava seu livro texto e material dos roteiros para a equipe técnica padronizar e encaminhar para a equipe administrativa. Esta encaminhava aos professores locais para que estes distribuíssem aos alunos.

O curso é baseado no processo de tecnização. Elias (2015, p. 02) aborda que "é o processo pelo qual, à medida que progridem, as pessoas aprende a explorar materiais inanimados num âmbito cada vez maior para

o uso da humanidade, tratando-os e os processando, na guerra e na paz, principalmente na expectativa de uma vida melhor". Através da utilização da tecnologia, é possível que os alunos, que antes tenderiam a sair dos municípios para fazer um ensino superior, hoje conseguem fazê-los sem sair do seu domicílio.

No trabalho docente do professor local, o professor após receber o material da equipe administrativa estuda e interagia nas atividades locais com os alunos com a finalidade de desenvolver o senso crítico dos mesmos.

Através da adoção do "senso crítico", o aluno começa a desenvolver outras formas de pensamento adotando novas categorias de processo civilizador. Elias (1994, p. 13) explica que assim

> O processo civilizador está relacionado à aquisição de autocontrole que é imperativo para a sobrevivência de um ser humano. Sem isto um indivíduo está, irresistivelmente, à mercê da oscilação de seus próprios desejos, paixões e emoções que, sem o controle do ego, demanda satisfação imediata e causa dor, quando estes permanecem insatisfeitos. Sem que tenha aprendido a autorregular-se, um indivíduo não está na posição, sem qualquer desconforto, para adiar - conforme circunstâncias realísticas – a satisfação de seus, nem de mudar a direção em que eles são procurados.

O homem sempre precisará viver em conjunto. Ele sempre procura conviver em grupos se adaptando com o meio em que vive através da socialização. No livro "a Sociedade dos Indivíduos", Elias (1994, p. 13) apresenta o indivíduo como um ser que: "consiste em expressar a ideia de que todo o ser humano do mundo é ou deve ser uma entidade autônoma e, ao mesmo tempo, de que cada ser humano é, em certos aspectos, diferente de todos os demais, e talvez deva sê-lo". A esses grupos de socialização dá-se o nome de instituições sociais.

As instituições sociais são lugares que contribuem na formação social dos habitantes. Dentre as instituições sociais, a escola tende a passar um padrão de educação, onde as pessoas passam a se relacionar com o meio. Durkheim (1970, p. 318) aborda que "a escola molda o sujeito para que ele possa viver com outras pessoas a partir da vida adulta."

No livro "O processo civilizador", Norbert Elias (1994) define a educação com parte de um condicionamento em que os homens, particularmente os europeus, num espaço de mais de cinco séculos se tornaram civilizados.

Conforme Elias (1980), as pessoas passam a modelar suas ideias a partir de suas experiências. Nenhum sujeito age individualmente, normalmente insere ideias e pensamentos a partir do meio em que convive.

Partindo de um ponto de vista elisiano, observamos como o contexto no qual o indivíduo está inserido transforma-se em um fator até certo ponto determinante para o seu crescimento e desenvolvimento como um todo, enquanto ser social.

Dos 38 alunos que formaram no curso de Ciências econômicas, 12 egressos já não residem mais no município. Os motivos para mudança de domicílio estão dentre os mais variados: Especialização, Pós-graduação, concurso e emprego são os motivos que mais motivaram a troca do município pela capital. Já os profissionais que permaneceram no local acabaram optando por permanecer nos seus empregos anteriores e optaram por continuar os estudos nas especializações modulares locais. Somente uma profissional decidiu investir na área de projetos após o término da graduação.

O indivíduo, através do ensino superior, tende a ter perspectiva diferenciada dos demais que estão aquém do conhecimento, a universidade traz ao sujeito a tendência de buscar novas perspectivas através da pesquisa cientifica, inserindo na sociedade novas maneiras de como interagir no meio em que vivem.

Considerações finais

Numa reflexão preliminar, com base no referencial consultado, pode-se dizer que a presença do curso de economia no município de Manicoré gerou certo impacto nos 38 alunos que concluíram o curso. A mudança de comportamento visto desde o período de ingresso da universidade e o desenvolvimento de atividades que gerem a preocupação com o coletivo têm demonstrado essa reestruturação dos habitantes do município.

A chegada da Universidade do Estado do Amazonas, no ano de 2001, em Manicoré, trouxe ao município uma nova perspectiva seja na evolução pensamento social, seja na absorção de profissionais mais qualificados no mercado local principalmente no setor educacional.

As atividades desenvolvidas durante o ensino superior criam no aluno a visão empreendedora em ação do coletivo. Por exemplo, o curso de economia durante os anos de 2010 a 2015 desenvolveu atividades como I a IV semana do economista e I e II Dia da responsabilidade social, momento

em que os alunos ministravam palestras, coletas de alimentos não perecíveis, atividades sociais e recebiam professores da capital que ministravam sobre temas da atualidade. Esses tipos de atividades fizeram que alguns ex-alunos adotassem essa postura de continuar levando a população conhecimento através de palestras e ações sociais.

Outro fato observado é que no ponto de vista do professor o sistema de curso de oferta especial limita um pouco o profissional local a desenvolver mais atividades com os alunos. Às vezes, os discentes ficam limitados às atividades do IPTV que iniciam e finalizam no horário programado de aula.

Muitos dos profissionais formados pela Universidade, ou foram absorvidos pelo mercado local, ou criaram seu próprio negócio, tornando-se empregador. Observa-se também uma saída de profissionais após a formação, muitos indo à capital atrás de oportunidades que não conseguiram no interior. Por exemplo, o curso de economia que finalizou em 2015, dos 38 alunos que formaram: 30% deles migraram para a capital em busca de melhoria curricular (outra graduação, especialização, mestrado, doutorado), ou de oportunidades de trabalho. A maioria desses profissionais que vieram para capital em busca de emprego está trabalhando em lugares que demandam conhecimento abaixo da qualificação que se formaram.

Desse modo, é visível à evolução do pensamento social que a universidade traz ao município, seja no desenvolvimento econômico-social, ou na diminuição da saída dos habitantes, afinal através da educação profissional oferecida, os indivíduos passam a enxergar oportunidades no meio onde vivem.

Agradecimentos

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. À Instituição pelo ambiente criativo e amigável que proporciona. Ao professor Michel Justamand, pela orientação, apoio e confiança. A minha mãe e meus irmãos, pelo amor, incentivo e apoio incondicional e a todos que direta ou indiretamente fazem parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Referências bibliográficas

AMAZONAS. **Constituição do Estado do Amazonas**. Disponível em: http://www.cmm.am.gov.br/pdf/CE_AM.pdf Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento.** 2ª Ed. Manaus: VALER, EDUA e INPA, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Representações individuais e representações coletivas.** Rio de Janeiro: Forense- Universitaria, 1970.

ELIAS, Nobert. **Escritos & ensaios. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Nobert. **Introdução a Sociologia.** Rio de Janeiro, Ed. 1980.

ELIAS, Nobert. **O Processo civilizador vol. I** - 2ª edição Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1994.

ELIAS, Nobert. **O Processo civilizador vol. II** - 2ª edição Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1993.

ELIAS Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar Jorge. Ed. (1994).

ESTACIO, Marcos André Ferreira. Universidade do Estado do Amazonas: **Uma década de História.** Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.55.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte | Reitoria;

Lei n.º 2.637, de 12 de janeiro de 2001. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade do Estado e dá outras providências. In: Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, n. 29.570, p. 1, 12 jan. 2001b. Ano CVII.

MERLEAU-PONTY, Maurice, 1908-1961. **Textos escolhidos**; traduções notas de Marilena de Souza Chauf – São Paulo. Abril, 1980.

TELLES, Tenório. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2005.000255-9** – Parecer – "Amicus Curiae". In: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS (TJAM). Ação Direta de Inconstitucionalidade – Processo nº

2005.000255- 9. Manaus: [S.n.], 2010.Editatatus, tem am quam ium il is repudam expliciatur aut aut et, oditis pre, sequisqui blabor apic tem quatibus etum fugitae net aut officim inumqui duciis ut aut et laborum e

As tessituras do histórico na poética de Washington Cucurto[1]

Rafaela Cassia Procknov

I. Breves formulações acerca da relação literatura/história

As possíveis imbricações entre o território da literatura e o da história motivam, desde longa data, inúmeras contendas interpretativas. Há, assim, a crença ingênua de que aquela se inscreve no plano da absoluta invenção e esta, no da verdade factível. No entanto, o despertar do século XX, com as duas grandes guerras europeias, o holocausto, a guerra fria, etc., traria a perda do sentido do mundo e, por conseguinte, uma guinada epistemológica.

A guinada epistemológica impulsionada, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, pelos episódios mencionados, força, então, a admitir-se que a oposição narrativa da história versus narrativa da literatura, erigida pela racionalidade novecentista, é mais complexa do que se convencionou. Assim sendo, as fronteiras entre uma e outra foram redimensionadas, passando-se a assumir, também, que a história não é a transposição (direta) dos fatos do mundo. Em outras palavras, esfacelou-se a crença na transparência da linguagem e os sistemas de representação foram desnaturalizados.

Afirmar, nessa esteira, que os sistemas de representação foram desnaturalizados equivaleria a dizer que a linguagem, seja em que campo for (o da história, o da ciência, o das artes, o da religião, etc.), não é capaz de abarcar toda a realidade e, mais, que todo discurso é permeado por ideologias[2]. Nesse sentido, o discurso da história, apesar de não poder renunciar totalmente ao afã totalizante e à busca pela verdade, não é, por outro lado, uma prova incontestável desta. Desse modo, cabe, sempre, ao olhar crítico, ao deparar-se com as tessituras da narrativa da história, perspectivá-la, isto é, indagar, por exemplo, de que lugar, por que e como os fatos são tecidos. Tais indagações levar-nos-ia às formulações de Hayden White (1992, 1994)

1 Texto apresentado na mesa "Literatura, política, história", no dia 23/8/2017, coordenada pela Prof. Dra. Graciela Foglia, na *VI Jornada do Programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana* do Departamento de Letras Modernas da USP.

2 A respeito da relação discurso/ideologia destaca-se o pensamento do filósofo francês Michel Foucault (2001[1970]), quando este desvela que, de certa maneira, a disciplinarização do saber é constituinte da propagação dos dispositivos de poder na modernidade.

acerca das imbricações entre o discurso histórico e o literário. Em linhas gerais, para o referido autor, os limites entre ambos os discursos são tão tênues que se espreitam. E se espreitam, dentre várias razões, por tanto o historiador como o escritor trabalharem com a memória, com a seleção do "real" e com os tropos da linguagem, como a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia.

Não obstante, não nos interessa, nos limites deste trabalho, promover uma incursão profunda no pensamento de Hayden White, destrinchando em que consistiria cada um desses tropos e o uso que o historiador, segundo ele, faria destes. Interessa-nos, antes, vislumbrar como a mirada desconstrucionista do autor contribui para entendermos, grosso modo, que não há história sem escrita e, por sua vez, não há escrita sem narratividade e, em última instância, sem representação.

As formulações de Hayden White são fulcrais, a nosso ver, pois tensionam, contundentemente, a perspectiva teleológica da história, desvelando que esta, assim como a ficção, é uma estruturação da linguagem. Em suma, o pensamento de Hayden White nos faz perceber que, mais do que a metodologia, o que aparta o conhecimento da história e o da literatura é o que chamaríamos de intencionalidade, de pacto de leitura. Ou seja, o historiador quando escreve (ainda que saiba que não reconstruirá o passado através de suas fontes) não o faz prescindindo do chamado anseio pela verdade, ao passo que o escritor não necessita, fundamentalmente, apegar-se à objetividade e à factualidade do mundo, sendo-lhe mais primordial a verossimilhança artística, isto é, o arranjo e a disposição interna dos elementos textuais.

Certa gama de narrativas realizada em terras latino-americanas, no presente milênio, aparentemente tem se aberto às leituras da história que a entendem enquanto construção, enquanto artifício. Desse modo, a crença novecentista de que a literatura é um meio de apreensão da verdade parece não mais mobilizar, em larga escala, a *intelligentsia contemporânea*, avessa aos dualismos: ficção versus história; mentira versus autêntico; objetivo versus subjetivo, e assim por diante.

Nessas narrativas do agora, antes dos binarismos, tradicionalmente amparados no seio da cultura, destacam-se mais, a princípio, o desvanecimento dos significantes (fixos).

II. A poética de Washington Cucurto

Washington Cucurto nasceu em Quilmes, Argentina, em 1973. Washington Cucurto é o nome artístico de Santiago Vega, que foi repositor de supermercado antes de se dedicar ao universo da literatura e, em suas entrevistas, sempre afirma que começou a ler por acaso, por sugestão de um colega de trabalho, numa época em que, após o exaustivo expediente, começou a frequentar bibliotecas públicas e a cultivar o apreço pela palavra criativa.

Cucurto estreou na literatura em 1998, com *Zelarayán*, livro de poemas. A partir disso, publicou: *La máquina de hacer paraguayitos* (1999) e *20 pungas contra un pasajero* (2003). No entanto, ganhou notoriedade no mercado editorial, e até nos circuitos acadêmicos, com *Cosa de negros* (2003), *Las aventuras del Señor Maíz* (2005) e *El curandero del amor* (2006).

Em 2002, Cucurto realizou uma importante etapa em sua carreira de escritor, fundando a editora Eloísa Cartonera, iniciativa alternativa aos grandes polos editoriais, mantida através da compra de papelão dos catadores deste material. Os livros são confeccionados manualmente por Cucurto e voluntários ligados ao projeto.

Cucurto é conhecido como o escritor das margens, em cuja narrativa pululam os estratos mais baixos da sociedade, os bolivianos, os paraguaios e os "cabecitas", as classes populares que frequentam os bailes (las "bailantas") de cumbia villera. A literatura de Cucurto, aparentemente, transforma as margens da cidade e da sociedade argentina, mais especificamente as de Buenos Aires, em um micromundo em que o centro quase não aparece. A elisão da totalidade da sociedade (as demais camadas sociais, como as classes dirigentes e as faixas médias[3]) na narrativa deixa entrever que a diferença tem seus próprios códigos e valores e que estes são os operadores da escritura cucurtiana.

O universo narrativo de Cucurto (cunhado por ele mesmo como realismo "atolondrado", isto é, como realismo aturdido,) mergulha nos falares mais coloquiais das ruas bonaerenses e portenhas e nas intempéries da cumbia. Não parece haver a tradução desse microcosmo ao do centro, ou seja, ao registro formal ou à língua padrão. A respeito da língua plasmada na escritura do autor, Diana Klinger (2006) afirma que, na tradição literá-

3 Para observarmos quais as camadas sociais compõem, predominantemente, a obra de Cucurto, inspiramo-nos nas formulações de Antonio Candido (1970) a respeito de outro universo literário, o de Manuel Antonio de Almeida, mas que, no entanto, forneceram-nos elementos para que, por analogia, analisássemos esse aspecto na poética cucurtiana.

ria argentina, Cucurto é pioneiro no que concerne a inserir os traços de fala dos imigrantes (pobres, agregaríamos) da América do Sul e também as marcas do guarani. Klinger ressalta, além disso, que a prosa do argentino se afina aos signos do excesso, marcantes no neobarroco latino-americano e que inventar uma outra língua literária é o projeto que mobiliza a escrita do artista. Há que se considerar, ainda, o lugar do chamado lunfardo na poética do escritor. Em entrevista dada a Paula Santana, Cucurto declara sobre o lunfardo:

> El lunfardo es una jerga que se utilizaba mucho a principios del siglo veinte y algunas palabras quedaron incorporadas al habla de todos los días. Por ejemplo, bondi, café, yotibenco etc y muchas expresiones. El lunfardo creo que más que un idiolecto de palabras es una jerga de frases, de presunciones. Por ejemplo: "se hizo la puñeta", que significa se masturbó. Hay un escritor argentino excelente, olvidado Nicolás Olivari que escribía mucho en lunfardo, era un genio para mí! Pero para mí el lunfardo no es un idioma, sino una forma de sentir que se manifiesta en la lengua casi todos los días, quiero decir esto: el lenguaje está siempre en movimiento y todas las transformaciones de la lengua, las mutaciones, las invenciones, las sonoridades y deformaciones para mí son el lunfardo. (Entrevista realizada por Paula Santana, em 08 de novembro de 2014, por *e-mail*. In: SANTANA, 2015: 118-119).

Como podemos ver, o lunfardo cucurtiano não diz respeito ao lunfardo histórico, a modalidade de fala dos imigrantes europeus no início do século passado em Buenos Aires, mas às possibilidades de transformar os falares coloquiais, o registro de fala das ruas, com toda a sua dinamicidade, em literatura.

Nesse sentido, os personagens de Cucurto movem-se, sentem e se comunicam segundo a égide de um mundo à deriva no qual o Estado, suas instituições e os demais estratos sociais parecem não existir. As estratégias de mediação, ou seja, o esforço de tentar tornar palatável às instâncias normalizadoras esses "outros" (socioculturais), não compõem o tom da escritura.

O realismo "atolondrado" de Cucurto passeia pela história (cultural) da Argentina, interrogando-lhe os sentidos e os sujeitos representados, indagando-lhe, ainda, os próprios pressupostos realistas da narrativa, como a correspondência absoluta entre o mundo objetivo e a palavra. É nessa perspectiva que, supostamente, tem lugar *1810. La Revolución de Mayo vivida por los negros* (2008), obra da qual trataremos doravante.

III. *1810. La Revolución de Mayo* é, realmente, *vivida por los negros*?

1810. La Revolución de Mayo vivida por los negros foi publicada em 2008, pela editora Emecé e apresenta, supostamente, uma tentativa de Cucurto de debater a participação dos negros no processo de emancipação política da Argentina em relação à Espanha.

A narrativa traz personagens notáveis da história argentina, como San Martín, Belgrano, etc. Desfilam também no texto famílias africanas, negras sensuais, negros fortes e corpulentos, integrantes das tropas anti-Espanha e, ainda, a própria figura de Cucurto, autoidentificada como a voz narradora.

A voz narradora instaura o anacronismo temporal como um dos procedimentos constitutivos de sua enunciação, já que afirma que narrará a história da independência política de seu país, isto é, eventos ocorridos há mais de duzentos anos. No entanto, ao fazê-lo, inscreve-se, deliberadamente, no presente. Por outros termos, a factualidade e a objetividade que, em tese, teceriam um discurso de cunho histórico estão aqui muito distantes. O passado enquanto acontecimento[4] não parece importar a esse personagem-narrador, Cucurto. Este se desenha como uma consciência do agora, duplamente cindida: pelos códigos do submundo e pelo desejo pela palavra.

O anacronismo temporal instaura, ainda, na narrativa um efeito cômico, dado que nos deparamos com a narração de eventos, presumivelmente, de teor histórico, ocorridos nos séculos XVIII e XIX, permeados por discursos do século XX, como as liberdades individuais, a bandeira LGBT, o peronismo, a ditadura argentina, a luta por reconhecimento dos negros, o revisionismo histórico, etc[5].

O efeito cômico é suscitado, pois os discursos mencionados circulam na voz do narrador como se não houvesse nenhuma fronteira entre eles, como se estivessem todos no mesmo patamar. Inclusive, todos esses

4 Um dos procedimentos potentes mobilizados na obra para retirá-la do plano do realismo transparente é o da metalinguagem. Nesse sentido, o prólogo de *1810. La Revolución de Mayo vivida por los negros* é instigante, pois a voz narrativa, autoidentificada como Cucu, numa espécie de jogo de espelho consigo mesma, simula um diálogo, altamente irônico, com o amigo Santiago em que se convocam os nomes fundamentais da tradição literária argentina, como Borges e Cortázar e, ainda, nomes relevantes da crítica literária no país, como Josefina Ludmer (nomeada como Ludmer) e Beatriz Sarlo (nomeada como Sarlo). Inclusive, marca-se, em tom de zombaria, a não autoridade da crítica literária em estabelecer juízos de valor sobre a obra de arte.

5 Frederic Jameson (1994) afirma que a indiferenciação entre as esferas, entre os discursos, entre as linguagens artísticas é uma das marcas do pós-modernismo e que isso retira o potencial crítico da arte, já que a torna mero jogo de procedimentos, despindo-a de seu cunho político.

discursos são atravessados pelas mesmas marcas de fala: uma fala marcada pelo pornográfico, pelo escatológico, pelos insultos, em suma, pelo grotesco.

O pornográfico, o escatológico, os insultos e o grotesco são os elementos que, segundo deixa entrever o narrador, inscrevem-no na linhagem dos negros, ou seja, daqueles que foram apagados pela narrativa da história oficial[6]. Diante disso, na condição de leitores, perguntamo-nos: o que significaria essa história contada de "dentro", se este parece reproduzir o "fora"? Por outras palavras, se a história argentina está sendo narrada, em tese, a partir da perspectiva dos vencidos, por que eles falam sobre si mesmos imputando-lhes os atributos que lhes foram impostos? Para elucidar a questão, recorremos, uma vez mais, ao pensamento de Diana Klinger a respeito da obra do autor. Afirma a pesquisadora:

> [...] como se sabe o aporte da cultura negra ficou silenciado na sociedade argentina. Cucurto desloca a associação do negro com a tradição portenha do tango [...] e o associa à "cumbia", que é um gênero fortemente rejeitado pela cultura dominante. [...] a expressão "coisa de negros" (*título de um livro de Cucurto e altamente presente em toda a sua obra*[7]) remete a todo um imaginário historicamente enraizado na Argentina. Ao menos nos últimos cinquenta anos o vocábulo "negro" circula no imaginário nacional como forma altamente depreciativa, racista e segregacionista de nomear indistintamente a imigrantes latinos em geral, a pessoas descendentes de indígenas, a pobres, a habitantes das favelas, a desocupados ou a bandidos. O estigma remonta à Argentina peronista, quando os setores tradicionais e conservadores do país estigmatizaram como "cabecitas negras" a muitos dos seguidores de Perón, migrantes mestiços do interior, que tinham chegado aos subúrbios de Buenos Aires, atraídos pelo processo de industrialização que começara ao final da década de trinta. Tal expressão passa a ser usada pelo peronismo como algo dignificante. Assim, Eva Perón denominou carinhosamente "grasitas" aos "cabecitas negras". (KLINGER, 2006: 155).

A perseguição ao significante "negro" na poética cucurtiana diria respeito, então, a uma tentativa de subverter o valor de tal significante nessas percepções e padrões sociais da sociedade argentina, como bem ilustra o referido trecho de Klinger, passando-o de um polo negativo a um polo positivo. Não obstante, em vez de apagar os elementos associados, tradicionalmente, à figura da pessoa negra e que, por sua vez, a situariam no cam-

6 A brincalhona voz narrativa anuncia, desde o manifesto inserido na abertura do livro (a forma manifesto marcaria uma filiação vanguardista em Cucurto?), que não há uma versão única da história e que nem aqueles que a vivenciaram conhecem a verdadeira face dos acontecimentos.
7 Observação nossa

po da corporalidade e das paixões, tais como a sensualidade exacerbada, a força física, a vocação para a festividade, a animalidade, etc., Cucurto os hiperboliza em *1810. La Revolución de Mayo vivida por los negros*. Dito de outra maneira, mantêm-se os elementos que conformam os esteriótipos em relação aos negros, porém tenta-se despi-los da carga depreciativa.

Tenta-se ressignificar o valor negativo dos elementos que conformam os esteriótipos[8] sobre os negros, ao suscitar-se tais elementos através da paródia, do humor e da carnavalização da narrativa. Através de tais procedimentos, saltaria à vista a arbitrariedade das imagens esteriotipadas. No entanto, será que a paródia, o humor e a carnavalização aos pressupostos da *razão negra* (que, segundo o filósofo Mbembe, são as estratégias discursivas, sociais e simbólicas que lançaram os negros na esfera de uma humanidade segunda) seriam capazes de torcer, via palavra criativa, as operações do racismo?

Não fosse o tom carnavalizante da narrativa[9], poderíamos, sem forçarmos a comparação, relacionar *1810. La Revolución de Mayo vivida por los negros* à etnocêntrica obra *Tintim no Congo* (1931), de Hergé, pois naquela, assim como nesta, os negros são, naturalmente, selvagens (ainda que possam ser bons), festivos e indolentes. A polêmica HQ de Hergé é, hoje, sem titubearmos, uma obra-prima da chamada mirada colonialista e paternalista sobre a África. E, por outro lado, Cucurto seria justamente o oposto disso, seria um escritor preocupado em inserir novas vozes ao cânone literário argentino, majoritariamente homogêneo no que concerne à diversidade étnica, tanto do ponto de vista dos sujeitos que realizam literatura (maioria branca) como do ponto de vista dos sujeitos representados (maioria também branca)[10].

8 Homi Bhabha em *O local da cultura* (2014), no capítulo "A outra questão", tece um refinado estudo acerca dos contornos da estratégia discursiva do estereótipo. Para o referido autor, o estereótipo não apresenta problemas por ser uma imagem falsa de um dado universo, mas, sim, por ser uma forma de representação que fixa, que congela. Deixemos o próprio estudioso falar: "O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a *representação* do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais". (p. 130).

9 Eurídice Figueiredo (2010, p. 192-193) salienta que o humor delineado pelas vanguardas (paródia, carnavalização, humor negro) foi aderido por um número considerável de escritores na América Latina e no Caribe. A autora destaca ainda na esteira teórica de Bakhtin, que a herança cômica é muito marcante no realismo grotesco de Rabelais que, por sua vez, teria influenciado obras como *Macunaíma,* de Mário de Andrade, e *Chronique des sept misères,* de Patrick Chamoiseau. Os elementos destacados por ela, tomados de Bakhtin, a respeito das marcas desse realismo de Rabelais (ações relacionadas ao aparelho digestivo e sexual, contato direto com o leitor, recurso da oralidade, emprego de apelido para designar os personagens, uso de hipérbole, etc.) -se muito atuantes em *1810. La Revolución de Mayo vivida por los negros,* tal fator assinalaria, assim, uma certa filiação rabelaisiana em Cucurto? Não pretendemos, no entanto, por limites de formato, discutir tal aspecto neste trabalho, apenas apontamos a questão com o intuito de evidenciar as inúmeras fendas de leitura que a poética cucurtiana nos proporciona.

10 Baseamos tais afirmações, ao considerarmos o campo literário argentino uniforme, tanto do ponto de vista dos sujeitos produtores de literatura como dos sujeitos representados nesta, na pesquisa de Regina Dalcastagnè (2012). A referida autora tece um interessante estudo, quantitativo, acerca das características do campo literário brasileiro e conclui que este é, duplamente, homogêneo. No caso de nosso trabalho, apesar de não termos realizado uma investigação dessa natureza, não nos parece apressado, afirmarmos, também,

Cucurto representaria, assim, um caso de exceção, dado que é um não branco, oriundo das classes populares, e se dedica a elaborar, esteticamente, a outridade negra (mobilizada na figura de paraguaios, bolivianos, cumbieros, etc). Contudo, como lucidamente explica Regina Dalcastagnè (2012), o material do escritor não é, apenas, a realidade objetiva, é, primordialmente, outras representações que o precedem. Nesse sentido, a representação de não brancos, de negros, assentada, historicamente, na estereotipia não é um dado casual. Trata-se de uma tradição literária (a própria tradição ocidental) tecida sob a égide do apagamento da diversidade étnica e que, quando tenta inseri-la, não dispõe, em larga escala, de parâmetros e referenciais simbólicos fora do repertório da *razão negra* aos quais o artista possa acessar (consciente ou inconscientemente). É como se o artista disposto a trabalhar os outros do Ocidente, para usarmos uma expressão de Deleuze, se lançasse, automaticamente, à tarefa de fundar um novo mundo.

Cucurto, nesse sentido, parece ter se lançado à (ousada) tarefa de fundar este novo mundo, já que a chamada questão negra encontra-se, hoje, invisibilizada na sociedade argentina e no território da literatura tal apagamento não é distinto. A memória da presença negra no país, aparentemente, ficou recalcada.

Em suma, quiçá, a tradição literária argentina (e mesmo a tradição ocidental) esteja inserida em um tempo histórico em que os estilhaços dessa memória recalcada, finalmente, estejam emergindo à superfície do tecido sociocultural.

IV. Reflexões finais

As indagações em torno da poética cucurtiana de modo algum têm o intuito de sugerir um *dever ser* para a palavra criativa. Noutros termos, não tentamos postular como a literatura deve plasmar os sujeitos não brancos. Nosso fito é, tão somente, despertar a reflexão de que a literatura, assim como toda linguagem, cria e recria imaginários. Assim sendo, se na cultura são abundantes as formas da estereotipia em relação aos sujeitos da diferença, não seria coincidência que essas mesmas formas retornem no verbo literário, pois, ao contrário do que se quer fazer crer, o artista não é um indivíduo fora ou acima de seu tempo e, por extensão, assim como os "mortais" pode reproduzir valores e preconceitos de toda ordem.

---

que a tradição literária argentina, nesse sentido, não se distingue muito da brasileira.

Cabe-nos ressaltar ainda que não buscamos tecer uma palavra final acerca dos sentidos mobilizados pela obra analisada. Nossas considerações têm, para nós, o peso da palavra ensaística, sempre provisória e aberta às voltas de nossa subjetividade. Desse modo, parece-nos que a grande contribuição de *1810. La Revolución de Mayo vivida por los negros* é gritar-nos que o escopo dos afetos[11], também, integra a história humana e, por extensão, é revolucionário (como se tentou fazer) contá-la a partir desse eixo. A narrativa nos leva a indagar se é acertado tentar entender a Argentina (contemporânea ou no período de lutas independentistas), apenas, por meio das estruturas sociais e políticas. Por não nos informar sobre tais estruturas, é que, a nosso ver, não estaríamos diante do teleológico romance histórico, mas, sim de uma aposta estética, sem pretensões totalizantes e racionalistas.

Bibliografia

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* São Paulo: USP, n.8, p.67-89, 1970.

CUCURTO, Washington. *1810. La Revolución de Mayo vivida por los negros*. 1. ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2008.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea*: um território contestado. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2012.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Representações de etnicidade:* perspectivas interamericanas de literatura e cultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HERGÉ. *Tintim no Congo*. 1.ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria de paródia*: ensinamentos das formas de

11 É emblemática, nessa alçada, para além do próprio tom da narrativa, assentado nos afetos, a inserção do manifesto na abertura do livro, após o prólogo, como uma espécie de paratexto. Por meio deste, somos "informados" de que a história argentina será "tomada por el culo". Isso equivaleria a considerar, dentre outros elementos, que ela será suscitada pelo micro, pelo particular, por um antiacademicismo escatológico e, sobretudo, pelos sentimentos daqueles que seriam os verdadeiros sujeitos da emancipação política no país, os negros.

arte do século XX. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.

JAMESON, Frederic. Sobre estudios de Cultura. *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n. 39, jul. 1994.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro*: *autoficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.poscritica.uneb.br/wp-content/uploads/2014/08/DIANA-KLINGER-ESCRITAS-DE-SI.pdf. Acesso em jun. 2017.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1.ed. Tradução de Marta Lança. Portugal: Editora Antígona, 2014.

SANTANA, Paula Manuella Silva de. *Marcas do grotesco no texto literário de Washington Cucurto, Ondjaki e Marcelino Freire*: alegorias de uma modernidade periférica. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal de Pernambuco — CFCH, Pernambuco, 2015. Disponível em: http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14972. Acesso em jul. 2017.

SARLO, Beatriz. *Tiempo presente*: notas sobre el cambio de una cultura. 1.ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

WHITE, Hayden. *Meta-História*: a imaginação Histórica do século XIX. São Paulo: Editora da USP, 1992.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a Crítica da Cultura. São Paulo: Editora da USP, 1994.

O que o professor dos anos iniciais deve saber para ensinar o sistema de numeração decimal?

Simone Dias da Silva
Edda Curi

Ensinar e aprender matemática

Aprender matemática é um procedimento extraordinário para adquirir e desenvolver capacidades cognitivas gerais. Por se tratar de uma invenção da mente humana, seu ensino deve transformar-se em autênticos processos de descoberta por parte do aluno.

O processo de ensino e aprendizagem da matemática se inicia a partir da intuição e progressivamente aproxima-se da dedução. Esta forma de construir o conhecimento relega a apropriação de procedimentos e algoritmos de modo mecânico, e o vincula ao planejamento do ensino e da aprendizagem fundamentado no nível cognitivo dos alunos. E é sobre este planejamento a discussão deste estudo.

O estudo dos números naturais é um tema central nos currículos de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e também é comum muitos alunos chegarem ao final desta etapa da educação básica com conhecimento insuficiente sobre este conjunto numérico, acarretando a não compreensão das medidas, dos algoritmos e dificuldade na resolução de problemas.

A ocorrência de tal fato, em parte, deve-se a uma abordagem inadequada no ensino dos números. O processo de ensino deve ocorrer numa situação na qual o professor sabe aquilo que o aluno tem que aprender e como se deve ensinar, desta forma verifica-se a necessidade de um conhecimento mínimo para tal ação.

> [...] a forma como conhecemos e concebemos os conteúdos de ensino tem fortes implicações no modo como os selecionamos e os reelaboramos didaticamente em saber escolar, especialmente no modo como os exploramos/problematizamos em nossas aulas. (FIORENTINI, 2005, p. 14)

Mas quem trata do ensino dos números naturais nos anos iniciais? No Brasil, o pedagogo assume esta responsabilidade numa ação do-

cente polivalente, pois além da matemática, também ensina conteúdos referentes a outras áreas de conhecimento.

Muitas pesquisas revelam a dificuldade de alguns professores em compreender o conceito de número por terem aprendido na sua escolaridade básica de forma mecânica e compartimentada, mesmo no curso de formação docente não tiveram acesso a esse conhecimento com profundidade e compreensão.

Curi (2005) discute sobre as ementas dos Cursos de Pedagogia, que o conhecimento "de e sobre" a Matemática é pouco enfatizado mesmo no que se refere aos conteúdos previstos para serem ensinados nos anos iniciais.

Silva (2009) revela em sua pesquisa que muitos pedagogos percebem a fragilidade do seu conhecimento matemático quando atuam, neste momento entendem que para ensinar um conteúdo é preciso sabê-lo.

A Matemática é uma disciplina curricular de caráter científico e possui uma hierarquia em seu conteúdo que estrutura a relação e organização em suas partes. Segundo Huete e Bravo (2006, p.16) "sua aprendizagem aponta uma sequência temporal específica, na qual alguns conceitos articulam-se sobre o conhecimento de outros (...)" como compreender a soma antes da multiplicação, os números naturais antes dos racionais, por exemplo.

Considerando esta hierarquia em sua estrutura interna, a Matemática em seu processo de ensino tende a voltar periodicamente sobre os mesmos conteúdos ao longo das aulas e etapas de ensino com níveis crescentes de complexidade, abstração e formalização, ou seja, uma hierarquia de aprendizagem.

Para viabilizar todo este processo de ensinar e aprender a via metodológica é primordial, mas não podemos nos referir a uma específica como a melhor, tudo dependerá do caminho cognitivo de cada aluno. Cada um tem seu estilo próprio de aprendizagem, logo, cada conteúdo deve ter uma forma particular de ser abordado. Huete e Bravo (2006) apontam que

> A diversidade dos alunos a que dirigimos os conhecimentos oferece diferenças que residem nas capacidades e nas motivações para aprender, o que supõe uma adaptação individualizada de objetivos, conteúdos, métodos do ensino, organização da aula, avaliação, etc., facilitadoras do ajuste dos mesmos às suas próprias necessidades de aprendizagem. Não é possível impor o método de ensino válido a partir de uma generalidade, nem para todos os alunos nem para todos os conteúdos. (2006, p. 17)

Tratando-se do ensino nos anos iniciais, o professor deve se lembrar de que os conceitos matemáticos têm sua origem no mundo físico, assim não devem esperar que os alunos adquiram tais conceitos sem experiências prévias, apenas sendo conduzidos por abstrações que não lhes dizem nada. Os objetivos de ensino devem se apoiar no manipulável e concreto, para então tentar conduzir a criança até o simbólico e abstrato. Há que introduzir as crianças no mundo das ideias e noções matemáticas para caminharem até os procedimentos básicos e sua posterior aplicação, para então, alcançarem a compreensão que lhes permitam avançar no processo de aprendizagem e futuramente entender princípios, definições e conceitos.

Um bom ensino de Matemática deve resultar na operacionalização dos princípios da matemática realista, desta forma, o professor dos anos iniciais precisa dominar conceitos matemáticos e saber justificá-los, percebendo os conteúdos centrais e os periféricos da disciplina, incentivar os procedimentos intuitivos das crianças como mediação para explorar e construir formalmente o conhecimento matemático.

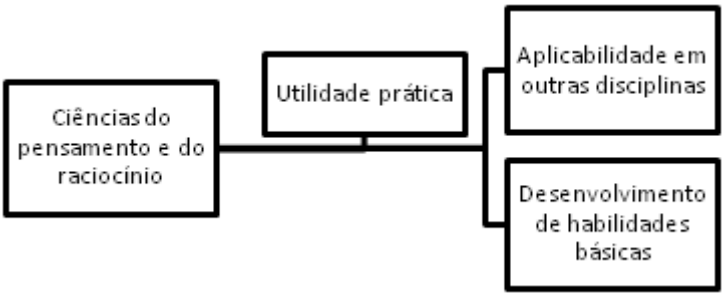


Figura 1 - Operacionalização dos princípios da matemática realista
Fonte: Adaptado de Huete e Bravo, 2006, p.16

A forma de se confirmar a compreensão do professor sobre um conteúdo ou assunto é por meio de sua capacidade para ensinar, transformando o conhecimento em ensino. O domínio adequado sobre o conteúdo matemático, tendo em vista a tarefa de ensiná-lo, requer um domínio diferente daquele detido por um matemático.

O ensino dos números naturais, por exemplo, é um problema didático que merece atenção em situações de ensino e em pesquisas destinadas ao ensino e aprendizagem do Sistema de Numeração Decimal (SND) nos anos iniciais do ensino básico. De maneira generalizada, nas propostas

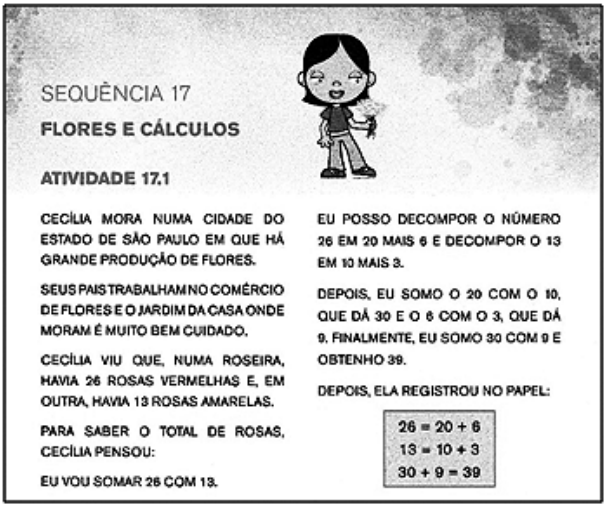
curriculares de Matemática das redes públicas de ensino de São Paulo, encontra-se ampla abordagem deste tema nos anos iniciais:

1º ano
- Exploração das funções do número natural; - Construção de sequências numéricas; - Procedimentos de contagens e medidas; - Exploração das hipóteses e escritas numéricas; - Observação de regularidades numéricas;
2º ano
- Interpretação e produção de escritas numéricas com base na observação de regularidades;
3º ano
- Construção do significado do número natural de acordo com suas diferentes funções e observando as regras do Sistema de Numeração Decimal
4º ano
- Ampliação do conhecimento numérico por meio de situações problema e utilização das regras do Sistema de Numeração Decimal;
5º ano
- Compreender e utilizar as regras do Sistema de Numeração Decimal em qualquer ordem de grandeza, reconhecendo relações e regularidades numéricas.

Tais abordagens visam à compreensão do aluno sobre a representação numérica em situações que envolvam a escuta, a leitura, a escrita, a medida e o cálculo presentes durante toda sua vida escolar e social, e que a não aprendizagem irá comprometer sua evolução na construção do conhecimento matemático.

É comum encontrarmos alunos que realizam os algoritmos utilizando o "vai um" e "empréstimo" sem realizarem qualquer relação com as ordens envolvidas, ou seja, não percebem que tais técnicas estão baseadas na organização do SND. Por tal motivo, atualmente é indicado que os professores introduzam as operações fundamentais apoiadas na decomposição numérica, de modo a favorecer a percepção do valor posicional e dos agrupamentos e reagrupamentos segundo as regras do sistema, como vem

ocorrendo nas propostas dos materiais de apoio da rede pública de ensino municipal e estadual de São Paulo.



SEQUÊNCIA 17

FLORES E CÁLCULOS

ATIVIDADE 17.1

CECÍLIA MORA NUMA CIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO EM QUE HÁ GRANDE PRODUÇÃO DE FLORES.

SEUS PAIS TRABALHAM NO COMÉRCIO DE FLORES E O JARDIM DA CASA ONDE MORAM É MUITO BEM CUIDADO.

CECÍLIA VIU QUE, NUMA ROSEIRA, HAVIA 26 ROSAS VERMELHAS E, EM OUTRA, HAVIA 13 ROSAS AMARELAS.

PARA SABER O TOTAL DE ROSAS, CECÍLIA PENSOU:

EU VOU SOMAR 26 COM 13.

EU POSSO DECOMPOR O NÚMERO 26 EM 20 MAIS 6 E DECOMPOR O 13 EM 10 MAIS 3.

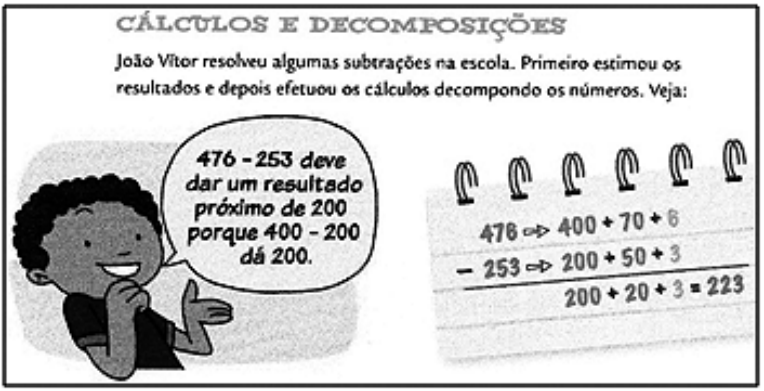
DEPOIS, EU SOMO O 20 COM O 10, QUE DÁ 30 E O 6 COM O 3, QUE DÁ 9. FINALMENTE, EU SOMO 30 COM 9 E OBTENHO 39.

DEPOIS, ELA REGISTROU NO PAPEL:

26 = 20 + 6
13 = 10 + 3
30 + 9 = 39

Figura 2 - O uso da decomposição numérica como estratégia de cálculo

Fonte: EMAI – 2º ano - Volume 2 – p. 36



CÁLCULOS E DECOMPOSIÇÕES

João Vitor resolveu algumas subtrações na escola. Primeiro estimou os resultados e depois efetuou os cálculos decompondo os números. Veja:

476 - 253 deve dar um resultado próximo de 200 porque 400 - 200 dá 200.

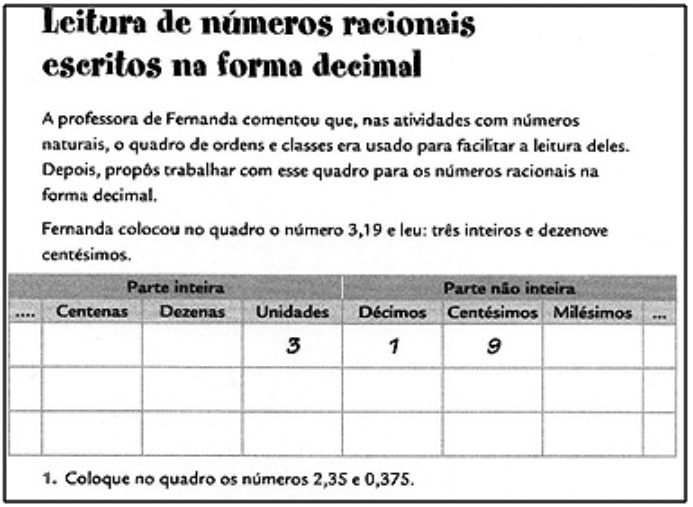
476 ⇨ 400 + 70 + 6
− 253 ⇨ 200 + 50 + 3
200 + 20 + 3 = 223

Figura 3 - Algoritmo da subtração com uso de decomposição numérica

Fonte: Caderno de Apoio e Aprendizagem – Matemática – 3º ano – p. 70

Para avançar no estudo dos números racionais, os alunos precisam mobilizar saberes acerca do SND e perceber que este novo conjunto numérico está atrelado à estrutura e regras do sistema, como por exemplo,

ao utilizar a tabela de ordens e classes no tratamento das medidas em situações de leitura e escrita e também na observação do valor posicional e grandezas dos números envolvidos.



Leitura de números racionais escritos na forma decimal

A professora de Fernanda comentou que, nas atividades com números naturais, o quadro de ordens e classes era usado para facilitar a leitura deles. Depois, propôs trabalhar com esse quadro para os números racionais na forma decimal.

Fernanda colocou no quadro o número 3,19 e leu: três inteiros e dezenove centésimos.

Parte inteira				Parte não inteira			
....	Centenas	Dezenas	Unidades	Décimos	Centésimos	Milésimos	...
			3	1	9		

1. Coloque no quadro os números 2,35 e 0,375.

Figura 4 - Uso da tabela de ordens e classes como apoio na leitura e escrita de decimais

Fonte: Caderno de Apoio e Aprendizagem – Matemática – 5º ano, p. 45

Para ensinar o SND é necessário um conhecimento mais flexível e diversificado, pois a compreensão do sistema não é tão simples, por apresentar diferentes características e propriedades ocultas em seu funcionamento. Portanto, o professor precisa ter pleno conhecimento do conteúdo e realizar um trabalho efetivo e significativo nas aulas de matemática.

Segundo Zunino (1995), a forma como o sistema de numeração é ensinado pela maioria dos professores não valoriza os saberes prévios dos alunos, nem explora as estratégias de compreensão criadas por eles como ponto de partida para a apropriação do sistema, resultando na oferta de um ensino desinteressante e pouco reflexivo do sistema, contudo, a mudança na prática de ensino depende de uma ação reflexiva do professor para que considere a importância da aprendizagem significativa para si e para seus alunos.

Frente a essa condição é comum encontrar professores dos anos iniciais com dúvidas: Como apresentar o SND aos alunos? Que tipo de atividade é mais importante? O que deve ser considerado para avançar na

grandeza numérica? O que fazer quando o aluno não compreende o valor do algarismo de acordo com a ordem que ocupa? entre outras.

Conhecimentos conceituais e procedimentais

Para que o professor organize seu trabalho e ofereça ao aluno um bom ensino a respeito do SND, antes deve conhecer e compreender algumas competências básicas que ele, o aluno, deve apresentar, como:

Conhecer as funções sociais do número: quantificar, medir, identificar e ordenar;

Compreender a conservação de número, ou seja, perceber que, apesar de sofrer variações de forma ou de arranjo espacial, a quantidade não varia se dele não se retira ou adiciona algo;

Realizar contagens em diferentes agrupamentos, de 2 em 2, de 3 em 3, de 5 em 5, de 10 em 10 e assim por diante. Isso contribui para a construção da ideia de agrupamentos que facilitará a compreensão de ordens e classes no SND;

Para que o aluno se aproprie adequadamente do nosso sistema de numeração, deve descobrir o que ele oculta e para isso, o professor deve mediar essa descoberta. A construção deste conhecimento irá ocorrer ao longo dos anos iniciais, enquanto o aluno vai incorporando as características e a funcionalidade do SND.

O professor deve garantir a sistematização das características do SND utilizando recursos de ensino facilitadores, como: materiais manipulativos, a tabela de ordens e classes, brincadeiras, jogos e atividades relacionadas ao universo infantil.

Características do Sistema de Numeração Decimal

- Tem apenas dez símbolos – 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 – a partir dos quais são construídos todos os números;
- O zero representa a ausência de quantidade e tem a função de "guardar" posição vazia no número. Exemplo: 3 204
- O valor do algarismo é alterado de acordo com sua posição no número;
- Todo número pode ser representado usando-se o

princípio aditivo. Exemplo: 64 = 60 + 4 ou 50 + 10 + 4 ou ainda 20 + 20 + 20 +2 + 2

- Todo número pode ser representado usando-se o princípio multiplicativo. Exemplo: 90 = 9 x 10; 900 = 9 x 100 ou 90 x 10
- Os princípios aditivo e multiplicativo geram a decomposição dos números. Exemplo: 123 = 1 x 100 + 2 x 10 + 3 x 1 = 100 + 20 + 3

Nessa construção, é fundamental que o professor ofereça aos alunos materiais manipulativos em situações de contagem e quantificação, apoiadas nos agrupamentos de um em um, dez em dez, de cem em cem e assim por diante, além de evidenciar o posicionamento dos algarismos que compõem os números de acordo com as ordens e classes que organizam o SND.

A base dez é o alicerce do SND, por isso o professor deve ter em mente que leitura, escrita, comparação, composição, decomposição e as operações fundamentais são realizadas a partir de agrupamentos de 10 em 10, que também estão presentes nas contagens. O SND tem uma estrutura, a qual precisa ser apropriada pelo aluno para que se dê a compreensão desse sistema.

Figura 5 – Material manipulativo: fichas escalonadas
Fonte: MEC, PNAIC - Matemática, Caderno 03, 2014.

Segundo Lerner e Sadovsky (1996), a adição e a multiplicação são utilizadas sempre da mesma maneira na composição do número, pois as potências de base dez não são representadas por símbolos e só podem

ser deduzidas a partir da posição que os algarismos ocupam. Esse prático sistema que usamos não é transparente na composição de um número, além disso, quanto mais econômico é o sistema de numeração, mais implícitas são as suas regularidades.

Um aspecto importante do nosso sistema de numeração é o fato de ser um sistema de posições: o valor do algarismo depende da posição que ele ocupa no número, ou seja, um valor posicional. O professor deve proporcionar situações de aprendizagem em que o aluno reconheça a ordem ocupada pelo algarismo e o valor posicional deste algarismo no número. Veja no quadro a seguir.

Classe das unidades simples		
3ª ordem	2ª ordem	1ª ordem
centena	**dezena**	**unidade**
2	**3**	**6**
Valor posicional = 200, ou seja, 2 x 100 ou 100 +100	Valor posicional = 30, ou seja, 3 x 10 **ou** 10 + 10 + 10.	Valor posicional = 6, **ou** seja, 6 x 1.

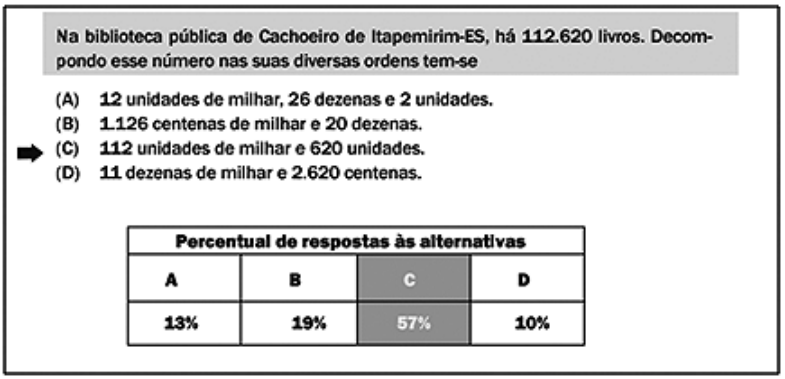
Quando um número envolve mais de uma classe, os alunos precisam entender também o valor de cada algarismo dentro da classe, o que exige mais que a simples identificação da ordem e valor posicional correspondente. Veja no quadro a seguir.

3ª classe	2ª classe	1ª classe
Unidades de milhão	**Unidades de Milhar**	**Unidade simples**
Até 999.999	Até 9.999	Até 999

É importante o professor observar que é possível identificar a grandeza do número ao visualizar as classes e ordens que ele comporta. Por exemplo: o número 36.405 possui duas classes e cinco ordens e, sua ordem de grandeza é a dezena de milhar, veja no quadro a seguir.

2ª classe – Unidades de milhar			1ª classe – Unidades Simples		
Centena de milhar	Dezena de milhar	**Unidade de milhar**	**Centena**	**Dezena**	**Unidade**
	3	**6**	**4**	**0**	**5**

Um aspecto problemático para os alunos é identificar diferentes maneiras de decompor um número, eles podem identificar que 84 é igual a 8 dezenas e 4 unidades, mas não, visualizam que também pode ser representado com 7 dezenas e 14 unidades, por exemplo. Tal habilidade foi exigida numa questão da Prova Brasil de Matemática, na qual foi observado um alto índice de erro.



Na biblioteca pública de Cachoeiro de Itapemirim-ES, há 112.620 livros. Decompondo esse número nas suas diversas ordens tem-se

(A) 12 unidades de milhar, 26 dezenas e 2 unidades.
(B) 1.126 centenas de milhar e 20 dezenas.
(C) 112 unidades de milhar e 620 unidades.
(D) 11 dezenas de milhar e 2.620 centenas.

Percentual de respostas às alternativas			
A	B	C	D
13%	19%	57%	10%

Figura 6 – Questão Prova Brasil
Fonte: MEC - Matrizes de referência, tópicos e descritores (2008)

Desta forma, propor atividades que possibilitem diferentes composições e decomposições numéricas, oferecer materiais manipulativos e incentivar os alunos a compartilharem o que conseguem fazer e suas considerações, auxiliará na identificação das grandezas numéricas e do valor posicional dos algarismos ao compor e decompor números.

É imprescindível que o professor entenda que o SND apresenta regularidades que são comuns para qualquer ordem de grandeza dos números. A decomposição de um número da ordem das centenas apresenta as mesmas regularidades, qualquer que seja o número. O mesmo acontece com números da ordem das unidades de milhar ou dezenas de milhar ou ainda com um número de qualquer outra ordem de grandeza.

> (...) independentemente do conhecimento consolidado nas unidades simples, o processo de generalização é construído em espiral, com avanços e retomadas conceituais, sendo ele de inteira responsabilidade do professor. Esse processo se constrói em diferentes âmbitos, que vão formando uma malha, a partir da qual as crianças organizam, refletem, reorganizam e ampliam seus conhecimentos a respeito do sistema numérico. Sem compreensão deste, as crianças não fazem generalizações e utilizam o conhecimento mecanicamente. (VECE, SILVA e CURI, 2013, p. 238)

Cabe destacar a importância de se trabalhar não apenas com a decomposição de um número em suas ordens e classes ou de acordo com seu valor posicional, mas também com a composição dos mesmos, o que permite a visualização da escrita numérica.

Para isso, as fichas escalonadas podem facilitar a composição numérica ao permitir uma abordagem mais completa com a sobreposição das fichas, desta forma, o aluno visualiza o número em sua escrita convencional, ao contrário do material dourado que viabiliza apenas a decomposição ao representar o valor posicional dos algarismos que compõem o número. Com o material dourado é possível trabalhar a base dez e seus agrupamentos, os princípios aditivos e multiplicativos, mas não há clareza quanto à posição dos algarismos na escrita numérica convencional.

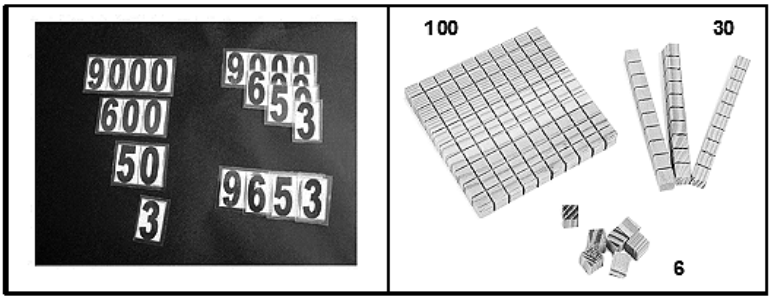


Figura 7 - Fichas escalonadas e material dourado
Fonte: Arquivo pessoal

Segundo Parra e Saiz (1996), o papel das regularidades pode ser observado em situações de comparação e nos argumentos construídos pelas crianças para fundamentar ou rejeitar uma escrita numérica. As autoras afirmam que, ao estabelecer regularidades, é possível explicitar a organização do SND e gerar avanços no uso da numeração escrita.

Cabe aqui salientar que, quando o zero aparece intercalado entre os algarismos numa escrita numérica, como no número 2 079, pode gerar dificuldades, principalmente em situações de leitura e escrita de números com ordem de grandeza na classe dos milhares. Veja a escrita numérica de alunos de 5º ano.

Quadro 1 – Ditado de números 5º ano

Número ditado	Escrita de aluno do 5º ano
1 205	12005
9 096	9906
2 501	200051

Fonte: Vece, Silva e Curi (2013).

De acordo com a pesquisa de Vece, Silva e Curi (2013), a decomposição de números com zero intercalado não apresenta regularidades como em outros, em que os algarismos são todos diferentes de zero. É comum que os alunos apresentem procedimentos comuns, devido ao reconhecimento do valor posicional de seus algarismos e a posição do zero nesses números. Como por exemplo:

1 908 = 1000 + 900 +0 + 8
108 = 100 + 00 + 8

Para suprir a ausência de quantidade em uma das ordens do número, o aluno, ao decompor, sente a necessidade de colocar o zero para ocupar essa ordem. Muitos alunos concebem esse procedimento como uma operação aritmética, apoiando-se na propriedade aditiva do sistema de numeração e na apresentação da decomposição organizada com o sinal da adição. Veja exemplos:

6 531 – 6.000 + 5 + 3 + 1
1 980 – 1.000 + 90 + 80
1 908 – 1.000 + 90 + 80
8 001 – 8.000+ 00 + 1

Já no procedimento de composição do número, é comum o aluno apresentar inconsistências na compreensão do valor posicional que o algarismo ocupa no número, revelando uma escrita numérica por justaposição, ou seja, com apoio na fala como em 1000 + 300 + 5 = 13005. Veja outros exemplos:

1000 + 300 + 40 + 5 = 13405
3000 + 60 + 8 = 3608
3000 + 600 + 60 + 6 = 3660
15000 + 900 + 30 +2 = 159302

Ao considerar o ensino do SND o professor deve ter clareza dos conceitos e conteúdos que subsidiam este tema, além de conhecimento didático adequado e suficiente para atender as dificuldades que consequentemente surgiram no processo de ensino e aprendizagem.

O professor deve sempre lembrar que a teia de conceitos que envolve o SND deve ser explorada através de situações desafiadoras que estimulem o pensamento, acionando, confrontando e modificando os saberes, como também experimentar diferentes estratégias e socializar descobertas. O SND faz parte do cotidiano do aluno, portanto de suma importância para sua formação.

O professor deve auxiliar o aluno a refletir sobre o sistema, analisando seus contextos e sua lógica estrutural para que encontre sentido e significado em sua função escolar e social.

Referências

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática (primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental). Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) – Alfabetização Matemática, Caderno 3, 2014.

_____. Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB;Inep, 2008.200 p. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/prova%20brasil_matriz2.pdf.

CARRAHER, Terezinha Nunes. O desenvolvimento mental e o sistema numérico decimal. In: CARRAHER, T. N. (org.). Aprender pensando: contribuições da psicologia cognitiva para a educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

CURI, Edda. Conhecimentos matemáticos de professores dos anos iniciais do ensino fundamental: a formação inicial em questão. In: ENCONTRO PAULISTA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 7 ed., São Paulo, Anais... São Paulo: SEE, pp. 85-92, 2004.

_____. A matemática e os professores das séries iniciais. São Paulo: Musa Editora, 2005.

FIORENTINI, Dario. A formação matemática e didático-pedagógica nas disciplinas da licenciatura em matemática. Revista de Educação PUC – Campinas, Campinas, n.18, jun. 2005.

LERNER, Delia; SADOVSKY, Patrícia. O sistema de numeração: um problema didático. In: PARRA, C. e SAIZ, I. (orgs.). Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

HUETE, Juan Carlos Sánchez; BRAVO, José A. Fernández. O ensino de matemática: fundamentos teóricos e bases psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SÃO PAULO. (Município). Diretoria de orientação Técnica. São Paulo (SP). Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o Ensino Fundamental: ciclo I / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2007.

_____. (Município). Caderno de Apoio e Aprendizagem – Matemática São Paulo: Secretaria Municipal da Educação/ DOT, 2010.

_____. (Estado). Orientações Curriculares do Estado de São Paulo Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Matemática. São Paulo: Secretária da Educação, 2014.

_____. (Estado). EMAI: Educação matemática nos Anos Iniciais. Secretaria da Educação. Departamento de Desenvolvimento Curricular e Gestão da Educação Básica. São Paulo: Secretaria da Educação, 2014.

SILVA, Simone Dias. Formação continuada na HTPC: refletindo sobre o ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. 2009, 166f.

Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade de Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2009.

VECE, Janaina Pinheiro; SILVA, Simone Dias; CURI,Edda. Desatando os nós do Sistema de Numeração Decimal: investigações sobre o processo de aprendizagem dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental a partir de questões do SAEB/Prova Brasil. In: Educação Matemática e Pesquisa, São Paulo, v.15, n.1, 2013: 223-240.

ZUNINO, Delia Lerner. A Matemática na Escola: aqui e agora. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Violências (des)veladas: mulheres em movimento no limiar da desmistificação e resistência às violências em Parintins-AM

Tainá Abecassis Teixeira
Iraildes Caldas Torres

A violência pode ser compreendida como um complexo social que possui múltiplas determinações (SILVA e CARMO, 2013). Não se trata de um fenômeno natural ou imutável, visto que encontra subsistência no processo sócio-histórico da humanidade. Comumente, a violência é associada a um evento, ato ou omissão que causa dor e sofrimento a outrem, porém estes aspectos não são suficientes para caracterizá-la. Conforme Crettiez (2010), a intencionalidade (seja de destruir, de liberar pulsão da cólera ou de ser um meio de atingir a um fim invisibilizado) é um importante marcador para diferenciá-la de atos que também podem ocasionar sofrimento, a exemplo dos eventos acidentais.

O sentido da violência é variável em termos socioculturais. Freitas (2003: 90) analisa que *"[...] a representação do que é violento, não violento, abominável ou tolerável tem seu significado relacionado à internalização em maior ou menor grau das normas e condutas partilhadas por todos, em uma determinada época [...]"*. Isto significa que a violência, em seus múltiplos contornos, pode ser considerada negativa ou até mesmo positiva, reconhecida e tolerada dependendo da circunstância, cultura ou época em que é vivenciada. Portanto, delimitar a violência, enquadrando-a em uma definição fixa, representa um risco de análise.

Embora as representações de violência sejam relativizadas no meio social, é consensual a inquietação teórico-prática que o tema suscita no meio acadêmico ou profissional. Autores de diferentes áreas do conhecimento especificam a temática em uma perspectiva interdisciplinar. Adotando esta perspectiva, Minayo e Souza (1998) explicam que a não complementariedade entre os saberes no debate sobre violências pode ocasionar reducionismos, tanto em termos epistemológicos, como de ação interventiva. Tais autoras trabalham com a concepção de violência enquanto *"[...] ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte*

de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual" (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 514).

Aspectos biopsicossociais e de pluricausalidade são apontados como intrínsecos das expressões de violência. Logo, as autoras supracitadas tecem críticas a abordagens unilaterais, seja no campo da biologia, psicologia, das ciências humanas ou sociais. Em suas análises, a violência não é natural, não deve ser associada ao instinto de agressividade, entre outras abordagens biologizantes. Mas também não deve ser explicada como resultante de questões especificamente atreladas a estruturas de dominação econômica. Esta compreensão é também compartilhada por Zaluar (1999), que situa as controvérsias existentes nas produções teóricas brasileiras. A maioria das produções estão concentradas nos campos da sociologia e da antropologia, sendo numerosos os dilemas e paradoxos que perpassam as tentativas de explicar a causalidade das violências no campo das relações sociais.

Segundo Zaluar (1999), por muito tempo o debate sobre a violência no Brasil esteve pautado em um olhar dicotômico sobre o antagonismo das classes sociais, ênfase semeada pela conjuntura econômico-política do país. Nesta perspectiva, adensada a partir da década de 1980, a pobreza, a desigualdade e a violência delinquencial, urbana e estatal eram a tônica das obras produzidas sobre o tema. Para a autora, a inserção da discussão sobre os direitos humanos e liberdades individuais civis contribuiu para amenizar as ambiguidades da dualidade dominantes/dominados. A bandeira da diferença passou a ser levantada, sendo que *"os múltiplos conflitos envolvendo relações de gênero, geração, estilos e etos, inclusive no interior da mesma classe social, tornaram os modelos de sociedade mais complexos"* (ZALUAR, 1999, p. 4).

No Brasil, o olhar sobre as violências passou a incluir as especificidades dos diferentes segmentos sociais, em especial, negros, indígenas, idosos, crianças, adolescentes e mulheres a partir da década de 1970. Quanto às mulheres, inicialmente, o recorte priorizado foi a denúncia da violência sofrida, sobretudo no âmbito da conjugalidade. O "privado" tornou-se político com a externalização das violências silenciadas. Foi através dos movimentos de mulheres e feministas que o termo violência contra a mulher passou a ser pauta de discussão nacional e internacional, angariando conquistas no âmbito normativo e institucional.

A partir de 1980, a violência contra a mulher foi inserida nas discussões acadêmicas, efetivando-se como categoria de análise. A violência sofrida pelas mulheres, antes tida como mera forma de solucionar conflitos, foi reconhecida como violação dos direitos humanos. O peso que recai sobre a mulher foi analisado em diferentes perspectivas. Izumino e Santos (2005) classificam os estudos feministas sobre violência no Brasil em três tipos: teorias da dominação masculina, dominação patriarcal e a perspectiva relacional.

Quanto à dominação masculina, representada pioneiramente por Chauí, a violência é entendida como produto de relações hierarquizadas e a violência contra a mulher seria a expressão de uma ideologia de dominação masculina reproduzida tanto por homens como pelas próprias mulheres, as quais seriam vítimas e, ao mesmo tempo, cúmplices da violência sofrida. Izumino e Santos (2005) explicam que a cumplicidade, referida por Chauí, estaria relacionada à subordinação ocasionada pela subtração de sua autonomia.

A dominação patriarcal refere-se à corrente influenciada pelo feminismo-marxismo que analisa a violência como instrumento de reprodução de um sistema de dominação-exploração patriarcal, racista, capitalista. Heleieth Saffioti é apontada como uma das principais expoentes desta corrente no Brasil. Segundo as autoras, nesta abordagem não há adoção da ideia de cumplicidade da mulher nos casos de violência sofrida, mas sim que há desigualdade nas relações de poder em detrimento das mulheres.

Por fim, a perspectiva relacional é situada, por Izumino e Santos (2005), enquanto crítica à ideia de vitimização-dominação. Gregori seria a autora que, através de sua publicação "cenas e queixas", na década de 1990, teria iniciado um debate em que a cumplicidade da mulher nas relações conjugais violentas, longe de ser da vítima destituída de sua autonomia, seria da protagonista e reprodutora dos papéis de gênero. Omite-se, nesta corrente, a desigualdade nas relações de poder como desencadeadora da violência. Esta última fica resumida a mera forma de comunicação entre casais. Estas perspectivas, pautadas em pesquisas de campo e aprofundamentos teóricos, tem caracterizado o debate acadêmico sobre a violência contra a mulher no Brasil. Trata-se de teorias que divergem, reconstroem-se e influenciam outras pesquisas.

A modificação na forma de pensar a violência nos estudos feministas tem recebido a influência da categoria gênero, sobretudo a partir da década de 1990. A inserção deste termo, além de contribuir para desnaturalizar os papéis culturalmente estabelecidos e as diferenças impostas quanto à identidade subjetiva, permitiu adensar o debate em torno da violência. Ser homem e ser mulher passou a ser identificado como construção social juntamente com as relações de poder que lhes são intrínsecas.

Diferenciando-se da abordagem do patriarcado e da dominação masculina, autoras como Izumino (1998) buscaram utilizar a expressão "relações de gênero" visando distanciar-se de concepções mulher vítima e homem agressor. Entende-se que as relações de gênero e as violências não se restringem a dualidades, pois são entremeadas pela complexidade. A perspectiva foucaultiana é basilar nessa concepção por partir do entendimento de relações de poder capilarizadas em uma rede dinâmica, nunca concentradas em um polo. Nesse entendimento, todos os indivíduos estão sujeitos a sofrer ou perpetrar violências, sendo preciso compreender os contextos particulares de sua objetivação e as representações simbólicas dos sujeitos sociais. Por outro lado, o surgimento de novas categorias nos estudos sobre a violência não implica, necessariamente, no abandono de correntes teóricas anteriormente elaboradas. A coexistência das abordagens amplia as formas de compreender a violência na sociedade.

Como sinaliza Rifiotis (1997, p. 134): *"A violência é uma objetivação, uma espécie de significante sempre aberto para receber novos significados, e não uma invariante, um objeto natural"*. Trata-se de um constructo em constante ressignificação. Por isso, entender o significado atribuído à violência nas diferentes regiões e contextos exige do pesquisador dar voz aos sujeitos. A escuta atenta ao que seria tido como violência entre as militantes dos movimentos sociais de mulheres e feministas do interior do Amazonas foi uma importante estratégia de apreender as particularidades de suas demandas diante da violência e em que perspectiva fundamentam sua luta no município de Parintins.

A análise apresentada neste capítulo é proveniente de pesquisa de campo aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas e realizada para a construção da dissertação de mestrado de uma das autoras[1]. Em um dos momentos da pesquisa, efetuamos entrevistas semiestruturadas junto a duas militantes de movimentos sociais de

1 Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

mulheres e feministas do município de Parintins, localizado na região do baixo Amazonas

Uma delas integra o movimento Parintins Cidadã, e outra compõe o Movimento de Mulheres da Amazônia – MANI. Chamaremos Sirema e Margarida, pseudônimos escolhidos por elas. A entrevista foi realizada de modo individualizado, com aplicação de roteiro de perguntas abertas, proporcionando maior liberdade de expressão da fala. O diálogo buscou apreender o que seria a violência e, especialmente, a violência contra a mulher em suas perspectivas. Nosso propósito consistiu em perceber as especificidades daquilo que, comumente, tem sido entendido na sociedade como "caótico, difuso e fantasmagórico" (MISSE, 2006; RIFIOTIS, 1997; ZALUAR, 1999).

Ao questionarmos sobre o significado da violência, as entrevistadas descrevem suas representações do seguinte modo:

> Violência é tirar do outro o direito de ser feliz. Quando você impede o outro ou a outra desse direito você tá sendo violento. E o maior exemplo de violência que nós temos é a que o Estado democrático de direito faz com os seus cidadãos independente do gênero. [...] tirando o direito de ser feliz, de viver com dignidade, do direito de ir e vir porque hoje o trabalhador não tem mais direito de ir e vir. A gente tem ilusão porque a gente quer fazer alguma coisa que nos dê satisfação e a gente não tem condições. Então isso é violência. (SIREMA, 65 anos, entrevista, 2017).

> Violência, pra mim, é tudo aquilo que deixa você parar de sorrir. Isso pra mim é violência. Não é simplesmente você ser violentado fisicamente, alguém te bate, dá um murro ou alguém apronta com você, psicologicamente te ofendendo, etecetera. Mas violência, pra mim, é até nos gestos, até no local de trabalho, em casa mesmo quando alguém te trata mal. (MARGARIDA, 60 anos, entrevista, 2017).

É perceptível, nos discursos das entrevistadas, a predominância de um sentido negativo da violência. Infelicidade e subtração de algo, seja da dignidade ou dos direitos, são atribuídas ao que a violência produz na vida das pessoas, seja homem ou mulher, adulto(a), jovem, criança, idoso(a), de diferentes grupos, regiões, gerações e etnias. Percebe-se ainda que, em suas representações, a violência não se limita a uma ruptura de integridades física, psicológica, sexual, moral. A privação, a destituição de direitos, que impeçam a plenitude do contentamento humano, também seriam formas de violência.

Embora a violência seja um fenômeno de origem imprecisa, seu atrelamento à ideia de negação/supressão de direitos foi evidenciado apenas na contemporaneidade. Nos tempos atuais, *"a violência se apresenta como um dispositivo destinado a coisificar o outro, a violar os seus direitos e a negar a sua humana condição"* (PEQUENO, 2016, p. 137). Ancorando tais ideias ao pensamento Kantiano, pode-se dizer que a violência conduz à transgressão dos princípios da razão e nega a condição do homem e da mulher como fim e não meio. Assim, ao reificar o humano, a violência lhe subtrai a dignidade, sendo esta intrínseca à essencialidade do sujeito. Para o autor supracitado, a noção de dignidade, tal como a de felicidade e amor, possui explicação movediça devido a multiculturalidade e diversidade valorativa existente, mas ainda assim é um pilar para a construção do conceito de direitos humanos.

Para Bobbio (2004), a promoção da não-violência só pode se efetivar em um contexto em que predomina a democracia e a garantia de direitos humanos. Nas palavras do autor: *"Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos" (BOBBIO, 2004, p. 07).* Portanto, refletir sobre violência implica reconhecer que sua incidência não ocorre apenas no plano das relações interpessoais, mas também na esfera coletiva. Trata-se de considerar, conforme vemos na fala de Sirema, a estrutura social como elemento determinante para o estímulo, legitimação e manutenção de diferentes tipos de violência.

Ao mesmo tempo em que a autonomização e individualização da sociedade gestou a condição de cidadão, ela se desenvolveu repleta de contradições no contexto brasileiro. Velho (2008) explica que, no Brasil, a cidadania é frágil não apenas por questões de desigualdade econômica, mas também por prevalecer uma cultura de hierarquização-individualização em concomitância ao poder de um Estado autoritário, o que, por si só, representa uma violência e reitera outras formas de violência. Na concepção do antropólogo supramencionado, a violência seria a expressão mais exacerbada de conflitos de ordem moral, econômica, política e religiosa que coexistem como imperativo/imposição aos diferentes segmentos sociais, ao passo que lhes é negado a voz e a satisfação de usufruir os direitos gestados nas diferentes fases e gerações. Esta perspectiva condiz com o pensamento

de Odalia (1983, p. 30) quando afirma que *"O ato rotineiro e contumaz da desigualdade, das diferenças entre os homens, permitindo que alguns usufruam à saciedade o que à grande maioria é negado, é uma violência"*. A crença de que essa desigualdade é natural representa o que o autor denomina "violência institucionalizada", a qual se encontra arraigada nas estruturas sociais.

Além do recorte de classe, a desigualdade é atravessada por questões de gênero e aspectos étnico-raciais. A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgada em 2017, mostra que, em 20 anos, as desigualdades de gênero e raça tem sofrido mudanças no Brasil. Pode-se, inclusive, falar em avanços quanto à educação e renda no país. Entretanto, ainda persistem largas diferenças entre homens e mulheres, assim como entre negros e brancos, com peso maior de desigualdade entre as mulheres negras. Os dados da referida pesquisa apontam que o nível educacional das mulheres se elevou tanto que se pode até falar em reversão ou vantagem em comparação aos homens. Entre as mulheres negras também houve avanços, mas estes continuam proporcionalmente inferiores aos das mulheres brancas, pois enquanto apenas 4,9% das mulheres brancas com idade acima de 15 anos eram analfabetas em 2015, entre as mulheres negras o índice de analfabetismo estava em 10,2%, isto é, o dobro. As melhorias no campo educacional, todavia, não têm sido acompanhadas de progressos no mercado de trabalho, *"onde a maior parte dos indicadores mostra uma hierarquia estanque, na qual o topo é ocupado pelos homens brancos e a base pelas mulheres negras" (IPEA, 2017, p. 2)*. Da mesma forma, pouco se avançou quanto à sobrecarga de trabalho doméstico entre as mulheres, sendo que cerca de 90% dessas mulheres se ocupam destas atividades enquanto este índice é de 53% para os homens (IPEA, 2017). Esta sobrecarga, a qual rende duplas ou triplas jornadas de trabalho às mulheres, é também sentida como violência entre as militantes de Parintins:

> A violência contra a mulher é justamente essa sacralização que fazem desde o tempo da Eva (risos). Sacralizam que a mulher é um antro de dores e maus-tratos. Porque que ela pari? Porque ela foi a responsável por entrar o pecado da humanidade. Então, essa aí é a primeira coisa que ela tem. Aí depois as dores não só as dores do parto, mas as dores da maternidade, as dores de criar os filhos porque a sociedade capitalista ainda impõe que o homem tem que trabalhar. A mulher, então, não tra-

> balha. A mulher não trabalha, mas ela fica em casa trabalhando mais do que o marido. (MARGARIDA, 60 anos, entrevista, 2017).

A mulher tem sido culturalmente responsabilizada pela função do cuidado, seja com os afazeres domésticos ou com os filhos, o marido, os velhos e doentes. Na representação da entrevistada, esta imposição cultural é uma violência que tem sido justificada pela religião, sobretudo cristã ocidental, na medida em que à mulher é atribuída a culpa por sua condição. Segundo esta mitologia, a mulher teria seu destino atrelado à dor do parto em decorrência do pecado cometido por Eva. Já o homem teria no suor do trabalho a punição pelo pecado original. Estas simbologias contribuem para o reforço dos papeis de gênero instituídos, os quais têm sido apropriados e repassados como se fossem próprios da natureza humana. Identificam-se, portanto, com o que Scott (1991) destaca enquanto elementos constituintes do gênero: os símbolos; os conceitos normativos - que delimitam as possibilidades de representações simbólicas dentro de determinado contexto sociocultural; as instituições/organizações sociopolíticas; e a identidade subjetiva. De acordo com Torres (2002), este processo de construção da identidade social é mediatizado pela educação, importante instrumento ideológico que pode, inclusive, contribuir para (re)produção de padrões culturais. Por exemplo, a reprodução da ideia de docilidade e sensibilidade como atributos femininos, e a criação da mulher para o cuidado doméstico.

O dispêndio de tempo com o trabalho doméstico é apenas um dos fatores que alimentam os altos índices de informalidade do trabalho entre as mulheres, visto que limita a presença feminina em empregos com maior jornada e remuneração no trabalho formal. As desigualdades nas relações de gênero, evidenciadas nos índices de participação no mercado de trabalho, afetam as condições de vida das mulheres. A elevação da pobreza entre as mulheres é um exemplo claro disso. A Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Pequim no ano de 1995, fala de uma feminização da pobreza que abrange múltiplos fatores tais como o desemprego e o aumento de famílias chefiadas por mulheres em condição menor de renda. Os novos arranjos familiares, em si, não são o problema. O despreparo das instituições e políticas públicas em considerar as diferentes composições familiares, as desigualdades que sobrecarregam as mulheres, muitas vezes sem apoio de creches, políticas de renda ou educacionais, que possam reverter as desigualdades de gênero, contribuem para as precárias

condições de vida entre as mulheres. As limitações governamentais acerca da transversalidade de gênero ou, ainda, a inópia implementação de serviços e políticas públicas de enfrentamento à desigualdade são percebidas como violência estatal para a entrevistada, conforme vemos na fala seguinte:

> A violência contra a mulher é uma reprodução do modelo que nós temos aí. A mulher, como eu disse, e a terra e os bichos são os seres mais vulneráveis, mais destituídos dessa capacidade de defesa, de prevenção contra a brutalidade do sistema. Então, a violência contra a mulher tá estruturada numa lógica ideológica dentro dessa questão. A mulher é vista como ser inferior, frágil, então ela merece, é vítima de receber insultos, violência física, desrespeito com palavras, que as vezes isso é naturalizado, que nem a mulher percebe que ela tá sendo violentada com palavras. Então, a violência contra a mulher é isso. E, como eu falei antes, a violência do Estado. O Estado é um estado machista e patriarcal que não oferece condições necessárias de essa mulher ascender, de essa mulher se autodescobrir, dessa mulher se reinventar e essa mulher se fazer ser gente como ela merece. A mulher, vista dentro dessa perspectiva, não tem condições de se desenvolver com dignidade, autonomia, liberdade. (SIREMA, 65 anos, entrevista, 2017).

Verifica-se que o reforço ideológico de fragilidade, submissão e inferioridade da mulher é tido como violência. Violência que, segundo a entrevistada, nem sempre é percebida entre as próprias mulheres. É como nos fala Bourdieu (2010, p. 46) sobre a violência simbólica: *"os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais"*. Considerando a produção histórica dessas estruturas de dominação, o autor complementa: *"E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder [...]" (Bourdieu, 2010, p. 45)*. É certo, portanto, que nem sempre a violência se manifesta na notoriedade do aspecto físico. Ela possui dimensão simbólica, reproduzida pelos sujeitos, pelas estruturas sociais e instituições diversas. Na concepção de Bourdieu (2010), a família, a igreja e a escola tem sido as principais fontes desta reprodução e circulação dos bens simbólicos. Acrescenta-se a linguagem, a ciência e, entre outras, o Estado.

No entendimento de Sirema, nossa interlocutora, cabe ao Estado oferecer as condições necessárias para que a mulher possa se autodescobrir, se reinventar, se desenvolver e viver com dignidade. Negligenciar este aspecto representa também uma das formas de violência contra as mulheres

na medida em que as condições de pobreza e desigualdade contribuem para que elas permaneçam em situações de violência. Para Minayo (2006, p. 19)

> Mencionar **negligência** e **omissão** explicitamente como formas de violência é um passo fundamental para se desnaturalizar processos estruturais e atitudes de poder que se expressam em ausência de proteção e cuidados, dentre outras situações, responsáveis pela perenidade de hábitos econômicos, políticos, culturais e crueldades que aniquilam os outros ou diminuem suas possibilidades de crescer e se desenvolver.

A perspectiva abordada pela autora sugere uma expansão do que se compreende por violência visando desnaturalizar e coibir suas expressões normalizadas na sociedade, as quais interferem na qualidade de vida da população, muitas vezes, de forma silenciada. Este é um aspecto presente no contexto parintinense: *Em Parintins, eu observo que uma das maiores violências contra as mulheres é o silêncio das instituições. A mulher é revitimizada porque ela vai na delegacia, registra o B.O, esse B.O muitas vezes é tratado com sátira, com dúvidas. (SIREMA, 65 anos, entrevista, 2017).* Aqui se nota a expressão da violência institucional, que pode ser entendida como *"aquela praticada, por ação e/ou omissão, nas instituições prestadoras de serviços públicos. [...]. É perpetrada por agentes que deveriam garantir uma atenção humanizada, preventiva e reparadora de danos" (TAQUETTE, 2007, p. 94*). Este tipo de violência se caracteriza tanto em termos de precarização e dificuldade de acesso aos serviços quanto pelas abordagens abusivas de relações de poder entre profissionais e usuários. Contraditoriamente, a instituição que deveria contribuir como mediadora da garantia do direito das mulheres a uma vida sem violência termina por reiterá-la, colaborando para a continuidade de seu sofrimento.

No município de Parintins, há somente uma delegacia especializada em crimes contra a mulher, que atende também a demandas do idoso e da criança e do adolescente. Seu funcionamento ocorre no mesmo espaço da 3° Delegacia de Interativa de Polícia do município, responsável pelos crimes mais gerais. Em termos de acesso e infraestrutura, a autoridade policial apresenta dificuldades em aplicar a Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, conforme analisa Sousa (2015: 204): *"A Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher de Parintins demonstrou ter pouca estrutura técnica e operacional para implementar as exigências estabelecidas na Lei Maria da Penha".* A pesquisadora assinala a necessida-

de de readequação do espaço físico da delegacia, de garantir a privacidade da mulher durante o registro de sua ocorrência, bem como sua segurança pessoal. Em Parintins não existe uma rede de atendimento especializada de serviços como: casas-abrigo, centros de referência da mulher, Juizados Especiais, o que dificulta a proteção da mulher e garantia da superação da situação de violência. Soma-se a isso o despreparo do atendimento policial quanto à atenção humanizada, conforme evidenciado no relato de Sirema.

Outra violência cruel que as mulheres de Parintins sofrem é através da mídia. Os B.O.s que são registrados são tratados, nos jornais de alguma emissora daqui de Parintins - que eu não vou citar o nome - com humor, com deboche. (SIREMA, 65 anos, entrevista, 2017). A violência institucional midiática é uma outra expressão existente na cidade. Mulheres que denunciaram violências tem sua situação e nomes expostos nas rádios e outros meios de comunicação da cidade. Trata-se de algo rotineiro, normalizado em Parintins, mas que fere os princípios de respeito e privacidade além de inibir mulheres em denunciar a violência. A exposição dos casos através da leitura do livro de ocorrências é uma prática que foi alvo de críticas entre os movimentos sociais, mas que persiste transformando a dor da violência em sensacionalismos e reforçando as desigualdades de gênero. Sodré (2006) analisa que a violência que é preferencialmente apresentada pela mídia é a que pode ser dramatizada, encenada, a violência visível, o desfecho, a morte, a delinquência, o assalto, as violências físicas, mas pouco se aborda sobre seu "estado de violência", o que é contínuo, institucionalizado. Ignora-se *"a violência do poder instituído; a violência dos órgãos burocráticos; a violência do Estado; a violência do serviço público, que é a violência invisível, a violência institucional ou o estado de violência*" (Sodré, 2006, p.35). Para o autor, a mídia é uma nova forma de "*bios*", capaz de ressignificar coisas, influenciar comportamentos. Em sua maioria ela se orienta por interesses de mercado, o lucro, aquilo que a alimenta nesta sociedade. Além da delegacia e da mídia, outras questões foram aludidas pelas entrevistadas:

> Então, esse silêncio das instituições quanto aos problemas das mulheres, a questão da saúde, saúde enquanto relação doença-saúde, doença-corpo. Parintins é uma droga, não tem planejamento familiar que as mulheres precisam, orientação sexual não existe. As mulheres engravidam de qualquer jeito. Um preconceito muito grande, uma barbárie contra as mulheres, as mulheres procuram pelo preservativo, nos postos, os remédios, os anticoncepcionais, dificilmente encontram. A doença, quan-

> do ela chega no físico, é porque o sistema emocional dela tá altamente abalado, o desequilíbrio com suas relações espirituais está totalmente desequilibrados. Então, essa teia da vida que o Frijot Capra fala, a teia da vida, está totalmente desestruturada e rompida. Então, essas violências não aparecem como violência. A violência silenciosa que é a pior violência que as mulheres sofrem. Ninguém diz que o outubro rosa é uma farsa, ninguém diz que a delegacia não faz o trabalho que deve. (SIREMA, 65 anos, entrevista, 2017).

> Olha, por exemplo, em se tratando da questão, Parintins é considerada o segundo município do Estado do Amazonas em HIV e câncer de mama, e câncer de modo geral nas mulheres. Por que será? Por que que o Sul não possui mais isso? Por que que o Sudeste não possui mais isso? Por que que até o Nordeste não possui mais isso? Por que que só o Norte e, principalmente, o Amazonas possui isso? Porque os serviços de saúde de prevenção a essas doenças e de tratamento a essas doenças, infelizmente, não são perfeitos. Não tem qualidade. Apesar das reivindicações, apesar de tudo, mas ainda se gasta muito dinheiro pra não fazer nada. Por exemplo: outubro rosa. Até agora não fiz meu preventivo. Já fui não sei quantas vezes, hoje, amanhã, acabou a luz, não tem não sei mais o que... entendeu? (MARGARIDA, 60 anos, entrevista, 2017).

A crítica tecida entre as militantes refere-se ao campo das políticas sociais públicas. Reivindica-se a necessidade de avançar na promoção da saúde das mulheres que vivem em Parintins. Considerar as especificidades das demandas relativas à saúde deste segmento e conhecer os processos que implicam em seu adoecimento ou morte são questões necessárias, mas que tem esbarrado na precarização dos serviços públicos, na descontinuidade do projetos e programas sociais a cada mudança de gestão municipal. Esta insuficiência, descaso e/ou precarização são percebidos como violência, conforme vemos nas falas acima.

No campo da saúde pública, deve-se considerar não apenas a cura das lesões, das doenças e dos sintomas, mas também trabalhar com a perspectiva de prevenção, promoção e atenção integral à saúde da mulher em consonância com as diretrizes e princípios estabelecidos para o Sistema Único de Saúde - SUS. O setor público de saúde, como parte de uma rede de atendimento, precisa estar atento aos problemas que interferem na saúde feminina e perceber como as desigualdades de gênero e outras violências as afetam. Isto pode ser feito através do diálogo contínuo entre gestores, profissionais e mulheres, sejam as usuárias dos serviços ou mesmo de movimentos sociais e feministas.

Um outro aspecto, presente tanto na fala de Sirema quanto na de Margarida, é o questionamento quanto à eficácia das ações promovidas no Outubro Rosa, campanha nacional que tem mobilizado diversos segmentos sociais, sobretudo o sistema de saúde, no combate ao câncer. Embora esta campanha represente um avanço no âmbito das políticas, esta doença persiste com elevadas taxas no Brasil. Por exemplo, as mulheres da região norte do país estão entre as que mais morrem de câncer no colo do útero, infecção ocasionada pelo papiloma vírus humano (HPV). No Amazonas esse é o tipo de câncer com maior incidência. *"Em termos globais, a maioria dos casos (70%) ocorre em áreas com menores níveis de desenvolvimento humano. Quase nove de cada dez óbitos por câncer do colo do útero ocorrem em Regiões menos desenvolvidas [...]" (BRASIL, 2017, p. 38).* Trata-se de um tipo de câncer com altas chances de cura se o diagnóstico for feito em seus estágios iniciais, porém tem apresentado elevados índices de mortalidade nos países subdesenvolvidos. As mortes estão relacionadas à estrutura dos serviços de saúde, em termos de acesso, rapidez do diagnóstico, tratamento e cura do câncer. Há, portanto, fatores estruturais associados ao problema.

Bandeira (2005, p. 15) analisa que, em um contexto de subdesenvolvimento, as mulheres "*são o grupo mais passível de sofrer as consequências da precarização, pois as desigualdades de gênero ainda constituem um padrão e um elemento indispensável para se compreender a condição de pobreza das mulheres [...]".* Desigualdade e pobreza são, segundo Silva e Carmo (2013), aspectos intrínsecos à sociabilidade capitalista, portanto, estes determinantes devem ser considerados na análise das violências estruturais e particularizadas. Na região amazônica, é preciso considerar os processos de subordinação e expropriação, motivados por interesses econômicos, que vem demarcando a história da região. As explorações no período colonial e no pós-colonialismo, as recorrentes manifestações de preconceito e discriminação em relação aos povos locais, a fragilidade das políticas públicas, a negação dos direitos sociais, as múltiplas formas de exploração do trabalho, seja nos seringais, nas fábricas, nas precárias relações de subemprego, nos espaços urbanos ou rurais, constituem aspectos da violência estrutural solidificada pelo subdesenvolvimento. Suas expressões atingem vários segmentos sociais, dentre os quais se encontram as mulheres.

> Eu acho que o capitalismo ele próprio cria essa violência porque ele necessita disso pra sobreviver. Então, como fazer pra combater: combatendo o capitalismo. O machismo é o capitalismo que faz. Lutar contra o

> capitalismo é lutar contra o machismo. Lutar por mais direitos. (MARGARIDA, 60 anos, entrevista, 2017).

Na perspectiva de Margarida, a violência contra a mulher tem suas raízes na combinação machismo-capitalismo. A exploração-dominação patriarcal capitalista pode ser visualizada na sociedade através do reforço da concepção naturalizada de mulher mãe, esposa, submissa; na forma desigual de inserção da mulher no mercado enquanto força de trabalho; ou até na imagem da mulher lasciva (TORRES, 2005), tal como a que foi reiterada de diferentes formas nos projetos econômicos da Amazônia. De acordo com Torres (2002, p. 103) *"os papéis assumidos pelas mulheres nos variados contextos históricos servem a interesses derivados, em última análise, da dinâmica do capitalismo"*. O atendimento aos interesses dos projetos econômicos ganhou outras proporções, vestiu novas roupagens e vem se expandindo de modo peculiar em nossa região. Pode-se falar em subordinações reiteradas (BENAION, 2006), novas dinâmicas da subjugação da mulher e da apropriação de seu corpo.

Diante da discussão exposta, cabe-nos fazer algumas considerações. A Lei Maria da Penha define como violência toda ação ou omissão baseada no gênero que cause sofrimento físico, psicológico, sexual e dano moral ou patrimonial à mulher. Menciona a proteção às violências em âmbito doméstico e familiar contra a mulher. Entretanto, remetemo-nos a uma pretensiosa questão: como garantir a proteção e coibição das violências institucionalizadas, estruturais, simbólicas, costumeiramente, banalizadas ou invisibilizadas?

Cunha (2014) nos faz refletir sobre este aspecto quando analisa os dilemas prático-conceituais existentes na abordagem da violência. Ela afirma que embora a Convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Belém do Pará em 1994, tenha estabelecido diretrizes para a erradicação de toda forma de violência contra as mulheres, definindo-a como: qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada, as leis criadas no Brasil limitam sua abrangência ao espaço doméstico. Esta autora indica a necessidade de pensar sobre a diferença entre crime e violência, explicando que nem tudo o que é considerado como violência está tipificado como crime. A noção de crime está relacionada ao reconhecimento do Estado, mediante lei, ao que é

passível de penalização. Assim, se o sentido da violência é amplo, mutável e circunstancial, variando para uns e outros, a ideia de crime é demarcada pelos códigos penais. A compreensão disto é elementar para se desmistificar violências, modificar os padrões de conduta institucional e a percepção dos profissionais na direção de enfrentamento a todas as formas de violência, mesmo as que não estejam tipificadas como crime.

Uma outra proposição basilar diz respeito à definição do que seria violência. Misse (2006, p. 20) afirma que *"quem tem o poder de definir algo como violento mobiliza, no mesmo ato, no próprio movimento da definição, a demanda prática de uma contraviolência"*. Seria a vocalização do entendimento sobre as violências um mecanismo de visibilizá-las e torna-las alvo de intervenção. Por esta razão, compreendemos que estabelecer diálogo com os sujeitos que sofrem as violências e a percepção de suas particularidades em Parintins pode fomentar um limiar de desmistificação e resistência. Os movimentos de mulheres continuam tendo importante papel na denúncia da violência e na defesa dos direitos humanos das mulheres. Precisam, portanto, ter sua centralidade reconhecida e ampliada na construção das políticas públicas de enfrentamento à violência em Parintins.

Referências

BANDEIRA, Lourdes. Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília: SEPM, 2005. http://www.spm.gov.br/arqui¬vos-diversos/.arquivos/integra_transversalidade_genero.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça: 1995 a 2015. IPEA, 2017. http://www.ipea.gov.br/por-tal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2017. http://www.inca.gov.br/estimativa/2018/.

BENAION, Noval. Subordinação reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 9.ed. tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução de: Carlos Nelson Couti-

nho. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CRETTIEZ, Xavier. As formas da violência. Tradução de: Lara Malimpensa e Mariana da Cunha. Título original: Les formes de la violence. Paris Editions La Découverte, 2008.

CUNHA, Flávia Melo da. Marcas de um crime invisível. Manaus: Wega, 2014.

FREITAS, Geovani J. Ecos da violência: narrativas e relações de poder no nordeste canavieiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

IZUMINO, Wânia; SANTOS, Cecília. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. Estudios interdisciplinarios de América Latina e el Caribe. Universidade de Tel Aviv, p.01-16, 2005.

MISSE, Michel. A violência como sujeito difuso. In: FEGHALI, J.; MENDES, C.; LEMGRUBER, J. (orgs). Reflexões sobre violência urbana: (in) segurança e (des) esperanças. Rio de Janeiro: Mauad x, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilza Ramos de Souza. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. História, Ciências e Saúde, 1998.

MINAYO, M. C. de Souza. Violência e saúde. 20.ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

ODALIA, Nilo. O que é violência. 4.ed. São Paulo: Brasiliense. 1983.

PEQUENO, Marconi. Violência e direitos humanos. Revista Filosofia, Aurora, Curitiba, v.28, n.43, jan./abr. 2016, p. 135-146.

RIFIOTIS, Theophilos. O Fantasma da violência: reflexão sobre "forças centrífugas" e um objeto em revolução, História em revista, v.3, Pelotas: UFPEL,1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1991.

SILVA, José da; Carmo, Onilda. Sociabilidade burguesa, violência e serviço social. In: SILVA, J.F.; SANT´ANA, R.; Lourenço, E. Sociabilidade burguesa e serviço social. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2013.

SODRÉ, Muniz. Violência, mídia e política. In: FEGHALI, J.; MENDES, C.;

LEMGRUBER, J. (orgs). Reflexões sobre violência urbana: (in) segurança e (des) esperanças. Rio de Janeiro: Mauad x, 2006.

SOUSA, Dielle. Violência contra a mulher: uma análise sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha a partir do atendimento pela autoridade policial no município de Parintins. In: MILHOMENS, L.; ESTÁCIO, A.; BARROSO, M. (Orgs.). Amazônia: mosaico de reflexões interdisciplinares. Manaus: Editora Valer, UEA edições, 2015.

TAQUETTE, Stella. Mulher adolescente/jovem em situação de violência: propostas de intervenção para o setor saúde módulo de auto-aprendizagem. Brasil: SPM, 2007.

TORRES, Iraildes C. As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. As novas Amazônidas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

VELHO, Gilberto. Violência e cidadania. In:_____. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edd., 2008.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da democratização. São Paulo em perspectiva, 1999, 13 (3): 03-17. http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v13n3.pdf.

O Centro Histórico de Manaus e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais)

Ana Flávia Monteiro Diógenes
Dorinethe dos Santos Bentes

1 Introdução

A capital amazonense reveste-se de belas paisagens culturais, das quais ganham destaque não apenas aquelas naturalmente constituídas, mas aquelas criadas pelas mãos humanas.

É no meio urbano, no seio na cidade de Manaus, que encontramos alguns dos patrimônios arquitetônicos mais fascinantes do lugar, os quais, devido a sua singularidade e relevância foram tombados no ano de 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, sendo identificados como "Centro Histórico de Manaus".

No entanto, mecanismos como o tombamento, não são suficientes à garantia da preservação dos referidos patrimônios ambientais, sendo a Lei de Crimes Ambientais elemento fundamental à preservação da história e da cultura que tais bens abrigam.

Neste contexto, o objetivo geral centrou-se em compreender a importância da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para a proteção do patrimônio cultural, especialmente os que estão situados no centro histórico da cidade de Manaus.

Como objetivos específicos realizou-se uma análise do que se compreende por meio ambiente e patrimônio cultural, seu conceito e alcance, realizou-se uma breve análise do contexto no qual surgiu o centro histórico de Manaus e a sua importância para preservação da cultura e memória do lugar, além de se abordar o papel da Lei de Crimes Ambientais à preservação dos referidos bens.

A problemática do artigo consistiu em analisar o seguinte questionamento: qual a relevância da Lei de Crimes Ambientais para preservação do patrimônio cultural material, sobretudo um tão importante quanto o existente na cidade de Manaus.

O método adotado foi o dedutivo e a pesquisa bibliográfica, feita a partir de livros, artigos, legislações, revistas e dissertações especializadas no tema.

Válido destacar que o tema guarda especial relevância, sobretudo por se tratar de uma região de grande diversidade cultural, cujo patrimônio histórico material representa muito das tradições e história do lugar.

O trabalho dividiu-se em três partes. A primeira, por tema "O meio ambiente cultural: breve análise sobre seu conceito e alcance", abordou os principais aspectos do meio ambiente e patrimônio histórico cultural, dando ênfase ao seu significado. O segundo tópico denominado "A história e a cultura manauara vistas através do patrimônio histórico material", buscou enfatizar o contexto no qual o chamado centro histórico de Manaus foi erguido e sua importância para a preservação da história e das tradições do lugar. O terceiro e último tópico "A lei de crimes ambientais e a preservação do patrimônio histórico de Manaus" trouxe uma breve análise do tema sob o enfoque da lei de Crimes Ambientais a fim de que o leitor pudesse melhor compreender, a importância desta legislação para a preservação do patrimônio histórico.

2 O meio ambiente cultural: breve análise sobre o seu conceito e alcance

A definição de meio ambiente está insculpida no art. 3º, inciso I da Lei 6.938/81, mais conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que assim o diz: "Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

Nas palavras de Fiorillo (2013, p.61) o termo meio ambiente trazido pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, é um conceito jurídico indeterminado, cabendo, portanto, ao intérprete o preenchimento de seu conteúdo.

Corroborando esta ideia, Rodrigues (2016, p. 70-17) explica que:

> O conceito da Lei n. 6.938/81 não é um primor de clareza ao leitor que desconhece a linguagem técnica. Tentando *traduzir* o conceito a um linguajar comum, podemos dizer que proteger o meio ambiente significa proteger o espaço, o lugar, o recinto, que abriga, que permite e que conserva todas as formas de vida. Entretanto, esse espaço não é algo sim-

> ples, senão porque é resultante da combinação, da relação e da interação de diversos fatores que nele se situam e que o formam: os elementos bióticos e os abióticos. Em resumo, o meio ambiente corresponde a uma interação de tudo que, situado nesse espaço, é essencial para a vida com qualidade em todas as suas formas. Logo, a proteção do meio ambiente compreende a tutela de um meio biótico (todos os seres vivos) e outro abiótico (não vivo), porque é dessa interação, entre as diversas formas de cada meio, que resultam a proteção, o abrigo e a regência de todas as formas de vida. Deflui-se do que foi exposto que o conceito de meio ambiente previsto no art. 3º, I, da Lei n. 6.938/81 tem por finalidade (aspecto teleológico) a proteção, o abrigo e a preservação de todas as formas de vida. Para se chegar a esse desiderato, deve-se resguardar o equilíbrio do ecossistema (justamente o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem química, física e biológica). Ainda sobre o conceito de meio ambiente, verifica-se que, ao adotar a visão biocêntrica/ecocêntrica (teleológica e ontológica), o legislador distanciou-se da ideia antiquada de considerar o homem como algo distinto do meio em que vive. A aposentada e deturpada visão antropocêntrica, fruto de um liberalismo econômico exagerado e selvagem, não há mais como prevalecer num mundo em que se enxerga que o bem ambiental de hoje pertence às futuras gerações.

Das lições acima colacionadas depreende-se que o conceito de meio ambiente não está restrito aos aspectos ecológicos, constituindo-se, como bem leciona José Afonso da Silva (1998, p.02), pela "interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas".

Neste contexto, visando sanar quaisquer dúvidas acerca do alcance do que se entende por meio ambiente, Fiorillo (2013, p.61) avança ao apontar quatro prismas pelos quais o meio ambiente pode ser visto, sendo eles: meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho.

Para Silva (1998, p.3) o meio ambiente cultural "é integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que embora artificial, em regra, como obra do homem, difere do anterior (que também é cultural) pelo sentido de valor especial".

Ao se debruçar sobre o tema, Miranda (2017, p. 346) resume bem a ideia ao concluir que:

> O conceito hodierno de meio ambiente não se resume ao seu aspecto meramente naturalístico, mas comporta uma conotação abrangente, holística, que engloba inclusive os bens de valor histórico e artístico, sendo necessário que os operadores do direito se atentem para este fato, pois somente assim será possível alcançar a proteção integral do meio

> ambiente, assegurando que os bens de valor cultural, que também são essenciais à sadia qualidade de vida de todos nós, possam ser usufruídos pelas presentes e pelas futuras gerações.

Não há dúvidas de que o patrimônio cultural, nos quais estão inseridos "os modos de criar, fazer, se expressar e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais" (IPHAN, 2017), além dos "conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico" (IPHAN, 2017), é parte integrante do meio ambiente, e como tal, deve estar sob a guarida da lei.

Desta feita, a fim de alcançarmos de forma mais detida o objeto de estudo, iremos abordar no tópico a seguir, alguns aspectos que circundam o conceito de Patrimônio Cultural e suas espécies.

2.2 Patrimônio histórico cultural: material e imaterial

A palavra patrimônio vem do latim *pater* – pai, em referência ao fato de que o patrimônio é o que o pai deixa para o seu filho. "Assim, a palavra patrimônio passou a ser usada quando nos referimos aos bens ou riquezas de uma pessoa, de uma família, de uma empresa. Essa ideia começou a adquirir o sentido de propriedade coletiva com a Revolução Francesa no século XVIII" (S.E.C. DE ALAGOAS, 2017).

Desde ano de 1937 é garantida proteção ao patrimônio cultural, conforme se depreende do Decreto-lei No 25, de 30 de novembro de 1937, o qual organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Além deste, diversas outras legislações foram editadas ao longo dos anos com este fim, dentre as principais destacam-se: o Decreto Legislativo No 74, de 30 de junho de 1977, o qual aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural; a Lei No 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a qual dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências; o Decreto Legislativo No 22, de 1o de fevereiro de 2006, o qual aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003; o Decreto No 80.978, de 12 de dezembro de 1977, o qual Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972; o Decreto No 95.733, de

12 de fevereiro de 1988, o qual dispõe sobre a inclusão no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras bem como o Decreto No 6.514, de 22 de julho de 2008, o qual dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Corroborando este entendimento Costaldello (2016) leciona que:

> Sabidamente, no Brasil, a proteção jurídica dos bens culturais brasileiros passou a ser protegido a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937. No mesmo ano foi editado o Decreto-Lei n. 25/1937, a "Lei do Tombamento", por meio do qual, pela primeira vez no sistema jurídico brasileiro, ditaram-se regras visando o resguardo dos bens culturais, àquela época, essencialmente materiais. A passos largos na história, a atual Constituição de 1988 densificou o conceito de bens culturais, aproximando-o do significado de identidade nacional ao *reconhecer, proteger e enaltecer a diversidade cultural, acrescentando valores indígenas, afro-brasileiros e de outros grupos étnicos*, e ampliou o conceito de patrimônio cultural nacional, consagrando, em sede constitucional, os bens culturais imateriais. De modo a complementar a atual previsão constitucional e que acabou por a antecipar a "Convenção para salvaguarda do patrimônio imaterial" realizada pela UNESCO, em 2003, foi expedido o Decreto n. 3551/2000, que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, distendendo o conceito para a proteção dos bens culturais intangíveis. O sistema constitucional jurídico brasileiro enuncia, a par do tombamento – destinado a reconhecer e a declarar o valor histórico, artístico, paisagístico, bibliográfico, arqueológico e cultural de bens que, em razão dessa específica valoração, devem ser preservados –, os inventários, os registros, a vigilância e a desapropriação, além de outras formas de acautelamento e preservação, como instrumentos de tutela dos bens que possuem sensibilidade cultural. Em 2005, a Emenda Constitucional nº 48, previu o "Plano Nacional de Cultura", de duração plurianual, para o desenvolvimento cultural do País e a incorporação de ações, pelo Poder Público, no sentido de conduzir à defesa e à valorização do patrimônio cultural brasileiro; produção, incentivo e difusão de bens culturais; formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; democratização do acesso aos bens de cultura; e valorização da diversidade étnica e regional. Portanto, já na metade da década passada, o acréscimo constitucional determinava o inarredável comprometimento dos entes e órgãos estatais no sentido de empreender ações promotoras e protetivas do patrimônio cultural. Em 2012, a Emenda Constitucional 71, de modo mais contundente e englobante, instituiu o Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descen-

> tralizada e participativa, instituindo um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade. Essa alteração constitucional institui a valorização dos bens culturais no amplo espectro dos direitos culturais. Mostra-se um avanço inegável na exigência de ação do Estado para a proteção e incremento dos bens e bens culturais. Mais recentemente, em 2014, foi promulgada a Lei n 13.018, que "Institui a Política Nacional e Cultura Viva" para fomentar o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura; a gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil e o avanço de políticas públicas integradas e à potencialização da interculturalidade, de modo a regulamentar os comandos constitucionais dos artigos 215, 216 e 215-A. Embora com abrangência que vai além dos bens culturais, esse diploma legal fornece os baldrames de fomento à cultura, de um modo geral, e a valorização dos bens culturais, em especifico, porém não avança no que tange às possibilidades de sanções por dano ou não preservação dos bens culturais, quer para os agentes públicos quer para os particulares.

Nota-se das legislações acima mencionadas a vontade em se fazer efetiva a proteção do patrimônio cultural, sobretudo, por esta guarida se estender aos mais diversos aspectos sejam eles de salvaguarda, sejam de cunho sancionatório, para caso de violação a tais bens.

Feito este corte histórico, importa que nos voltemos ao aspecto conceitual que circunda o tema. Assim, conforme vimos no tópico anterior o patrimônio cultural é constituído pelos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que evidenciam a história e a identidade de um povo.

No que se refere ao conceito de patrimônio cultural, observa-se que este emana da própria Constituição Federal, a qual em seu Art. 216, assim define:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Na página virtual da Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas encontramos interessante inferência sobre o tema, senão vejamos:

> O patrimônio cultural de uma sociedade é também fruto de uma escolha, que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas. Essa escolha é feita a partir daquilo que as pessoas consideram ser mais importante, mais representativo da sua identidade, da sua história, da sua cultura, ou seja, são os valores, os significados atribuídos pelas pessoas a objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade (ou patrimônio coletivo)

Nota-se, portanto, que o patrimônio cultural, sob a perspectiva de escolha dos cidadãos possui íntima relação com a própria identidade desta coletividade, a qual, por meio de mecanismos legitimamente constituídos identifica e elege aqueles bens que representam sua história e origens.

O patrimônio cultural, devido ao alcance que possui, divide-se em duas espécies: Patrimônio Cultural Material e Patrimônio Cultural Imaterial. Conforme observa Paoli (2017, p.4):

> Apesar desta divisão hoje consolidada, até mesmo do ponto de vista legal, entre patrimônio material e imaterial, o estudo das transformações sofridas pela noção de patrimônio histórico material desde o Renascimento, que culmina com a preservação material efetiva de certos edifícios, teria uma implicação importante do ponto de vista conceitual. A partir da constatação de que esta prática é produto de uma construção histórica, poder-se-ia dizer que o que distingue, hoje, o chamado "patrimônio material" do chamado "patrimônio imaterial" não é o fato de um possuir matéria e o outro não. Porque o fato de um determinado bem ser considerado patrimônio histórico "material" não decorre de nenhuma propriedade inerente a sua matéria, por mais preciosa que esta possa parecer. O caso dos monumentos da Antiguidade clássica é emblemático a respeito. Os edifícios estavam lá. Mas a maneira de se relacionar com eles mudou ao longo das épocas, até chegar à noção de patrimônio histórico que conhecemos hoje. A noção de patrimônio histórico é, portanto, um valor construído culturalmente que é atribuído a estes bens, e que não possui natureza material. Por este motivo, apesar da aparente dicotomia, os conceitos de "patrimônio material" e "patrimônio imaterial" apresentariam uma série de afinidades teóricas em suas construções.

Embora, possa haver quem suscite haver dicotomia entre a definição de patrimônio cultural material e imaterial, encontramos, tanto na legislação quanto nas páginas virtuais de Institutos Federais os contornos que os separa.

Neste contexto, o Patrimônio Cultural Material, conforme informação do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (2017) é aquele:

> Composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Já o Patrimônio Cultural Imaterial, por sua vez, também conhecido como Patrimônio Cultural Intangível, compreende "as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes" (UNESCO, 2017).

Os bens de natureza imaterial devem ser registrados, conforme dispõe o Decreto No 3.551 de 4 de agosto de 2000, o qual instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, assim dispõe o art. 1º do referido Decreto:

> Art. 1o Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.
> § 1o Esse registro se fará em um dos seguintes livros: I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.
> § 2o A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memó-

> ria, a identidade e a formação da sociedade brasileira. § 3o Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Alguns dos elementos nacionais registrados nas Listas do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO são: Círio de Nazaré na cidade de Belém do Pará; Roda de Capoeira; Frevo: arte do espetáculo do carnaval de Recife; Yaokwa, ritual do povo enawene nawe para a manutenção da ordem social e cósmica; As expressões orais e gráficas dos wajapis e o Samba de roda do Recôncavo Baiano (UNESCO/2017).

Os bens culturais de natureza material, interesse pontual do presente trabalho, são aqueles elementos que foram sendo criados ao longo do tempo e que traduzem a história e os costumes de um povo. Estes bens são divididos em duas principais espécies: bens móveis que são aqueles que podem ser transportados e reúnem os acervos e coleções e os bens imóveis que são estruturas fixas e representam os centros históricos, sítios arqueológicos, etc.

Nesta linha de ideias iremos abordar, no próximo tópico, como a história e a cultura dos Manauaras se entrelaçam e se revelam por meio do patrimônio cultural material.

3 A história e a cultura manauara vistas por meio do patrimônio histórico material

É recente o reconhecimento do patrimônio histórico como um valor constituído pela sociedade, assim, conforme assenta Feitoza (2003, p. 59), "precedentemente, houve a ideia da natureza; depois, uma relação estreita entre a natureza e a cultura; após, a separação entre a natureza e cultura e, por último, surge a ideia do patrimônio cultural, posterior a constituição de nações pelo século XIX".

Pelas lições de Chauí (2003, p.52) o patrimônio cultural tem três características:

> 1) Conjunto de monumentos, documentos e objetos que constituem a memória coletiva; 2) as edificações cujo estilo desapareceu e cujos exemplares devem ser conservados a título de lembrança do passado da coletividade; 3) as instituições públicas encarregadas de zelar pelo o que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de restauro e preservação de monumentos, documentos, edificações e objetos.

Nesse debate sobre patrimônio cultura e patrimônio material a professora Dorinethe Bentes na sua dissertação de mestrado apresenta um olhar da cidade como sendo a mistura de todos os elementos culturais, sociais, econômicos e político de uma determinada época.

> A cidade não é apenas um espaço da produção de bens industrializados ou um grande espaço de comercio, tão pouco se trata apenas de um aglomerado de pessoas e de edificações, ela é a materialização de todas as nuanças da vida humana em sociedade, dos conflitos, das convergências e dos valores. Apesar de expressar todas as condições de existência de seus habitantes, a cidade e uma obra inacabada. Continua expressão do passado e do presente. Um artefato por meio do qual se torna possível a percepção da continuidade e das ruptura de interesses, de conflitos e valores, mas, também, de novos elementos constante a ela anexados (BENTES, p. 21 2013)

Então discutir a questão da proteção do patrimônio material é garantir que o patrimônio imaterial de um determinado momento histórico não vai desaparecer.

Neste contexto, importa destacar que o patrimônio cultural é compreendido como "um valor na identificação da nacionalidade de estímulos às lembranças de fatos passados e de significativos acontecimentos pretéritos que o homem insiste em recordar" (FEITOZA, 2012, p.179). A cidade de Manaus, capital do maior estado brasileiro, situada na região norte do país, traduz de forma autêntica as palavras de Feitoza.

A cidade vivenciou a chamada *bella époque*[1], período no qual foram erguidos diversos monumentos arquitetônicos que espelham a grandeza e a imponência de tempos áureos decorrentes da exploração do látex, ficando, inclusive, conhecida como a "Paris dos Trópicos". Conforme menciona Andes (2015, p. 231, 232):

> O primeiro grande processo de transformações urbanas e arquitetônicas ocorrido na cidade de Manaus ocorreu durante a chamada Belle Époque. Período marcado por um grande número de obras públicas que visavam dar ao espaço urbano manauense ares de uma metrópole europeia, com o intuito de atrair para a cidade maior investimentos de capitais estrangeiros, pois era o momento que o látex da Amazônia era o

1 A *bella époque* pode ser definida como um estado de espírito que marcou a história francesa durante mais de 30 anos iniciando por volta de 1980 e prolongando-se até o final da primeira guerra mundial (1914 e 1918) Esse período tipificado como a época do florescimento das artes, das letras, da inovação, da riqueza, do charme, do romantismo, de uma opção pela estética, chegou ao Brasil por volta de 1889 com a Proclamação da República, indo de 1922 quando aconteceu a Semana de Arte Moderna em São Paulo (FONSECA, 2011,p.289).

> grande fornecedor de borracha para as indústrias de automóvel, calçados e bicicletas. Dentro deste contexto, as elites econômicas de Manaus tentaram transformar a cidade na Paris dos Trópicos, com a construção de vários de seus monumentos vultosos como o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, os grandes Casarões, o Mercado Adolfo Lisboa e Porto Flutuante, construção de Praças e calçamentos das ruas e os serviços públicos como Luz elétrica e do Bonde Elétrico, rede de esgoto e água encanada. À antiga aldeia de casas de palha tinha virada pelo menos dentro discurso oficial, uma cidade moderna aos olhos da elite local. Para essa elite as transformações eram vistas como representações da Modernidade.

O centro da cidade é um dos pontos de destaque, lugar onde se respira a cultura e as lembranças da vultuosa riqueza vivida pelo povo manauara e, dada a sua relevância, como mencionado em tópicos anteriores, foi tombado no ano de 2012:

> O centro histórico de Manaus - tombado pelo Iphan, em 2012 - abrange uma área entre a orla do rio Negro e o entorno do Teatro Amazonas e ainda mantém os aspectos simbólicos e densos de realizações artístico-construtivas. Apresenta uma fração urbana formada por edificações do período áureo da borracha, mesclada a edifícios modernos e representa um dos maiores testemunhos de uma fase econômica ímpar no Brasil, quando a exploração do látex proporcionou o incremento da industrialização em escala mundial. A preservação deste núcleo, que configura o coração urbano da cidade, garante a manutenção de seu patrimônio singular e integro, e inclui Manaus no rol das cidades históricas do Brasil, com inscrição no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Mesmo fragmentada, Manaus ainda possui um vocabulário arquitetônico vasto e diversificado, com representação de todas as correntes ecléticas e a verticalização ainda não compromete a percepção do espaço criado na *Belle Époque**. A cidade pode ser vista como um espaço urbano composto por monumentos, arquitetura corrente e áreas livres públicas, formando um conjunto que celebra e representa o ecletismo no norte do país. No porto de Manaus, cidade banhada pelo rio Negro, além do cais de alvenaria foi construído um cais sobre boias de ferro cilíndricas para flutuar independentemente do nível do rio. A forma de pensar a arquitetura do início do século XX está bem representada no porto. O ferro aparece com soluções formais próprias - armazéns com chapas onduladas de vedação, *road-way* sobre boias flutuantes. Nos edifícios da Alfândega e da Administração a estrutura de ferro se esconde sob vedações de alvenaria, com elementos alusivos a estilos passados. A metrópole da borracha, nos anos 1900, abrigava uma população de 20 mil habitantes, em suas ruas retas e longas, calçadas com granito e pedras de lioz importadas de Portugal, praças e jardins exuberantes, fontes, monumentos e o suntuoso Teatro Amazonas. Além de hotéis, cassinos, estabelecimentos bancários, palacetes e todos os requintes de uma cidade moderna (IPHAN, 2017).

Em outras palavras pode-se dizer que o Centro histórico de Manaus constitui-se na expressão mais autêntica e singular da riqueza e prosperidade advindas da exploração do látex, a qual trouxe desenvolvimento e uma manifestação cultural, revelada por meio do patrimônio arquitetônico, inigualáveis.

Nascimento (2013, p.13), em sua tese de doutorado, destaca que:

> O Centro Histórico de Manaus é um importante núcleo para o estudo do desenvolvimento urbano. A ideia de preservar essa cultura compreende na sua estrutura histórica tanto o valor de uma memória, presença do passado, como a previsão e ordenação do futuro. As obras de arte constituem, tal como todos os produtos objetivos ou institucionalizados da atividade dos homens, testemunhos múltiplos e ambivalentes, que fornecem indícios para reconstituir a rede infinitamente delicada das relações humanas.

Em entrevista publicada no site G1 (2017) o Juiz Alberto Carim destaca que "ali estão os monumentos mais tradicionais da cidade, se encontram aspectos relativos à identidade, à formação cultural do povo. Quando se abandona esses valores, se está efetivamente apagando todo um passado".

Assim, a ocupação desta memória se fez urgente razão de terem sido tombados, só no Centro da Cidade de Manaus, cerca de 1600 imóveis, conforme informações obtidas na revista eletrônica Manaus Ágil (2017):

> O Centro de Manaus possui mais de 1.600 imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico Municipal ao longo de ruas e avenidas como a Sete de Setembro, Epaminondas, Joaquim Nabuco, Leonardo Malcher e Miranda Leão. A delimitação do Centro de Manaus começa no igarapé dos Educandos com o Rio Negro até o igarapé de São Vicente passando pela Rua José Clemente até a Rua Luiz Antony ao igarapé da Castelhana indo até a Avenida Constantino Nery, Avenida Álvaro Maia até a Rua Major Gabriel passando pela Rua Ramos Ferreira até o igarapé do Mestre Chico e retornando ao igarapé dos Educandos e Rio Negro.O tombamento do Centro Histórico de Manaus faz parte da política do Iphan de ampliar as áreas protegidas em todo o país, com ênfase nas regiões Norte e Centro-Oeste. Na capital amazonense, a área compreendida entre a orla do Rio Negro e o entorno do Teatro Amazonas é a que ainda mantém os aspectos simbólicos e densos de realizações artístico-construtivas. A preservação deste núcleo, que configura o coração urbano da cidade, garante a manutenção de seu patrimônio singular e integro, e inclui Manaus no rol das cidades históricas do Brasil.

Sobre o tombamento, importa destacar que esta é uma ferramenta de extrema relevância à preservação ambiental, ao passo que, é por meio

deste que o Estado intervém no patrimônio privado, julgado de relevante interesse cultural, sujeitando-o a um regime especial de tutela.

Enredando esta linha de pensamento são as palavras de Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (2017, p. 67), senão vejamos:

> O tombamento é um instrumento jurídico de proteção ao patrimônio natural e cultural. Quando uma pessoa é proprietária de um bem de valor para a cultura do país, o Estado pode intervir e sujeitá-la a um regime especial de tutela, usando de seu domínio eminente no cumprimento do dever de proteção à cultura. Esta limitação ao direito de propriedade é consentânea com vários dispositivos constitucionais que, em conjunto, atribuem uma função social à propriedade (arts.5º, XXIII, 170, III, e 182, § 2º). Procura-se através da medida evitar que o proprietário faça alterações, ou mesmo destrua a coisa, eliminando vestígios de fatos, épocas, do interesse da sociedade, ou ainda as áreas de interesse paisagístico. É importante destacar que as restrições administrativas ao direito de propriedade não se direcionam apenas ao imóvel tombado, mas podem atingir sua vizinhança, a fim de permitir que o entorno não fique descaracterizado.

Muito embora seja um instrumento de extrema relevância, o tombamento, por si só, não assegura que o referido bem estará livre de danos, assim, a legislação ambiental ganha papel de destaque, especialmente aquela afeta aos crimes ambientais, é o que veremos no tópico a seguir.

4 A lei de crimes ambientais e a preservação do patrimônio histórico de Manaus

O patrimônio cultural é a própria essência da história de um povo e assim, merece tanta atenção quanto a que é dada aos demais bens ambientais.

Conforme leciona Feitoza (2012, p.179):

> O ser humano é memorialista, tanto que na visão que se faça de qualquer cidade mostrará quanto o homem produz lembranças. Os nomes das ruas evocam antepassados ilustres; os monumentos, acontecimentos históricos; as praças lembram eventos significativos e as construções reproduzem uma época marcante que passou ou que presente que transcorre.

Neste contexto, entrou em vigor no ano de 1998 a Lei nº 9.605, mais conhecida como Lei de Crimes Ambientais, a qual possui reconhecida relevância à proteção dos bens ambientais, sobretudo, por instituir as

sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente.

Interessante observar que, antes do surgimento da Lei de Crimes ambientais, existia muita dificuldade, sobretudo quanto a aplicação de penalidades. Assim a referida lei cuidou de centralizar e uniformizar as penas aplicadas às infrações de cunho ambiental, inclusive à pessoa jurídica, o que foi uma inovação promovida pela referida Lei.

É na Seção IV, especialmente nos art. 62 a 65 da Lei nº 9.605, que encontramos a tutela legal sobre o patrimônio cultural, senão vejamos:

> Seção IV
> Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural
> Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:
> I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;
> II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:
> Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.
> Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.
> Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:
> Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.
> Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:
> Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.
> Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: (Redação dada pela Lei nº 12.408, de 2011)
> Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.408, de 2011)
> § 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.408, de 2011)
> § 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais respon-

> sáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional. (Incluído pela Lei nº 12.408, de 2011)

Muito embora a referida Lei tenha trazido avanços, há algumas críticas tecidas ao seu texto. Nesta esteira, ao se debruçarem sobre o tema Prado, Carvalho e Armelin (2006, p. 9) criticam o fato de ter o legislador considerado "o patrimônio cultural um dos elementos que integram o ambiente em seu sentido amplíssimo", sendo que, para os referidos estudiosos, esta não é a corrente doutrinária mais adequada em nível de legislação penal, posto ser imprescindível a "identificação clara e precisa do bem jurídico-penal e dos tipos penais incriminadores, sob pena de flagrante desrespeito aos princípios penais, em especial da legalidade na vertente da especificidade". Assim dizem os autores:

> A melhor opção é a concepção intermediária do ambiente, que não entra o patrimônio cultural. Louva-se a adoção da proteção ampla, ao prever não apenas os bens tombados, mas os protegidos por atos administrativos, legislativos ou decisões judiciais, salvo o parágrafo único, do art. 65, que neste sentido retroagiu, mantendo apenas sob seu amparo "coisas tombadas". Sobre os tipos penais, houve com a Lei 9.605/98 um aumento, necessário, da tutela penal ao patrimônio cultural, pois além de ampliar os tipos existentes, houve a previsão de dois novos, um inovador (art. 65) e um que já havia previsão administrativa, mas não penal (art. 64), embora estes dois dispositivos protejam o ordenamento urbano, com ênfase ao patrimônio cultural. Todavia, há falhas de técnicas legislativas, que foram apontadas e deveriam ser pontuadas pelo legislador numa futura revisão desses tipos penais. Finalmente, reforça-se a lástima de que o legislador deixou de prever sobre a receptação de bens que constituem o patrimônio cultural, bem como a tutela penal específica para a exportação ilícita desses bens (PRADO; CARVALHO; ARMELIN, 2006, p. 9).

Por outro lado há estudiosos, como Ribeiro Júnior (2017) que reconhecem que as deficiências da referida lei podem ser sanadas e que é destacada a relevância da normativa para a proteção do patrimônio cultural. Para o referido autor a Lei de crimes ambientais é uma "iniciativa de grandeza sem precedentes na busca da sistematização do Direito Ambiental" ademais, é reconhecido o esforço na elaboração do referido texto o que se evidencia pela diversidade das questões abrangidas, tal multiplicidade temática também seria um justificador para possíveis deficiências do texto, mas que os mesmo poderão mais adiante ser corrigidas pelo legislador e ainda, pela jurisprudência. O referido autor assenta ainda que:

> Visto sob o prisma do patrimônio cultural, a lei está promovendo uma verdadeira reconciliação do Direito Criminal, que se encontrava seriamente defasado, tendo em vista os arcaicos e ineficazes dispositivos do Código Penal, com os mais modernos conceitos preservacionistas que foram vislumbrados pela Carta Magna de 1988. Um dos grandiosos avanços foram a superação dos critérios da excepcionalidade e oficialismo impostos pelo Dec.-Lei 25/37, através da ampla possibilidade de reconhecimento do patrimônio cultural por meio de lei, ato administrativo ou decisão judicial. Também foi de suma importância a criação da modalidade culposa do art. 62, o qual, pelo que nos parece, será o eixo sobre o qual girará a tutela penal do patrimônio cultural a partir de agora (RIBEIRO JÚNIOR, 2017).

Assim, com os olhares voltados para a cidade de Manaus observa-se que a própria diversidade do patrimônio cultural material manauara denota a importância da referida legislação para a proteção dos referidos bens, como oportunamente mencionado por Freitas e Freitas (2015, p.110 e 111) "o arsenal legislativo, ainda que não seja perfeito, oferece elementos para a concretização deste objetivo".

Deste modo a lei ao somar-se aos demais instrumentos já existentes, sinaliza um importante passo rumo à proteção do patrimônio cultural, o que se estende à cidade de Manaus a qual merece e precisa de uma proteção efetiva a estes que são bens essenciais à preservação da própria história.

5 Considerações finais

Ao concluirmos o presente estudo fica registrado que a preservação do patrimônio cultural é uma questão de cidadania, pois este é um bem que traduz a memória, a história e as raízes de um povo. Neste sentido, zelar pelo resguardo do bens históricos, para as gerações presentes e as vindouras, é um dever conjunto do poder público e dos cidadãos.

Voltados ao problema que permeou esta pesquisa observa-se, com base nos levantamentos trazidos, que a Lei de Crimes Ambientais sinaliza uma importante evolução no que tange à proteção do patrimônio cultural, sobretudo pelas novas perspectivas e avanços por ela trazidos.

Não obstante, é forçoso reconhecer que ainda há um grande caminho a percorrer no que se refere à efetividade da proteção do patrimônio cultural, pois como visto no decorrer da presente pesquisa a lei em estudo abarca apenas parte dos problemas enfrentados, sendo, ao nosso ver, apenas

uma fagulha de luz, observa-se que estamos apenas "engatinhando" rumo à proteção de tais bens ambientais.

É necessário maior engajamento entre Estado e sociedade e a consciência plena de que os bens culturais possuem a mesma relevância dos bens ambientais de cunho ecológico.

A cidade de Manaus é um lugar que foi presenteado com um patrimônio cultural material esplendoroso o qual reflete a história, a memória e as tradições de tempos áureos, tempos estes extremamente significativos para a construção da cidade.

O Centro histórico de Manaus é um desses locais especiais, verdadeiro patrimônio do mundo, o qual demanda uma proteção especial e eficaz. A Lei de Crimes Ambientais soma-se aos mecanismos já existentes e revela-se importante instrumento para coibir a prática de atos atentatórios ao bens culturais manauaras.

Referências

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. **O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural**. Disponível em < http://www.pos.direito.ufmg.br/rbepdocs/098065098.pdf > Acesso em 18 Set. 2017

ALVES, Flávia Lima e. **Patrimônio imaterial**: disposições constitucionais: normas correlatas: bens imateriais registrados. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496320/000934175.pdf> Acesso em 20 Set. 2017.

ANDES, Pedro Marcos Mansour. **Entre à Paris dos trópicos e a Miami brasileira:** as imagens da cidade de Manaus durante a estagnação econômica. Revista ESCRITAS Vol.7n.2(2015) ISSN 2238-7188 p. 230-252. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1802/8467> Acesso em 03 Nov. 2017.

BENTES, Dorinethe dos Santos. **Manaus outras faces da história**: 1910-1940. Manaus: Rego. 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 15 Ago. 2017.

BRASIL. **Decreto No 3.551 de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro

de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/279736.pdf> Acesso em 20 Out. 2017.

BRASIL.**Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em 29 Set. 2017.

BRASIL. **Legislação sobre patrimônio cultural**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Disponível em < https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/manuais/Noticia5575A4733.pdf> Acesso em 15 Ago. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Natureza, cultura e patrimônio ambiental.** *In*: LANNA, Ana Lúcia Duarte (coord.). *Meio ambiente: patrimônio cultural da USP*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Comissao de Patrimonio Cultural, 2003.

COSTALDELLO, Angela. **Os bens culturais no Brasil.** Disponível em <http://esdp.net.br/os-bens-culturais-no-brasil/> Acesso em 22 Out. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio material**. Disponível em < http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276> Acesso em 09 de Set. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN **Patrimônio Histórico.** Disponível em<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> Acesso em 18 Out. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN **Tombamento do Centro Histórico de Manaus**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/104>. Acesso em 15 out. 2017.

FEITOZA, Paulo Fernando de Britto. **Patrimônio Cultural:** proteção e responsabilidade Objetiva. Manaus: Editora Valer, 2012.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 14 ed. rev. e ampl. Em face da Rio +20 e do Novo Código Florestal. São Paulo: Saraiva: 2013.

FONSECA, Osório J. M. **Pensando a Amazônia.** Editora Valer, 2011.

FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. **Reflexões sobre a proteção penal do patrimônio histórico e cultural brasileiro**. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 88-113, jan./jun. 2015. Disponível em < file:///C:/Users/p001369/Downloads/6062-9959-1-SM.pdf> Acesso em 24 de Out. 2017.

G1. **Centro Histórico de Manaus guarda mais de 1.600 imóveis tombados. Disponível em <**http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/12/centro-historico-de-manaus-guarda-mais-de-1600-imoveis-tombados.html> Acesso em 19 de Out. 2017.

MANAUS ÁGIL. **Patrimônios Históricos Tombados no Amazonas**. Disponível em < https://manausagil.com/patrimonios-historicos-tombados-no-amazonas/> Acesso em 19 Set. 2017.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Patrimônio Ambiental Cultural:** usucapião de bens móveis tombados – uma análise em busca da efetividade protetiva do Dec.-Lei 25/37. Revista DE JURE - Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Disponível em <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/280/patrimonio%20ambiental%20cultural_Miranda.pdf?sequence=1 > Acesso em 11 de Out. 2017.

NASCIMENTO, Maria Evany do. **Monumentos públicos do Centro Histórico de Manaus.** Manaus: Editora Valer, 2013.

PAOLI, Paula de. **Patrimônio material, patrimônio imaterial:** dois momentos da construção moderna do passado. Disponível em < http://www.corpocidade.dan.ufba.br/ arquivos/resultado/ST1/PaulaDePaoli.pdf> Acesso em 25 Set. 2017.

PRADO, Luiz Régis; Carvalho, Érika Mendes de; ARMELIN, Priscila Kutne. **Crimes contra o patrimônio cultural.** Revista dos Tribunais *on line.* Ciências Penais. Vol. 4, Jan / 2006. Disponível em < http://www.regisprado.com.br/Artigos/Luiz%20Regis%20Prado/Crimes%20 contra%20o%20patrim%F4nio%20cultural.pdf> Acesso em 03 Nov. 2017.

RIBEIRO JÚNIOR, Eurípedes Clementino. **A preservação do patrimônio cultural e suas peculiaridades**. Revista âmbito Jurídico. Disponível em < http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_

leitura&artigo_id=6918> Acesso em 03 de Nov. 2017.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. Coordenação de Pedro Lenza. 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE ALAGOAS. **Patrimônio cultural:** o que é?. Disponível em < http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/principal/textos/patrimonio-cultural-o-que-e> Acesso em 15 Set. 2017.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1998.

UNESCO. **Patrimônio Cultural Imaterial**. Disponível em < http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/intangible-heritage/ > Acesso em 19 Out. 2017.

Sobre os Autores

Alexsandro Melo Medeiros

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia/Universidade Federal do Amazonas. Professor de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista e Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. : alexsandromedeiros@ufam.edu.br

Ana Beatriz de Souza Cyrino (org.)

Assistente Social/TAE na Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Possui graduação em Serviço Social pela UFAM (1982). Tem especialização em Análise Ambiental na Amazônia (1999) e Uso de Sensoriamento Remoto para fins de Zoneamento Socioeconomico Ecologico (1997) ambas na Universidade Federal de Rondônia, UNIR. Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, PPGSS/UFAM (2013). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, PPGSCA/UFAM. E-mail: anabeatriz@ufam.edu.br

Ana Flávia Monteiro Diógenes

Pós-Graduanda em Direito Público pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA.

Andrés Alarcón-Jiménez

Doutor em História Cultural. IFCH-UNICAMP. Email: andalajim@yahoo.com

Antônia Marinês Goes Alves

Mestra em Ciências - PPGEA/UFRRJ. Linguista. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFAM Campus Tabatinga. Doutoranda no PPGSCA/UFAM. antonia.goes@ifam.edu.br

Camila Marques Maton

Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2011 e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído em 2015 na mesma instituição. E-mail: camilamatonn@yahoo.com.br

Dorinethe dos Santos Bentes (org.)

Doutoranda em Sociedade e Cultura pela Universidade Federal do Amazonas; Mestra em História pela UFAM. Especialista em Direito Ambiental e Urbanístico pela UNIDERP. Especialista em História Social da Amazônia pela UFAM. Possui graduação em direito pela UNIP e em história, pela UFAM. Professora da Universidade Federal do Amazonas, lotada na Faculdade de Direito - Departamento de Direito Público.

Edda Curi

Doutora em Educação Matemática, Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Ciências na Universidade Cruzeiro do Sul – SP.

Elenise Faria Scherer

Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas. Possui mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988), Doutorado - bolsa sanduiche - em Política Social - Universidad Autonoma de Barcelona (1995) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997). É pós-doutora pelo Intitut des Hautes Etudes de lAmerique Latine - Université Paris III - Sorbonne Nouvelle (2008).

Estevão Rafael Fernandes

Antropólogo, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2015). Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia. E-mail estevaofernandes@gmail.com

Evandro de Morais Ramos

Doutor em Tecnologias Educativas pela Universidade de Ilhas Baleares (2005). Professor associado II da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no Departamento de ARTES. Experiência na área de Educação, com ênfase em Educação mediada por tecnologias. Desde o ano 2007

até atualidade exerce a função de Coordenador acadêmico do curso de Artes Visuais - EaD. Credenciado como colaborador no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

Gilvandro Oliveira da Silva

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Bolsista da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – CAPES; E-mail: gilvandro.am@gmail.com

Iraildes Caldas Torres

Graduada em Licenciatura Plena em Filosofia e Bacharelado em Teologia pelo Instituto Superior de Filosofia Teologia Pastoral e Ciências Humanas da CNBB.; Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas e doutorado em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Pós-Doutorado na Université Lumiére de Lyon 2, na França.

José Humberto P. e Silva

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM. Doutor em Administração & Marketing pela Universidad De La Empresa (UDE) – Montevideo/Uruguai. Doutor "honoris causa" pelo Egrégio Tribunal de Justiça Arbitral Brasileiro – ETJAB/SP. Comendador e Conselheiro vitalício da Sociedade Brasileira de Educação e Integração/SP.

Kamilla Ingrid Loureiro e Silva

Economista. Especialista em Logística. Aluna regular do mestrado de Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, Bolsista CAPES. Atuou por cinco anos no curso de economia da Universidade do Estado do Amazonas em Manaus e nos Municípios de Carauari e Manicoré. E-mail: kamila.loureiro@gmail.com

Maria Isabel de Araújo

Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM (2017), Graduada em Administração CIESA (2000). MBA em Meio

Ambiente e Organizações Empresariais e Sociais - ESAB (2011); Especialista em Saúde e Segurança do Trabalho - UNIASSELVI (2014); Especialista em Educação Ambiental - UNICID (2011). E-mail: miar@terra.com.br

Mário Bentes Cavalcante

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: mariobenths@gmail.com

Marta Cortezão

Graduada em Letras pela UFJF/MG, Pós-Graduada em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela FEC/RO e, atualmente, mestranda em Mundo Clásico y su Proyección en la Cultura Oriental pela UNED/ES. Durante longos anos, esteve professora, em Tefé, tanto na rede estadual de ensino do Amazonas como no CEST/UEA. É membro da Academia de Letras do Brasil – Amazonas (ALBAM) e autora do livro de poesias "Banzeiro Manso" (2017).

Michel Justamand (org.)

Bacharel e Licenciado em História (2000), Habilitado em Filosofia (2001) e em Sociologia (2000), Mestre em Comunicação e Semiótica (2000), Doutor em Ciências Sociais/Antropologia (2007) e Pós-Doutor em História (2012) todos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Nove de Julho – UniNove (2003); e Pós-Doutor em Arqueologia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2017). Docente do Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas –UFAM, no Instituto de Natureza e Cultura – INC, unidade acadêmica do Alto Solimões, em Benjamin Constant. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da UFAM. Atua em grupos de pesquisas nas seguintes instituições: PUC/SP, UFAM e UNICAMP. Email: micheljustamand@yahoo.com.br

Nelson Matos de Noronha

Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-graduação em Sociedade e

Cultura na Amazônia, no PPG de Sociologia e no PPG de Filosofia (PROFFILO) da Universidade Federal do Amazonas. Contato: noronhanelson@hotmail.com

Odri Araújo

Natural da cidade de Benjamin Constant/AM. Artista plástico, poeta, membro e fundador da Associação Amazonense de artistas plásticos/AAMAP/AM. Membro e fundador da Associação Cultural e Artística Vitória Régia de Benjamin Constant/AM. Membro do grupo Caravana Poética, ativista cultural de Benjamin Constant. odriaraujo@hotmail.com.

Rafaela Cassia Procknov

Graduada e licenciada em Letras (português/espanhol) pela Universidade de São Paulo (2008). É especialista em Semiótica Psicanalítica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010). Mestre pelo Programa de Letras da área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do DLM/USP (2014). Atualmente, doutoranda neste Programa. E-mail: rafaela.procknov@usp.br

Sidney Antonio da Silva

Atualmente é professor Associado II do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica do Paraná (1980), mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (1995), doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2002) e Pós-doutorado no Núcleo de Estudos Populacionais - NEPO/UNICAMP (2005-2006). - UFAM.

Silas Garcia Aquino de Sousa

Doutor em Engenharia Florestal/Conservação da Natureza, pela Universidade Federal do Paraná (2003), graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Amazonas (1985), mestrado em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo (1993). Pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, professor colaborador da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, da Universidade Estadual do Amazonas - UEA e dos cursos de pós-graduação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA. Tem experiência na área de Agronomia, Silvicultura e Agroecologia. E-mail: silas.garcia@embrapa.br

Simone Dias da Silva

Pedagoga, Psicopedagoga, Mestra no Ensino de Ciências e Matemática e Doutoranda no Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul / SP, bolsista CAPES. Atualmente professora adjunta na Universidade Paulista – UNIP.

Tainá Abecassis

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2014). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

O Enxertado de Pano

O enxertado de pano,
Vive seus desenganos
Pelas ruas a sofrer,
Como um Super herói
sua mente constrói
um ser de força e poder.

Seu passado de artista,
Como pintor e desenhista
ou o atleta do ano
O maior capoeirista,
Suas glórias e planos
Perderam-se de vista.

Seu boneco maroto
Seu salto mortal
caio no buraco infernal
da droga e da cola
da loucura Imoral.

No enxerto de pano
Incorpora insano
os músculos de Sansão
um homem soberano
vivendo a sorrir
a juventude de seus planos.

Boneco até trabalha
Vendendo frutas na rua
E na realidade crua
A busca do sustento
Para seu corpo sedento
a caminho da cidade nua.

O dia termina
Boneco caminha
para sua moradia
cheirando sua cola,
desmonta na hora
o enxertado de pano.

Odri Araújo

Coleção FAAS
Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

Antropologia no Alto Solimões.
Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.)
2012. ISBN 978-85-63354-17-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões.
Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.)
2012. ISBBN 978-85-63354-18-1

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2
Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.)
2015. ISBN 978-85-63354-31-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação
Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.)
2016. ISBN 978-85-63354-49-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira
Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.)
2016. ISBN 978-85-63354-50-1

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.
Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.)
2016. ISBN 978-85-63354-49-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7
Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.)
2017. ISBN 978-85-63354-66-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.
Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago **Cruz (orgs.),**
2017. ISBN 978-85-63354-52-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9
Michel Justamand, e Tharcísio Santiago Cruz
2017. ISBN 978-85-63354-99-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10
Carmen Junqueira, Michel Justamand, e Renan Albuquerque
2017. ISBN 978-85-63354-99-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11
Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz
2018. ISBN 978-85-5467-010-8

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12
Iraildes Caldas Torres e Michel Justamand
2018. ISBN 978-85-5467-012-2

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13
Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz
2018. ISBN 978-85-5467-017-7

Obras afins

Coleção Diálogos Interdisciplinares
(Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand)

1 - É possível uma escola democrática?
Michel Justamand (org.).

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.
Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand.

3 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.
Michel Justamand.

4 - História e representações: cultura, política e gênero.
Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.).

5 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas.
Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa (orgs.).

6 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.
Émerson Francisco de Souza (org.)

7 - Diálogos Híbridos.
Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.).

8 - Diálogos Híbridos II.
Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.).

9 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin Constant – AM
Sebastião Melo Campos

10 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM
Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e Josenildo Santos de Souza

11 - Tabatinga:do Conhecimento à Prática Pedagógica
Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org)

12 - Tabatinga e suas Lendas
Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta

13 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos
Eliane Aparecida Faria de Paiva

14 - A implantação do curso de antropologia na região do Alto Solimões - AM
Adolfo Neves de Oliveira Júnior, Heloísa Helena Corrêa da Silva e Paulo Pinto Monte (orgs.)

15 - Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades - Vo.l. 2
Renan Albuquerque e Weberson Grizoste (org)

16 - Ars moriendi, a morte e a morte em si
Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (org)

17 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia
Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org)

Coleção Arqueologia Rupestre
(Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand)

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental.
Michel Justamand

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.
Michel Justamand.

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres.
Michel Justamand.

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar.
Michel Justamand.

5 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – PI
Michel Justamand.

6 - A mulher rupestre.
Michel Justamand.

7 - Arqueologia da Sexualidade.
Michel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari.

8 - Arqueologia do Feminino.
Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari.

9 - Arqueologia da Guerra.
Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e Pedro Paulo A. Funari.

10 - Arqueologia e Turismo.
Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez

TAPUIO

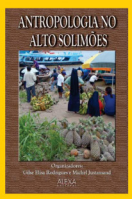
Nasceu índio. Mas odiava mucuim,
cauxi, carapanã, tucandeira, pium, meruim.
Tinha pânico de embuá, o tal piolho-de-cobra,
Tinha nojo de chibé com pirarucu seco,
De arabu com farinha e café preto,
De tapuru de côco, de formiga frita na farofa,
De cupu-açu, bacuri, camapu, buriti
E de piracuí, a farinha de peixe.
Só queria saber de "fast food"
Ganhou peso e sotaque americanos
Perdeu raízes, a alma e o juízo. Virou tapuio.

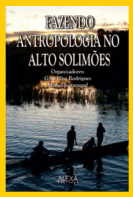
Marta Cortezão

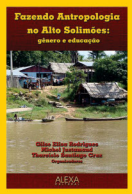
Coleção FAAS

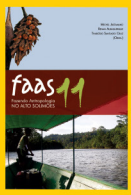
Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand









ALEXA CULTURAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
IN UNIVERSA SCIENTIA VERITAS
UFAM

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

PPGSCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

ISBN 978-85-5467-024-5